



Reunião de 14/06/2017

ATA N.º 16/2017

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NELAS, REALIZADA EM CATORZE DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZASSETE

---- Aos **catorze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezassete**, nesta Vila de Nelas e edifício dos Paços do Município, reuniu pelas dez horas, a Câmara Municipal de Nelas, sob a presidência da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Sofia Relvas Marques, estando presentes os Senhores Vereadores, Dr. Alexandre João Simões Borges, Dr. Manuel da Conceição Marques, Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves e Adelino José Borges Amaral. -----

---- Registaram-se as faltas, consideradas justificadas, do Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva e do Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira. ----

SITUAÇÃO FINANCEIRA

---- Foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia anterior, que apresentava os seguintes saldos: - De operações orçamentais: 546.994,40 € (quinhentos e quarenta e seis mil novecentos e noventa e quatro euros e quarenta cêntimos); - De operações não orçamentais: 155.092,37 € (cento e cinquenta e cinco mil noventa e dois euros e trinta e sete cêntimos). ----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

---- A Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Sofia Relvas Marques afirmou: Declaro aberta a reunião ordinária de câmara do dia catorze de Junho. Informar os Srs. vereadores que o Sr. presidente, por compromissos inadiáveis, em Coimbra e em Lisboa, hoje na CCDR e no Ministério da Secretaria de Estado do Planeamento do Território, com o Dr. Pedro Marques, o Senhor Ministro, não pôde estar presente e, daí, estar eu a substituí-lo. A expectativa é que a reunião corra com a normalidade devida e, portanto... -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Vai correr muito melhor.

---- A Senhora Vice-Presidente da Câmara afirmou: Muito bem, então, situação financeira da autarquia, para o conhecimento. Total de disponibilidades, setecentos e dois mil e oitenta e seis euros, correspondente a operações orçamentais, quinhentos e quarenta e seis mil novecentos e noventa e quatro, e operações não orçamentais, cento e cinquenta e cinco mil e noventa e dois euros. Período antes da ordem do dia, quem é que quer tomar da palavra? Dr. Marques, mais alguém, Adelino, Alexandre? Antes de vos dar a palavra, se me permitem, enaltecer aqui o esforço, quer dos colaboradores da câmara municipal envolvidos, nas obras simples de recuperação do espaço dedicado à loja solidária inaugurado no Domingo passado, beneficiando também da iniciativa solidária dos alunos que completaram os cinco anos de ensino articulado da Música no Agrupamento de Escolas de Nelas, em cooperação com o Colégio Músico de Seia. Concretizou-se, de facto, mais um compromisso que faz parte de uma rede de serviços integrada chamada de empreendedorismo social. Rede de serviços esta, desde a primeira hora, trabalhada e validada em Conselho Local de Ação Social, da qual se



Reunião de 14/06/2017

destaca a Universidade Sénior, o cartão sénior municipal, a rede de cuidadores informais, o banco local de voluntariado e, de facto, a loja solidária, desde a primeira hora que foi um dos projectos solicitado, de forma a integrar uma resposta mais profissional, porque também quem quer ajudar e quem precisa dessa ajuda precisa que de facto não só os bens estejam acondicionados, mas o processo seja verdadeiramente salvaguardado pelas técnicas assistentes sociais da câmara municipal, que o vão fazer. E, um bem-haja a todas as empresas que desde a primeira hora, já começaram a fazer recolhas solidárias nas suas empresas, nas suas instituições, as associações, a Fundação Lapa do Lobo que também esteve connosco, não só apoiando a causa mas também fazendo já uma primeira recolha e, portanto, reafirmo o agradecimento da câmara municipal a todos os envolvidos, sejam parceiros sociais, sejam empresas, sejam funcionários da câmara municipal e todos que, em geral, estão verdadeiramente convictos neste projecto que é a loja solidária. Um agradecimento também, e o início dos parabéns, às associações que, mais uma vez, vão dar corpo a uma semana de festas dedicadas aos Santos Populares, com marchas em Nelas, na Lapa do Lobo, em Canas de Senhorim e, portanto, o que começámos na noite de Santo António da melhor maneira, em Nelas, com a Associação do Bairro da Igreja e do Cimo do Povo, a mostrar mais uma vez a sua dedicação e bom gosto nas marchas de Santo António, com a presença rápida também, como já tem sido hábito, pela Associação do Cimo do Povo. Vamos todos aguardar por, de facto, umas grandes marchas de Santo António também na Lapa do Lobo e uma grande noite de São João, dividida entre Canas de Senhorim e Nelas e, depois, as marchas de São Pedro, quer no dia do Santo, quer no fim-de-semana seguinte, na Urgeiriça, em Vilar Seco. Há todo um conjunto de festividades dedicadas aos Santos Populares que muito nos engrandece o nosso concelho e que de facto só graças à dinâmica associativa é que isso era possível. E, portanto, um bem-haja, que acredito que seja extensível, de facto, a toda a câmara, às associações que nos garantem a qualidade das festas populares no Concelho de Nelas. Dr. Marques. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Sra. presidente da câmara em exercício, eu, na reunião de trinta e um de Maio de dois mil e dezassete, eu interpelei o Sr. presidente da câmara sobre algumas questões do concelho, aliás, sobre mesmo questões de interesse para o concelho, designadamente a requalificação das fossas sépticas nas freguesias de Senhorim e no concelho. A empresa Smith, que apenas se deslocou, que não criou nenhum posto de trabalho, a compra da Nelcivil, aquela compra que Vossa Excelência, inclusive, deixou cair o presidente da câmara quando se absteve nessa votação. O monumento aos combatentes, considerando que há um monumento iniciado pela anterior Junta de Freguesia, a chamada Rotunda da Jaca, as competências do tribunal, porque o Sr. presidente da câmara escreveu, está escrito, está público, foi tornado público que o tribunal de Nelas ia retomar as suas competências perdidas e, como todos nós vimos, a Sra. secretária de Estado da Justiça já anunciou que o Tribunal de Mangualde vai retomar os processos de Penalva do Castelo, quer o Sr. presidente da câmara de Mangualde, quer o Sr. presidente da câmara de Penalva de Castelo, de uma forma correcta, de uma forma mais silenciosa, nos gabinetes resolveram o problema das populações do concelho de Mangualde e Penalva do Castelo, ao contrário do Sr. presidente da câmara de Nelas que faz o seu belo folclore, a sua forma propagandista, aliás, se formos à página do município, da qual eu estou proibido de comentar e de entrar, acho que devo ser o único cidadão do concelho ou até do país que não tem esse



Reunião de 14/06/2017

direito, pese embora eu tivesse apresentado queixa à ERC e ao Sr. Provedor de Justiça. Certo é que Nelas, não vi, que eu saiba, e ainda falei com alguns operadores da justiça, que eu saiba o tribunal de Nelas mantém-se com os processos que lhe foram retirados, pese embora, com o governo do PSD e do CDS. Também, Sra. Presidente, ainda agora acabou de o fazer, reconhece o trabalho excelente e a proximidade entre a câmara e as associações, e eu perguntei ao Sr. presidente da câmara o que é que acontece com a Associação de Algerás, porque está encerrada. Perguntei também o esclarecimento da motoniveladora, que fez um contrato, nos termos do CCP, para prestação de serviços, e a câmara fez a sua reparação nas instalações da câmara municipal, não fui esclarecido. E, também perguntei ao Sr. presidente da câmara sobre os produtores, que foi prometido à câmara de Mangualde e à Coape para a promoção do queijo Serra da Estrela, designadamente a matéria-prima para produção do queijo Serra da Estrela. O Sr. presidente da câmara disse que, na oportunidade “Na devida nota e oportunamente levarei”, que daria conhecimento disto tudo, certo é que já passaram quinze dias, e o Sr. presidente da câmara, mais uma vez, tornou hermética a sua gestão e nem sequer dá nada a saber aos vereadores que compõem este órgão, que foram legitimamente eleitos, como ele foi. Se calhar, nós, mais, porque não deixámos dúvida na nossa eleição, a eleição do presidente da câmara deixou, é por isso que eu digo que ele que é um presidente da câmara de Direito e não de facto. E digo isto porque o Tribunal Constitucional foi claro, objectivo, a dizer em que condições é que ocorreram as eleições do concelho de Nelas. Claramente está escrito e daí não pudemos fugir, infelizmente, a coligação e os seus delegados às mesas, no local próprio e sede própria, não fizeram a sua posição, certamente, se o tivessem feito hoje Vossa Excelência não estaria aqui a presidir esta reunião. Mas, Sra. Vice-Presidente da câmara, deixamos agora para trás o passado, o passado da última reunião e vamos ao que eu quero apresentar para o concelho, exactamente, nesta reunião. Eu enviei a Vossa Excelência e ao Sr. presidente da câmara um *e-mail*, datado de quinze de Março de dois mil e dezassete, e outro *e-mail*, datado de trinta de Janeiro de dois mil e dezassete, sim, de dois mil e dezassete. Nós, os vereadores, que vocês apelidam de oposição, mas são os vereadores da oposição só porque Vossas Excelências querem, porque quando é questões importantes para o concelho nós estamos cá e quando entendemos que são questões legítimas para o concelho, nós estamos cá e votamos favoravelmente, Vossas Excelências brindaram-nos com um mapa de pessoal que não passava, simplesmente e apenas, de criação de uns lugares técnicos superiores e de *show off* para os amigos e para o amiguismo. E, nós, pelo menos foi esse o fundamento do meu votar contra este mapa de pessoal e certamente os demais que votaram contra, votaram contra e eu, quando vocês tentaram fazer passar por esta casa, fazer passar para a opinião pública e fazer passar por quem estava aqui presente nesta reunião, para coagir os vereadores, que não era verdade, e que era para resolver o problema da precariedade dos cidadãos ou dos funcionários desta casa. Eu disse-lhe, fiz um *e-mail* para a Sra. vice-presidente e para o Sr. presidente da câmara, no dia quinze de Março e outro, já disse, disse-lhe: “Retire da sua proposta do mapa de pessoal os lugares: chefe de divisão, os técnicos superiores, os encarregados ou simplesmente encarregados, sujeite novamente o documento, a discussão e aprovação à reunião de câmara, que eu voto favoravelmente”. O que é que Vossas Excelências fizeram? Esconderam o mapa, não quiseram saber, não quiseram saber da precariedade e vêm hoje, de Janeiro até cá, meio ano depois, demonstrar que aquilo que eu disse que era verdade. Vieram hoje demonstrar que Vossas Excelências fizeram o tal



Reunião de 14/06/2017

mapa de pessoal simplesmente para promover os amigos e lhe dar, para quem ganhava mil e trezentos passaria a ganhar dois ou três mil euros, e para quem ganhava setecentos passaria a ganhar mil e trezentos. É hoje, com o decorrer do tempo, que se prova inequivocamente que a alteração desse mapa de pessoal era apenas para servir clientelismo político e amiguismo. Por isso, Sra. presidente, faço-lhe um desafio mais uma vez, reformule o mapa de pessoal que nos apresentou para aprovar, e retire esses lugares de chefes de divisão, de encarregados, de técnicos superiores e traga a esta casa, traga a esta mesa exactamente o mapa pessoal só para pessoas que estão numa situação de precariedade, e conte com o meu apoio e, certamente contará com os demais. Sra. presidente, eu também vi um tractor, aquele tractor que o Sr. presidente da câmara esteve ali duas horas à espera que o tractor chegasse para o inaugurar. De facto vi depois, na tal página oficial do município, em que eu estou proibido de comentar, e tenho que o fazer aqui, até porque é aqui que o posso fazer, só duas horas depois, o Sr. presidente da câmara fez ali a sua habitual *selfie*. Já ando nesta vida, como dizia há bocadinho, desde mil novecentos e oitenta e três. Na câmara, ou no trabalho, não sou responsável pelas aquisições, nem pelo património, mas sei que há uma página do âmbito geral, do âmbito do país, em que os procedimentos que as autarquias e que o Estado faz são lá lançados. E eu, de facto, fui, a tal página chama-se www.base.gov.pt, corri tudo e não vi, de facto, lá o procedimento desse tractor. E não acredito que o Sr. presidente continue e repita o que fez no início do mandato, que tanto nos acusou a nós por não termos feito, que é comprar, fazer procedimentos, ou melhor, fazer aquisições sem procedimentos. E nesta, eu mandei um *e-mail* a Vossa Excelência e ao Sr. presidente da câmara que dizia: “Manuel da Conceição Marques, vereador do CDS-PP, no exercício das suas funções vem requerer os esclarecimentos seguintes: Na semana passada, na praça do município, com a respectiva sessão fotográfica, inaugurou Vossa Excelência a aquisição de um tractor e de uma cisterna. Compulsando a página www.base.gov.pt não consta qualquer procedimento de aquisição do tal equipamento. Compulsando também a candidatura para o SEUR à ETAR três de Nelas me sistema intercetor, verifica-se que esta não foi elegível. Aliás, como aconteceu à câmara de Mangualde, quis comprar um camião cisterna, quis comprar um limpa canal, também não foi elegível. Assim sendo, quero informar o órgão câmara municipal, na reunião de catorze do seis de dois mil e sete, com que, como aquele equipamento se tornou propriedade do município, indicando a legislação aplicável”, certo é que isto veio no dia sete, hoje estamos a catorze, pedi para que Vossa Excelência esclarecesse no dia catorze, hoje exactamente, e Vossa Excelência deixou passar a ordem do dia, e nada esclareceu. Nada esclareceu. A pergunta que eu lhe faço, Sra. vice-presidente, ou Sra. presidente em exercício, foi ou não foi o tractor entregue à câmara pelo empreiteiro? Foi ou não foi o tractor incluído nos mapas de quantidades? E a pergunta que eu faço é esta, tão simples e objectiva: já o empreiteiro entregou algum mapa ou, peço desculpa, algum auto de medição da obra da ETAR três ou do sistema intercetor? Aí já vinha incluído a milésima parte do pagamento do tractor? Ou o tractor vai ser pago a partir de um de Outubro de dois mil e dezassete por quem ganhar esta câmara, e o presidente fez o *show off* que fez? É essa pergunta que eu quero que me esclareça, porque é uma questão formal, é uma questão legal, e o povo do meu concelho merece necessariamente, a verdade e esclarecimento. Porque, digo-lhe uma coisa, o seu presidente da câmara em dois mil e treze dizia que tinha vergonha do Executivo que estava no poder, pelas mentiras que, de facto, nós dizíamos. Sra. presidente de exercício, comparar o anterior



Reunião de 14/06/2017

executivo com este executivo, em relação de verdade, peço desculpa, seremos uns meros aprendizes do actual presidente da câmara. Uns meros, repito, uns meros aprendizes do actual presidente da câmara, porque o Sr. presidente da câmara, desde o primeiro dia que tomou posse, o seu *modus operandi* da política é a mentira e a falta de verdade. E, para tanto, vejamos o seguimento Sra. presidente em exercício, vejo aqui Vossas Excelências com uma nota de imprensa miseravelmente vergonhosa, que diz o seguinte: “A Associação de Vila Ruiva promove passeio de motas antigas. Foram algumas dezenas de motorizadas a participar no terceiro passeio promovido pela associação de Vila Ruiva, embalados no enorme êxito que constituiu o grande prémio de motocrosse do vinho do Dão, todos os participantes, muitos dos concelhos vizinhos, percorreram o concelho, lancharam na Mata das Alminhas em Nelas, e terminaram a confraternização na sede da Associação com uma saborosa e nutritiva feijoada”. O presidente da câmara compareceu e felicitou os dirigentes pelas iniciativas, garantindo, à semelhança do que aconteceu na prova de motocrosse, todo o apoio. Sra. presidente, a senhora esteve reunida com os organizadores desta prova, deste evento, diga-me o que é que ele deu à associação de Vila Ruiva para promover este passeio de motas antigas. É bom que esclareça, zero, as camisolas fomos nós que as tivemos que pedir ao Sr. Cabral e à Liberty, que Vossas Excelências não tinham cem euros para comprar as cem camisolas. Oiça, politizar como têm feito as associações, em que dizem que dão tudo e mais alguma coisa, quando eu sei que estão associações e directores entalados, que vocês nem os subsídios competentes atribuídos lhes pagam. Isso, mais uma vez, é uma vergonha e eu sinto-me cada vez mais envergonhado no executivo que lidera a câmara municipal. Por estas razões, Sra. presidente, eu tenho aqui um agradecimento público: “Reunião de câmara de catorze de Junho de dois mil e dezassete, Período Antes da Ordem de Dia. Agradecimento público aos organizadores do motocrosse de Vila Ruiva. Nunca será demais agradecer a todos aqueles que, de uma forma pessoal e desinteressada, organizaram o evento de motocrosse de Vila Ruiva. Este agradecimento público deve recair essencialmente na Junta de Freguesia de Senhorim, na pessoa do Sr. presidente António Rodrigues, no Centro de Vila Ruiva na pessoa de Carlos Cabral, e nele todos os directores do Centro, no grande impressionador, Tiago Santos, como sabemos, é um grande concorrente a nível nacional no motocrosse, no António Santos, no Marco Henriques e no António Silva. Com o seu trabalho, com a sua dedicação conseguiram uma grande promoção do nosso concelho, pois que, além das largas dezenas de concorrentes, conseguiram ainda proporcionar a mais de dois mil espectadores e espectadoras, um excelente espectáculo desportivo. Que grande lição de organização deram ao presidente de autarquia e aos seus colaboradores e colaboradoras directas que, apenas com três mil cento e sessenta euros, subsídio de autarquia, conseguiram trazer ao nosso concelho mais pessoas de que com aqueles eventos desportivos, por aqueles e aquelas em que se gasta, do erário público, sempre acima dos cem mil euros”. Ainda hoje estamos à espera que Vossas Excelências, isto é um aparte do agradecimento, Vossa Excelência, como prometeu, há mais de um mês, traga a este órgão quanto é que gastou no Rali Vinho do Dão. Não trouxe, não traz, nem considerará trazer certamente. Por este facto, evidencia-se o despesismo do presidente da câmara e seus intermediários, na organização de eventos desportivos, obrigando-me a manifestar-me contra. Não sou, nem nunca serei, contra a realização de qualquer evento que seja, mas tão só e apenas contra os desmesurados encargos com a organização. Por isso quero aqui publicamente deixar os meus sinceros agradecimentos aos organizadores de motocrosse de



Reunião de 14/06/2017

Vila Ruiva pelo evento que organizaram e pela lição de gestão que deram ao Sr. presidente da câmara. Por isso, Sra. vice-presidente da câmara, é oportuno que Vossa Excelência lição, e chamassem algumas vezes esta gente para vos ajudar a organizar. Sra. presidente da câmara em exercício, fui informado pelos directores do Moto Clube de Nelas, que Vossas Excelências dizem mal do Manuel Marques, dizem mal do Adelino, dizem mal do Alexandre Borges e da Rita Neves, que nós não deixamos dar subsídios nem deixamos colaborar com o Moto Clube de Nelas. Por essa razão, Sra. vice-presidente da câmara, eu mandei, no dia dez do seis, e peço com toda a sinceridade que Vossa Excelência pressione o Sr. presidente da câmara para que dê seguimento a este *e-mail*. Eu passo a lê-lo: “Manuel da Conceição Marques, vereador do CDS-PP, vem expor e requerer a Vossa Excelência o seguinte: Para que junto das nossas associações, designadamente o Moto Clube de Nelas, seja reposta a verdade nos termos da lei aplicável, a esta matéria, requeiro que na próxima reunião do executivo, do dia vinte e oito do seis de dois mil e catorze, seja agendado o seguinte assunto. Assunto: cedência das antigas instalações da EDP ao Moto Clube de Nelas, contrato de comodato/aprovação”. Por isso, era esse pedido especial que eu lhe fazia, Sra. presidente, para que possa surgir essa questão. Agora, estamos aqui, é outra vergonha, uma vergonha que nem, sou sincero, Sra. Dra., que nem a um cabo de esquadra... -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Dois minutos. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques continuou: ... mais dois minutos, que nem aos cabos de esquadra lembraria. E Vossa Excelência é conivente nesta matéria, por isso peço-lhe que me dê mais um minuto nesta matéria que eu vou apresentar. Vossa Excelência é conivente porque também coordena os serviços de comunicação social da página oficial do município. E Vossa Excelência permitiu, enquanto vereadora e enquanto vice-presidente da câmara que isto fosse tornado público. E eu vou ler: “A câmara constrói praça dos combatentes no espaço frente à Biblioteca Municipal, retalhando o vendido aos bocados no mandato anterior por dificuldades financeiras. Estas novas infra-estruturas colectivas irão ser construídas no terreno que está situado em frente ao município, assim se justificando tão nobre destino. O espaço onde esteve previsto, em tempos, a construção do novo quartel dos bombeiros, chegando mesmo a ser cedido para o efeito, mas que no mandato anterior foi retalhado em lotes e foram vendidos por meia dúzia, a meia dúzia de munícipes para fazer face às actividades financeiras da câmara, na presidência de Isaura Pedro e Manuel Marques”. Até parece que o presidente da câmara era, de facto, o Manuel Marques. Sra. presidente da câmara, eu vou-lhe ler aqui o excerto de uma acta do dia doze do seis de dois mil e sete, e vou-lhe ler o excerto para ver que eu não era o mau e vou-lhe dizer isto, depois continuarei a ler, “O Sr. vereador Adelino José Borges de Amaral solicitou que a reunião fosse interrompida e fosse feito um intervalo”, fui à procura da história do terreno e encontrei isto, que de facto é memorial. “Foi feito um intervalo tendo em conta o clima de crispação e o tom ofensivo com que estava a decorrer a reunião, durante uma violenta discussão entre o Sr. vereador dr. José Manuel Borges da Silva e a Sra. presidente da câmara, que trocaram acusações e insultos vários, procedeu-se então a uma interrupção dos trabalhos”. A má educação, a má postura do presidente da câmara, mesmo como presidente da câmara e como vereador, é como o Constantino, já vem de longe. E, se recuarmos atrás às actas que constam daí, verificamos, Sra. presidente em exercício, que de facto quem ajavardava, quem não dignifica o órgão é, de facto, o presidente da câmara e não são os vereadores, como ele quer,



Reunião de 14/06/2017

tem estado a fazer passar. Veja que nem uma senhora respeitou, a presidente da câmara então, foi preciso o vereador Adelino intervir para isto acabar senão era capaz de... -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Eu gostava de perceber o que é que isso tinha a ver com a questão do parque, da construção dos combatentes. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Tem, tem a ver com a postura do presidente da câmara, mas agora vou ler a acta de doze do seis de dois mil e sete. Então, como toda a gente sabe, era uma ambição antiga do quartel dos nossos bombeiros. Os nossos bombeiros mandam uma carta para a câmara, que não vou, dado à escassez de tempo que a Vossa Excelência me está a limitar, vou apenas ler aqui alguns excertos. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Olhe que não, já lá vão vinte e cinco minutos. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Acho que não Sra., não pode, não pode. Mas aqui a Rita faz, como é sempre bondosa, cede-me aqui os, eu sei que os estatutos não prevêm, o regimento não prevê, mas, quando um presidente da câmara está duas horas a debitar e sem interesse nenhum para o concelho e de questões verdadeiras e objectivas, acho que também pode haver hoje uma benevolência da parte de quem preside a nossa reunião. Então, os senhores nossos bombeiros dizem isto: “Mais solicitamos a Vossa Excelência que o terreno que nos foi cedido anteriormente pela autarquia seja, com, sensivelmente, cinco mil e cem metros, entre parêntesis, área manifestamente insuficiente para a implantação e funcional do quartel sito no Areal, fosse feita a respectiva escritura em nome da associação, para que o valor, o mesmo, revertesse para a construção do novo quartel. Certos que merecemos a melhor atenção de Vossa Excelência para este assunto, de extrema importância para o desenvolvimento da nossa terra e região, e bem-estar das populações. Subscrevemos com elevada estima e consideração. Solicita a Associação dos Bombeiros Voluntários de Nelas dez mil metros de terreno sito à Lobo Antunes para a implantação do novo quartel, com a possibilidade de construção do heliporto, centro de operações, serviços municipais de proteção. Solicita ainda a celebração de escritura a fazer a dação do terreno,” o terreno que já citei. Depois é que vem a pouca vergonha, um pingo de vergonha, e peço ao Sr. presidente da câmara que vá à farmácia e compre Memofante, porque isto é de todo lamentável. Em política, Sra. presidente em exercício, não vale tudo, em política tem que haver verdade, não pode haver mentira, e eu vou-lhe dizer o que é que o Sr. presidente da câmara disse, à data, vereador: “Esta declaração foi ser enviada à direcção geral dos comandos dos bombeiros”, que depois seguidamente” oiçam meus senhores, “seguidamente, o Sr. vereador José Manuel Borges da Silva apresentou uma outra declaração que a seguir se transcreve. Ponto 4.2. “Anterior cedência do terreno de Areal para construção de quartel dos bombeiros de Nelas. Considerando a cedência agora efectuada de um terreno para a construção do quartel dos bombeiros junto à Rua Lobo Antunes”, alínea b): “Que fere a legalidade, seguramente”, até estava aqui a pôr em causa a legalidade de um terreno para os nossos bombeiros, os terrenos para o mesmo efeito, “que, o terreno do Areal, dado à proximidade com equipamentos desportivos, culturais e de educação, sede do Cimo do Povo, parque infantil, deve destinar-se a um espaço público com a realização de infra-estruturas de utilização de interesse público”. Número 2, da mesma declaração de voto, do vereador José Manuel Borges da Silva, hoje presidente da câmara: “Manifesto-me contra”, repito, “manifesto-me contra a sua utilização por parte dos bombeiros para efeitos de loteamento ou



Reunião de 14/06/2017

venda, devendo assim o terreno anteriormente cedido reverter a favor do município”. Eu pensei que a Sra. vereadora hoje, sabendo que esta matéria é uma matéria quente, trazia hoje aqui para explicar às populações, ao órgão quanto é que o anterior executivo deu para a construção de um novo quartel dos bombeiros. Eu sei que o Sr. presidente da câmara tem isto atravessado, eu sei que o Sr. presidente da câmara tentou lá ir pôr, e pôs, uma placa grande, uma pedra, a dizer que também fez lá não sei o quê. Não sei o que é que ele fez, ninguém sabe o que é que ele fez, mas Sra. presidente em exercício, vir dizer que o terreno foi vendido por dificuldades económicas, é uma calúnia, é uma mentira, é uma inverdade. O terreno foi vendido conforme foi prometido aos bombeiros, houve pessoas que se manifestaram contra, mas calaram-se, a partir daí calaram-se. Não vieram com uma atoarda, com uma mentira para a rua, estamos em altura de eleições, os nossos bombeiros merecem ser respeitados, é uma casa sagrada. E, fazer política com as associações que não são bombeiros ainda, olhe, ainda dou de barato, como digo às vezes em Direito, ainda dou de barato. Fazer política com o GDR, com o Sport Lisboa e Nelas, com a Associação da Aguieira, ainda dou de barato, agora, fazer política de uma associação que é nobre, que tem que ser isenta, imparcial, que está ao serviço das populações, na defesa de vidas e de pessoas, Sra. presidente, haja decoro nesta matéria. E, digo-lhe que eu fico muito triste, eu fico muito triste, para, que o presidente da câmara não assuma aquilo que fez. -----

---- A Senhora Vice-Presidente perguntou: Está bem, já terminou? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques respondeu: Não, é só mais um bocadinho. Houve quem fez e não assumiu. Sra. presidente da câmara, vamos ter inaugurado com uns porcos no espeto, segundo me disseram, infelizmente, o vereador da câmara não sabe, mas sabe pela, há uns colaboradores directos de Vossa Excelência, que vamos ter a inauguração de um monumento aos combatentes, com porcos no espeto e salto dos pára-quedistas. Queria que me confirmasse se é verdade, ou mentira, e queria que me confirmasse como é que foi feito o procedimento para o pagamento disso, e que também me informasse como é que fica a praça, ou se vão pôr só cem metros quadrados, como dizem aí, em volta de um monumento que lá vão pôr, e tudo o mais à volta fica em terra batida como está, e estão apenas a fazer uma inauguração eleitoralista, abdicando claramente daquele monumento que estava na Rotunda da Jaca. Espero que não faça como o Sr. presidente da câmara, porque nós merecemos ser esclarecidos e agradecia saber o que é que se passa. Muito obrigado, pela sua contemplação do tempo que me excedi. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges: -----

---- Muito bom dia, eu começava por uma pergunta ao Sr. vereador Marques, se me podia dizer em que página da acta é que está a tal declaração que inicialmente relevou a primeira declaração que fez, de interrupção. E gostava de começar também por me associar às palavras que a Sra. vice-presidente expressou. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques respondeu: Desculpe interrompê-lo, página 3, da acta de doze do seis de dois mil e sete, em que o Sr. presidente da câmara se tornou vereador da oposição, naturalmente. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Muito obrigado, estou esclarecido, obrigado. Queria começar por me associar, pelo menos em parte, às palavras expressas pela Sra. vice-presidente, relativamente ao movimento associativo e à importância que eles têm no desenvolvimento cultural do concelho. Efectivamente, estou de acordo com



Reunião de 14/06/2017

isso, se não fossem eles, e acho que têm que ser, efectivamente, eles, não terá que ser a câmara a substituir-se a eles. E, até acho, até defendo, e já defendi no passado, que muitas das vezes essa substituição que em determinados momentos é, de alguma forma, tentadora, pode, de alguma forma, castrar ou matar algumas iniciativas que vão perdurando no tempo e que, depois, com alguma concorrência directa e que, depois, normalmente até nem têm entradas pagas quando são organizadas por Juntas, ou por câmaras municipais, nomeadamente pela câmara. Acaba por pôr em causa esse movimento associativo que, como se sabe, muitas das actividades culturais que são desenvolvidas servem, não só, para desenvolver essa actividade, mas para arranjar receitas para a actividade normal. Isso acontece nos bombeiros como acontece provavelmente em todas as associações, seja a Aguieira, o Carvalhal, ou de outro lado qualquer. E, portanto, eu associo-me, mas gostava de deixar este alerta, e também lamentar que, efectivamente, até por aquilo que a câmara vai publicando amiúde na comunicação, ou através do *Facebook* da câmara, a colagem excessiva que existe, muitas das vezes, até injustificada, como o Sr. vereador Marques aqui disse, mas, outras situações que acontecem. E até e, agora, passando para a segunda questão, quando dizem que para justificar opções políticas, ou incapacidades que até podem ser naturais, porque o dinheiro não chega para tudo, e por isso é que há aqui pessoas a tomar decisões, portanto, não basta vir aqui o Desportivo, e falo o Desportivo porque está aqui o Sr. presidente, não é por mais razão nenhuma, ou vir aqui os bombeiros de Nelas, e dizer assim: “Eu quero cinquenta e oito mil euros, ou trezentos e cinquenta e oito mil euros”, e a gente tem que lhe dizer que não, porque se calhar não tem dinheiro. E isso, eles também têm que compreender. O que eu não acho aceitável é o Sr. presidente de câmara dizer a directores de associações que não dá aquilo que eles pedem, porque os vereadores da oposição não deixam, quando isso nem sequer é verdade. Aconteceu mais uma vez a semana passada, aconteceu, a propósito de um pedido de apoio, por causa da inscrição de um clube desportivo, numa porcaria de um campo de treino, e a resposta que foi dada foi, desculpem, coisa que nunca foi aqui discutida. Nem sequer aqui foi trazida à câmara, e depois andam a dizer mal dos vereadores, que dizem que não apoiam, eu bem me recordo como é que, isto é a mesma história, que ainda havemos de discutir aqui um dia, quando o Sr. presidente decidir acabar a agenda da reunião que interrompeu e que nunca acabou, onde estava, em cima da mesa, um pedido de apoio do Desportivo de Canas de Senhorim, ainda bem que está aqui agora o Sr. presidente, por causa da construção dos balneários e de melhoramento infra-estrutural, situação de um concurso que foi lançado pelo IPDJ, salvo erro, em que eu telefonei ao Sr. presidente a perguntar se ele tinha alguma coisa contra que eu apresentasse a possibilidade de a câmara poder ajudar e eu disse-me que não. E, eu trouxe-a aqui e até pedi ao Sr. presidente da câmara que ficasse com os louros todos, que eu não queria louros nenhuns, e ele fez a figura triste de falsificar documentos, de meter datas anteriores àquilo que foi aqui feito, com carimbos de entrada muito posteriores à data do documento, uma situação ridícula, para poder dizer que tinham tratado do assunto antes de eu o ter sugerido. Portanto, a paranóia chega a este ponto e, portanto, acho muito bem que se apoie o movimento associativo e que se dê o devido valor ao movimento associativo, e que não se parasite o movimento associativo politicamente. Até porque eu, não me parece adequado que se faça uma espécie de sequestro, dos dirigentes andarem de mão estendida e de “Ou me apoias, ou isto, ou aquilo”, assim esperançados numa espécie de, que haja uma espécie de síndrome de Estocolmo, como deve saber, é uma patologia que, no fundo, faz com



Reunião de 14/06/2017

que as pessoas sequestradas gostem muito de quem os sequestra. E, portanto, se calhar é isso. Eu acho muito bem que se apoie o movimento associativo, agora, alguma isenção e não perseguição a quem não professa ideias políticas, que são perfeitamente legítimas, nós podemos gostar, ou não gostar, agora, não devemos prejudicar quem tem a coragem de exercer democracia, se queremos ter um país democrático. Eu volto aqui a levantar uma questão que ainda não foi cabalmente esclarecida, que tem a ver com os elementos. Eu volto a questionar se há, ou não há, elementos precários a prestar serviço nas escolas, nos centros escolares, do primeiro ciclo. Volto aqui a dizer, voltaram-me a confirmar que há pessoas que estavam, estiveram a trabalhar de forma voluntária nas escolas do concelho, auxiliares de acção educativa. Admito que a câmara não tenha conhecimento concreto a determinada altura, já há um mês que estou a falar nisso, ou mais, portanto, neste momento só não sabe se não quiser. Outra questão que eu também queria falar tem a ver também com a questão do tractor, e deixo uma questão: o tractor foi adquirido, ou foi oferecido por alguma empresa? É que, se foi oferecido por uma empresa e foi-me dito que foi oferecido por uma empresa, se foi oferecido eu gostaria de saber qual foi a empresa e a título de quê. Espero bem que não, porque se foi, efectivamente, aquilo que me vieram dizer, admito que seja mentira, é uma empresa que até já, não é uma, são várias, é daquelas empresas que têm o mesmo dono, os mesmos sócios, e que têm várias ramificações que é para poderem encaixar nos ajustes directos e, portanto, estamos aqui, se for assim, a fazer um pagamento indirecto e a prejudicar o erário público e a câmara, porque não acredito que nenhuma empresa dê um tractor à câmara e portanto, a câmara vai pagá-lo de alguma maneira. E, aquilo que está a acontecer é que isso não é claro e não é sério. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Bom dia a todos, muito obrigado. Bem, eu começo por dizer que, provavelmente, o tractor será um dos contributos para a loja solidária, e se for aqui eu inscrevo-me já, porque eu ando a precisar de comprar um tractor e não tenho dinheiro para isso. Portanto, se ele estiver disponível eu posso-me candidatar... -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Tem que passar pela avaliação socioeconómica das assistentes sociais da câmara. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Ok, muito obrigado. É um tom de brincadeira, mas, de facto, pode ter por trás alguma coisa menos clara que, tendo em conta as suspeições que foram aqui levantadas, eu sugeria à Sra. vice-presidente que, directamente, ou pedisse ao Sr. presidente, para esclarecer, de facto, esta questão, porque, se é verdade, foi oferecido, parece uma coisa estranha uma empresa que presta serviços à câmara, e tem ganho alguns concursos e algumas obras, de algumas adjudicações, de oferecer um tractor. Parece uma coisa muito estranha e viola, de facto, os princípios elementares das regras da contratação em liberdade, e em democracia, e em transferência, como nós queremos. Portanto, deixava aqui a sugestão para que esse assunto fosse, de facto, esclarecido, e bem esclarecido. E, se ele foi comprado, e é para pagar em dois mil e dezoito, também provavelmente está só à experiência, provavelmente poderá estar só à experiência, e ela é propriedade, ainda, de quem o vendeu. Mas, pronto, estamos aqui a levantar aqui suspeições indevidamente, acho que deve ser esclarecido o assunto. Nós temos falado insistentemente, e hoje até está agendado um assunto que tem a ver com as ARU, e o Sr. presidente de câmara, até agora, não esclareceu nem um bocadinho aquelas dúvidas que foram aqui colocadas. Eu queria saber, em concreto,



Reunião de 14/06/2017

qual é o ponto da situação da legalização das quatro ARU que a câmara aprovou? Se esse processo está por legalizar, se está no Tribunal de Contas, se está para ir à Assembleia Municipal, como é que isso está? Eu gostava de saber, já perguntei isto três ou quatro vezes, não me é respondido e, de repente, aparece-me aqui uma alteração da ARU de Canas de Senhorim, admito que seja para andar para a frente, e para legalizar, e acho muito bem, mas gostava de saber é como é que estão, qual é a situação das quatro ARU que foram aprovadas? Porque, o que é verdade é que a economia local, os empresários, as pessoas particulares, as instituições, as empresas, estão a ser prejudicadas. Estão a ser prejudicadas, porque estão a incorrer em custos que, com a aprovação das ARU, poderiam minimizar esses custos. Portanto, neste momento, a câmara está a assumir, não é a câmara porque eu não tenho culpa nenhuma, e eu estou disponível para votar favoravelmente esse processo até final. O presidente de câmara, neste momento, está a assumir uma postura de entrave, de criar dificuldades e de contrariar aquilo que é a nossa ambição, que é que haja desenvolvimento da economia local, portanto, e a não aprovação das ARU, de facto, põe em causa esse desenvolvimento. Portanto, mais uma vez, fica aqui o apelo e o pedido de esclarecimentos, gostava de saber qual é o ponto da situação da legalização das quatro ARU, Nelas, Caldas da Felgueira, Canas de Senhorim e Santar. Depois, há pouco falei nas Caldas da Felgueira, eu, acerca de uma semana, passei por lá e, aquilo que já o ano passado chamei à atenção, e este ano chamei à atenção, e o presidente de câmara disse que ia ver o assunto e resolver, até há oito dias atrás não estava resolvido. Não sei se, entretanto, foi resolvido ou não, que é a retirada de resíduos florestais da berma da estrada de ligação da Felgueira à Nacional duzentos e trinta e um. Será que estão à espera que haja um incêndio que consuma aqueles resíduos para, depois, vir dizer que foi limpo? Mas, é que aquilo é uma zona muito perto das Caldas da Felgueira, é uma zona de risco, é uma zona perigosa. Acho que é um crime ambiental, por quem lá pôs as ramadas há mais de um ano que elas lá estão, há seguramente mais de um ano, porque há um ano falei eu aqui nisso e de quem não se incomoda, de quem não fiscaliza e de quem não providencia para que aquilo seja limpo. Portanto, fica mais uma vez, penso que é a terceira vez que falo nisto, eu sei que as sugestões dadas por mim e pelos vereadores da oposição no presidente de câmara, não é que caíam em saco roto, podiam cair em saco roto e ele, por si, constatar e mandar resolver as questões, mas têm é o efeito contrário, “Ah, foram os da oposição e foi o Adelino que sugeriu, então não faço”, e eu acho que isso é lamentável. Portanto, acho que deveria, este assunto devia ser tratado com urgência, hoje se possível, porque, com as temperaturas que estão, o risco de incêndio é muito grande, aquilo basta passar alguém e atirar para lá um fósforo e aquilo incendeiava-se de imediato e, depois é mais uma catástrofe. E, eu acho que há situações que nós devemos, e temos obrigação, de prevenir e tentar impedir. Depois, há uma outra questão que eu também queria aqui colocar, e também já falei nela algumas vezes, e vem na sequência do apelo que o nosso concidadão Sr. Ramos fez aqui na última reunião de câmara. O presidente de câmara prometeu, aqui, por diversas vezes, que ia iniciar/concluir os trabalhos da realização da Raposeira. Este processo já tem uma série de anos, foi feito um protocolo com o proprietário, é necessário acabar as infra-estruturas, o presidente de câmara prometeu aqui, diversas vezes, que era no trimestre seguinte, que era no ano seguinte, que era no semestre seguinte e, depois, disse que até ao final do mandato garantidamente aquilo estava tudo pronto e concluído. Ora bem, para o final do mandato já não falta assim tanto tempo, então a câmara vai fazer aquilo



Reunião de 14/06/2017

que lhe compete, sim, ou não? É bom esclarecer isso, não podemos deixar as pessoas andarem aqui a falar sozinhas, não se lhes dá troco, não se respeitam os compromissos, a câmara não é pessoa de boa-fé nesta matéria, porque assina protocolos e assume compromissos e depois não os cumpre. Portanto, mais uma vez fica aqui o apelo, até porque aquilo é uma zona de expansão da Vila de Canas de Senhorim, que naturalmente poderá ter ali investimentos de diversa ordem, e é necessário que a câmara não vire as costas a estas questões, e assumas as suas responsabilidades. Portanto, mais uma vez agradeço que a Sra. vice-presidente dê nota ao Sr. presidente de câmara que, de facto, eu também mostrei preocupação porque, de facto, o presidente de câmara e a câmara não está a cumprir a sua palavra. E, isso só me pode deixar também triste e incomodado, porque eu, quer o Sr. presidente queira, quer não, ainda faço deste órgão, embora ele agora encontrou um novo formato de publicitar as coisas, é que já não são obras da câmara, são obras do presidente de câmara, que é uma coisa assim um bocado estranha, não sei se ele tem orçamento próprio, não sei se o presidente de câmara tem orçamento próprio, se gere esse orçamento por si próprio sem passar cartão à câmara. O que é verdade é que as publicações que tenho visto ultimamente falam em iniciativas e obras promovidas pelo presidente de câmara e não pela câmara, o que é, acho que é assim uma coisa um bocado estapafúrdia. Mas, pronto, a mim não me incomoda rigorosamente nada, e continue que vai no bom caminho. Depois, um outro assunto, e porque ele também foi aqui abordado, é a questão da praça aos combatentes, ou do monumento aos combatentes. Eu também me opus a que aquele terreno fosse cedido aos bombeiros, e propus, em contrapartida, que fosse cedido um outro terreno, que depois acabou por ser, e penso que os bombeiros ficaram muito melhor servidos com o terreno onde estão actualmente o novo quartel, até porque tem possibilidade de instalar lá equipamentos que no Areal não teria. Portanto, eu fui da opinião que aquele terreno não devia ser cedido aos bombeiros, devia ser cedido outro, e que fosse dada compensação aos bombeiros, através do subsídio, ou de participação no custo da obra, como aliás veio a acontecer, e bem. Portanto, aqui há que dizer as coisas de forma clara e sem esconder nada, portanto, eu também me opus a que o terreno fosse dos bombeiros, sugeri que o terreno revertesse a favor da câmara, e a câmara, portanto, compensasse os bombeiros com o subsídio. E, também me opus a que o terreno fosse loteado e fosse vendido. Eu sempre fui da opinião que aquele terreno devia servir para instalação de um equipamento público. E, mais, foi no período em que se falou na construção de um centro escolar, e foi no período em que se verificou a carência de instalações desportivas cobertas, portanto, a proposta que eu fiz na altura, eu não sei se consta de alguma acta, se não, mas também não me incomoda nada que não conste, a proposta que eu na altura fiz, ou a sugestão que eu fiz foi que o projecto do Centro Escolar de Nelas fosse dimensionado por forma a incluir um pavilhão gimnodesportivo, um novo pavilhão desportivo, de dimensão adequada, não aquela coisa que está lá nas instalações do centro escolar, que não me parece de todo, portanto, utilizável pela comunidade, portanto, o que eu sugeri foi que aquele espaço, deslocando, naturalmente, o parque infantil para um lado ou para o outro, aquele espaço podia ter continuidade com as instalações do centro escolar e poderia servir, por exemplo, para a construção de um segundo pavilhão desportivo. Portanto, essa era a minha ideia da altura, e é a minha ideia actual, é a minha ideia actual, embora a minha ideia também evoluiu depois disso, até para a possibilidade de esse tipo de infra-estruturas de alguma dimensão poder ser partilhado com outras freguesias. Por exemplo,



Reunião de 14/06/2017

fazer numa zona intermédia entre Nelas e Canas de Senhorim, construir esse, portanto, a minha opinião evoluiu depois disso, mas o essencial manteve-se. De facto, as instalações desportivas do centro escolar parecem-me insuficientes, o actual pavilhão desportivo parece-me já insuficiente, e aquele espaço poderia ser aproveitado para um equipamento público de utilização colectiva. Portanto, com estes pressupostos eu penso que, de forma mais ou menos coerente, aquilo que defendi na altura foi aquilo que defendi agora. Polémicas em relação a bombeiros, isso aparte, porque os bombeiros, felizmente, concretizaram a sua obra, não foi necessário aquele terreno, penso que não ficaram prejudicados, antes pelo contrário. A câmara, de facto, colaborou na construção, portanto, polémicas dos bombeiros aparte, parece-me que fazer agora ali uma praça dos combatentes, com um monumento aos combatentes, e com todo o respeito pelos combatentes, até porque eu não fui combatente numa guerra, mas cumpri o serviço militar. O meu avô foi combatente na Primeira Guerra Mundial. Foi agraciado com uma medalha de segunda classe, que nunca lhe foi entregue e eu, naturalmente, não quero usar este palco para o reivindicar, mas a condecoração que o meu avô recebeu, na Primeira Guerra Mundial, e foi uma condecoração de algum relevo, nunca lhe foi entregue porque a Liga dos Combatentes na altura, não tinha meios e, então, ficava com as medalhas que eram dadas aos soldados. Eu peço desculpa por este aparte, ficava com as medalhas e transformava aquilo, provavelmente, em dinheiro, porque a Liga dos Combatentes não tinha meios. Portanto, se calhar, hoje, a Liga dos Combatentes tem meios e até poderia, de facto, fazer essa correcção a um erro histórico, porque uma coisa é a agraciação a uma pessoa que se destaca em combate, e que, enfim, até a família, se calhar, gostaria de exhibir essa condecoração. Mas, pronto, fechando este parêntesis, dizer que me parece, de facto, um desperdício de recursos fazer uma praça dos combatentes a poucos metros ao lado de uma rotunda dos combatentes, onde existe um monumento dos combatentes, goste-se ou não ele foi feito. Não sei se agora vai ser demolido, nós aprovámos aqui, de facto a maquete e o projecto para o monumento dos combatentes, que vai ser construído agora, parece-me é que, numa altura em que a câmara manifestamente não tem dinheiro, e a prova disso é os três ou quatro assuntos que estão aqui agendados para pagar em dois mil e dezoito, parece-me é um desperdício de dinheiro andar a fazer ali coisas à pressa, em período pré-eleitoral, e a fazer grandes inaugurações e grandes pompas e grandes festas. Parece-me, de todo, desadequado, tanto mais que não é um assunto de extrema importância, tanto mais que é uma réplica de uma ideia que já existe. Portanto, eu não tenho nada contra os combatentes, antes pelo contrário, até pelo que acabei de dizer, acho que, sim senhora, que é uma boa ideia, mas que, se calhar, justificava-se fazer aqui um outro tipo de abordagem em relação a esta questão, e não é desta forma, ainda por cima vem-se agora, agora parece que é moda, agora é uma empresa que vai oferecer um monumento. Uma ofereceu o tractor, outra vai oferecer o monumento, quer dizer, isto qualquer dia a câmara transforma-se numa instituição... -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Só que a Lei impõe que essas doações têm que ir ao órgão para ser aprovado, e não vieram cá. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral continuou: Eu vou terminar já, e qualquer dia a câmara transforma-se numa instituição que recebe esmolas e donativos e contributos de pessoas e parece que não tem orçamento próprio, parece que não tem recursos financeiros próprios, ou então tem e aloca-os de uma determinada maneira que, depois, lhe permite receber retornos de forma mais ou menos duvidosa e não muito clara, e isso é que é



Reunião de 14/06/2017

motivo de preocupação. E, em relação à questão que o Dr. Alexandre Borges falou, eu também subscrevo uma parte das palavras que a Sra. vice-presidente referiu, em relação às associações, em relação às iniciativas de âmbito social. Agora, há aqui uma coisa que eu digo e sempre defendi: a câmara, ao promover iniciativas deste tipo, corre dois riscos, primeiro: está a assenhorar-se de competências e de meios, que depois transforma em meios de propaganda, que deveriam ser reservados às associações. As questões de apoio de solidariedade, de apoio social, de todas essas questões, que são competências do movimento associativo, e que o movimento associativo do concelho, felizmente, o tem cumprido e bem, e bem. A câmara a imiscuir-se nessa matéria corre o risco de esvaziar as associações de conteúdo e das suas funções. E esvaziando das suas funções, as associações já têm poucos recursos e, depois, correm o risco de fechar, e depois é a câmara que vai ficar com o ónus de prestar apoio social aos idosos, prestar apoio social aos carenciados, prestar apoio social às pessoas portadoras de deficiência, quer dizer, e isso são competências que manifestamente a câmara não tem. De maneira que, o modelo que eu defendo é um modelo ligeiramente diferente. Eu acho muito bem todas essas iniciativas, e elas têm a ideia, não pondo em causa a bondade dessas ideias, mas, de facto, na minha óptica, essas iniciativas devem partir do movimento associativo, ou, então, a câmara chamar as associações e dizer: “Temos aqui identificada esta carência, esta necessidade, os senhores são as associações, as instituições que estão no terreno. O que é que temos que fazer, ou o que é que as pessoas podem fazer, ou como é que vamos articular as vossas capacidades com as necessidades que há na comunidade?” e não a câmara por si “Agora vamos aqui abrir uma loja solidária. Agora vamos aqui abrir uma Nelas solidária. Agora vamos aqui”, e a câmara, ao estar a fazer isso, está-se a sobrepor às associações, está a esvaziá-las de conteúdo, e está a pô-las dependentes depois da tal situação do subsídiozinho. “Eh pá, agora tem que ser, mas se não te portares bem não levas o subsídio” a gente como é que isso funciona, e infelizmente nos últimos tempos isso tem sido uma prática corrente, com a desvantagem de dizerem que, afinal de contas, não pode haver dinheiro para as associações porque os vereadores não deixam, o que é uma perfeita mentira. As associações, pese embora a bondade destas iniciativas, as instituições de solidariedade social do concelho, que são muitas e boas, há freguesias que não as têm, infelizmente, como é o caso de Senhorim. Voltamos a falar na questão Senhorim, as instituições do concelho, as associações, correm o risco depois de, a câmara é que organiza tudo e manda em tudo e controla tudo. É evidente que o presidente de câmara que cá está agora pode não ser o mesmo daqui a quatro ou cinco anos, e pode ter um entendimento diferente. E, é por isso que aí é que está o risco de estas questões, da distribuição de alimentos, da distribuição de roupas, do apoio a idosos, do apoio a doentes, do apoio a estas carências, estas questões têm que ser tratadas com instituições que permaneçam no terreno, que tenham essa actividade como a sua missão principal, e não a câmara agora porque é muito giro e tira-se umas fotografias e põe-se nos *sites* da câmara a dizer que “Agora a câmara inaugurou aqui uma loja solidária”. Isso, para mim, é vazio, é oco. Seria muito mais, eu aplaudiria com muito mais veemência se essa iniciativa partisse de uma associação, ou duas, ou três, ou as que forem necessárias, e a câmara apoiasse com todos os meios, mas apoiasse a sério. Não é fazer como faz, por exemplo, com a Santa Casa da Misericórdia de Santar, que tem uma obra feita, concluída, e apoios da câmara, isto zero, bola. E eu tenho uma pessoa de família na direcção da associação, mas não tenho problema nenhum em falar nisso. Portanto,



Reunião de 14/06/2017

a câmara, se quiser intervir na área social, onde neste mandato investiu pouco ou nada, tem um meio simples. É, apoia as instituições, apoia as IPSS, dá-lhes meios, dá-lhes, transfere-lhes dinheiro, o que for possível e necessário e, naturalmente, colabora. Não é, agora, a câmara andar aqui armada em IPSS só para ficar bem na fotografia, isso não é nada. E eu, naturalmente, renovando a bondade da ideia, sim senhor, muito bem, mas a câmara, na minha óptica, a câmara não se devia meter nisso, porque a câmara tem muitas outras coisas para tratar e para fazer. Muito obrigado. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: -----

---- Só dois minutos, não demoro mais. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Ó Dr. Marques, mas se for mesmo dois minutos, está bem, senão não consigo. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: É uma questão que o Adelino levantou, e acho que é pertinente, mas convém aqui um pequeno esclarecimento. Todos nós sabemos que o presidente da câmara abandonou, claramente, as obras do anterior executivo. Abandonou as Rotundas de Canas de Senhorim, abandonou a Casa de Frazão, abandonou o monumento aos combatentes, mas quero aqui dizer uma coisa, que fique claro, e temos aqui uma prova inequívoca, porque a pessoa em questão está aqui. Foi o Sr. presidente da câmara, enquanto vice-presidente de Isaura Pedro, que elaborou, não sei se no escritório dele, se não, o protocolo com aquele senhor que está ali sentado. O Sr. presidente da câmara não é alheio às responsabilidades que trouxe a essa matéria, porque foi ele que se responsabilizou, rectificadas depois, pelo órgão câmara municipal. Que o Sr. presidente da câmara queira fugir a tudo o que nós fizemos no passado, deixa cair a Casa do Frazão, não mexe nas rotundas de Canas de Senhorim, iremos mexer se Deus quiser. Tudo, destrói o que era, abaixo o monumento em frente à Caixa, ele quer destruir o passado e quer pôr placas com o nome dele, mas o caso concreto da questão do Sr. Ramos foi o presidente da câmara, enquanto vice-presidente da câmara de Isaura Pedro, que fez e que elaborou o protocolo. Por isso, ele não está, pese embora, como diz o Adelino e bem, a câmara, pessoa de bem, tem que se responsabilizar pelos activos e pelos passivos, mas o Sr. presidente da câmara não está alheio, digamos que foi o fundamental responsável pelos compromissos assumidos por aquele senhor que está ali. Por isso, que fique de uma vez claro esta matéria. Soube, Sra. vice-presidente, e vou-me já calar, que fomos enganados. O malabarismo que Vossas Excelências têm feito aqui, soube agora que fomos enganados. Percebo agora porque é que os senhores não querem pagar às associações, porque os subsídios vieram a este órgão e nós, de boa-fé, pelo menos eu, de boa-fé, o tal que nada percebe de contas, de boa-fé aprovei os subsídios, sem terem cabimentos e sem terem fundos disponíveis. Percebo agora porque é que os senhores dizem que não pagam, porque nós não aprovamos as contas, espectáculo. Prometem subsídios e, depois, não têm forma legal para os poder pagar. Os senhores enganaram-nos, os senhores mentiram-nos, os senhores fizeram malabarismos nessa matéria. Haja vergonha, haja decoro e respeitem as associações, porque elas merecem todo o respeito. E, aquele senhor que lá em baixo está sentado, que pressione o presidente da câmara para trazer aqui à reunião de câmara esse pagamento, para assinar o cheque, que eu, Manuel da Conceição Marques, voto favoravelmente. Não voto é as poucas-vergonhas que o Sr. presidente da câmara quer fazer, os duzentos mil euros davam um jeitão para os malabarismos dele, e para o despesismo que ele queria. Por isso, Sra. presidente, a senhora também é responsável pela contabilidade, traga



Reunião de 14/06/2017

aqui os subsídios que já foram atribuídos e paguem-nos, e digam como é que os querem pagar. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Eu, também em relação a essa matéria, há aqui, é muito simples responder a essa questão. Eu sei que tem sido dito às associações, e não só, que a câmara não pode fazer pagamentos porque as contas não foram aprovadas, ora bem, isso é uma falsidade, é uma mentira, é uma calúnia, é uma coisa muito feia. Nomeadamente em relação às associações, e se a Sra. vice-presidente me permite, é uma pergunta muito simples, à Dra. Célia. As contas que estão no orçamento para dois mil e dezassete, de subsídios a instituições para obras, ainda têm saldo, sim ou não? Ainda têm saldo e, o saldo da conta de subsídios, o saldo da conta de subsídios para instituições, para obras, é superior a duzentos mil euros, sim, ou não? Portanto, se há um saldo no orçamento, não é preciso aprovar contas nenhuma, é preciso é arranjar dinheiro para pagar, que é diferente. A aprovação de contas do exercício anterior, não é uma entrada de dinheiro, é a libertação de valores no orçamento deste ano para se poderem encaixar despesas, mas não há dinheiro para as pagar. Portanto, há aqui e eu peço desculpa estar a virar para um canto da sala, mas há aqui pessoas que estão ligadas a instituições, a quem isso foi dito, e essas pessoas, as pessoas ligadas a essas associações, têm feito eco dessa malvadez, a dizer. “Eh pá, o presidente até dá o dinheiro, mas aqueles malandros dos vereadores”, e eu não aceito isso, isso é uma calúnia grave. Portanto, não há dinheiro para pagar os subsídios, é verdade, mas isso não tem a ver com a aprovação de contas, porque nas rubricas orçamentais, do orçamento deste ano, há lá dinheiro disponível, há valores disponíveis. Haja é dinheiro para os pagar. Portanto, cuidado, os senhores que estão à frente das associações, como diz o povo, não emprenhem pelos ouvidos, porque a mentira tem a perna curta, e apanha-se mais depressa um mentiroso do que um coxo. E, neste caso, se alguém e admito que tenha sido o Sr. presidente de câmara, que não está aqui para se defender, se alguém o disse mentiu, com todos os dentes que tem na boca, e mentiu de forma malévola, para pôr em causa o bom nome, não é dos vereadores, da câmara. O que está aqui em causa é o bom nome da câmara, do órgão câmara municipal, isso é que está em causa. Não é dos vereadores, eu a mim pouco me incomoda que ele diga que eu sou um bandido e um malandro e um gatuno e um ladrão, pouco me incomoda isso. O que está em causa é o bom nome e a respeitabilidade do órgão câmara municipal. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Só um segundo. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Dr. Marques, é que assim não falo eu hoje vez nenhuma, e nós até queremos acabar isto mais cedo. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: É que houve aqui um grande problema, Sra. Dra., o grande problema é que agora vocês não conseguem arrear caminho. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Conseguimos tudo. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Não, porque vocês prometeram às associações e desminta-me se estou a mentir, oitocentos mil euros pela compensação da barragem de Girabolhos. Vocês mentiram àquela gente que está aí, vocês prometeram oitocentos mil euros, diga-me lá onde é que estão os oitocentos mil euros. -----

---- A Senhora Vice-Presidente perguntou: Dr. Marques, podemos seguir a reunião? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques respondeu: Pode, pode seguir. E explique lá isso. -----



Reunião de 14/06/2017

----A Senhora Vice-Presidente afirmou: Então, eu vou tentar dar aqui algumas respostas daquilo que eu posso, que eu sei, e com estilo diferente, mas é o meu e, portanto, é aquele que temos no dia de hoje. E eu até vou começar aqui, se o dr. Marques não se importa, e o Alexandre, pelo Adelino, as questões estão mais frescas e algumas também se cruzam com as vossas. E esclarecer-vos que, de facto, a câmara Municipal de Nelas, como vocês sabem, porque trazemos a posição da gestão orçamental todos os meses à câmara, não está de maneira nenhuma numa situação, nem de ruptura financeira, nem com dificuldades como noutros tempos já estive, todos nós sabemos disso. Se existe informação dita de uma forma menos correcta, empolada de uma forma menos correcta, também, para que ela seja percebida com exactidão, eu aí não consigo esclarecer mais. Agora, a situação financeira da câmara é bastante saudável, o esforço tem sido enorme para se pagar a dívida, que todos sabemos que a câmara tem, e que a tem pago. Temos assumido todos os compromissos, salvaguardando a concordância da câmara, temos acompanhado o mais possível em termos de candidaturas de fundos comunitários, até conseguimos fechar contas e gerar um saldo e, portanto, a situação financeira da câmara, comprovadamente, é uma situação financeira bastante saudável. Ela só está, é pequenina demais perante a imensidão de oportunidades que, neste momento, existem, com candidaturas submetidas e aprovadas, com candidaturas em curso para candidatarmos ainda mais, e para projectarmos, de facto, o município de Nelas no nível do desenvolvimento que tanto merece. E, de facto, garanto-vos que o próximo mandato autárquico é, de facto, um mandato autárquico muito apetecível, porque ele vai ser mesmo muito bom para quem tiver a legitimidade democrática de o executar porque, de facto, a Câmara Municipal de Nelas está numa situação bastante saudável e com uma capacidade de projectos de futuro, de curto e médio prazo extraordinários para o desenvolvimento do território, não só em termos de candidaturas aprovadas em obra física, mas até vamos tendo, recentemente, outro tipo de satisfações que na próxima reunião de câmara vos trazemos com informação completa, que é a recente aprovação da candidatura da rede de programação cultural, aliás, da programação cultural em rede que tivemos e que está em audiência prévia para nós, de facto, aceitarmos os valores que estão previstos. Mas é, de facto uma conquista também em termos da nossa capacidade de nos propormos, juntamente com outros municípios a termos uma programação cultural em rede durante três anos e, portanto, uma candidatura em investimento cultural para os próximos três anos, também é qualquer coisa que, de facto, que nos orgulha e potencia o município de Nelas. Relativamente a esta questão da loja solidária e dos projectos de apoio solidário, e eu sei, já tivemos bastantes conversas e eu sei que o Adelino é tão, ou mais, sensível do que eu, e todos somos, nesta matéria. Mas, só mesmo para esclarecer porque, de facto, o esclarecimento é a mesmo a reposição da verdade, no sentido de poder legitimamente até acreditar que não fosse. O projecto da loja solidária consta do plano de acção aprovado em CLASN desde dois mil e catorze. De facto, ela só foi possível de ser requalificada, aprovada e inaugurada no Domingo passado, mas não é de todo um projecto que nós nos lembramos de fazer em dois mil e dezassete. Em dois mil e catorze aprovámos em CLASN aquilo que eu até ligeiramente falei, de uma rede de serviços chamada de empreendedorismo social. Não só e jamais serviços da responsabilidade, quer como gestor, quer como co-gestor da câmara municipal. A loja solidária tem, inclusivamente, para além de ter sido discutida por todos os parceiros sociais, dos quais fazem parte as IPSS, as associações, a paróquia, as juntas de freguesia, enfim, todos os membros que compõem o Conselho Local de Acção Social, desde



Reunião de 14/06/2017

dois mil e catorze que está em plano e nem sequer é uma ideia nova, infelizmente. Regra geral as câmaras têm esta loja solidária porque, de facto, acreditamos, e acredita, de alguma maneira, a estrutura de rede social que o país tem que, até por questões logísticas, a câmara municipal acaba por ser o parceiro social de um território que tem melhores capacidades para gerir o acondicionamento dos bens, que são entregues para essa loja solidária, para depois ser distribuído para quem dela precisa. A distribuição, a entrega e distribuição está verdadeiramente acautelada no regulamento que nós trouxemos à câmara, que foi já à Assembleia Municipal e já foi publicado. Só depois disso é que nós poderíamos, de facto, abrir a loja solidária. E, ela só foi aberta agora também, não só pelo espaço, que foi preciso encontrar, requalificar, não só também porque precisamos de um conjunto de voluntários disponíveis para dar resposta às necessidades da loja solidária, e daí a constituição do banco local de voluntariado, daí a existência de um projecto como a Universidade Sénior, que tem disciplinas entre aspas, próprias, dedicadas à solidariedade, daí os projectos intergeracionais que temos no Verão, das equipas de Verão, colocando jovens e seniores a trabalhar também na loja solidária. E, de forma alguma, este processo existe à margem das associações das IPSS, muito pelo contrário. Por isso é que nunca poderia ter sido constituído sem ter sido validado, precisamente pelo órgão que, no território, é o órgão soberano em matéria de respostas sociais, que é exactamente o Conselho Local de Ação Social. E, portanto, eu acredito sinceramente que, é só um bocadinho, eu acredito, ó Dr. Marques, eu estou a falar, eu também não me levantei enquanto falou, pronto. Portanto, os exemplos de estilo mantêm-se. E, portanto, eu acredito mesmo que a opinião que o vereador Adelino proferiu seja, de facto, uma opinião de quem pudesse não estar consciente de que, de facto, o projecto foi trabalhado em Conselho Local de Ação Social, e desde dois mil e catorze. E, portanto, ele só foi possível agora por todo um conjunto de condições, volto a referir, infra-estrutura disponível, requalificada, recursos humanos para voluntariamente ajudar no processo. De modo algum se vai sobrepor a uma resposta que as associações, ou as IPSS, ou grupos sócio caritativos já o fazem, seja em Canas de Senhorim, seja a Cruz Vermelha em Santar, seja a Paróquia de Nelas, sejam os escuteiros. Tudo isto vai continuar, até por uma questão de proximidade, que estas entidades e grupos voluntários já criaram, com quem está habituado a chegar lá e a oferecer, simplesmente, a loja solidária hoje pode oferecer a essas instituições, a essas associações e a esses particulares, condições melhoradas para acondicionar os bens e participarem connosco, obviamente, com as assistentes sociais, no processo de entrega. Nós, a câmara municipal e eu concordo inteiramente consigo, deve estar o mais possível afastada, particularmente desse momento do dar, desse momento da entrega e, daí que nós, mesmo no Natal, das recolhas que são feitas para brinquedos, procuramos sempre apoiar, mas, em regra não tem sido a câmara a fazer esse momento da entrega. E, de facto, em termos de apoio financeiro, logístico, humano, às associações, às IPSS, eu não tenho aqui uma listagem mas eu acho que é inequívoco, até pelo bom relacionamento que temos com todas, manifesto quer nas actas do CLASN, quer de uma forma mais formal ou informal, com todas as associações e as IPSS. Nós só não fazemos aquilo que não pudermos mesmo, seja no apoio a candidaturas que elas possam apresentar, seja na defesa de projectos, uns através da compensação de Girabolhos, outros de insistência nos ministérios, como é o caso de Carvalhal Redondo, os subsídios que a câmara aprovou por unanimidade à Santa Casa da Misericórdia, os apoios que fazemos de projectos de especialidade que são precisos fazer-se para avançar com esses



Reunião de 14/06/2017

mesmos projectos, beneficiação, como é o caso da Associação do Folhadal, o alargamento daquela praça, enfim, em apoio a obras, eu acho que, de facto, nós gostaríamos de fazer muito mais, mas não tem sido possível mais. Ainda assim, estou convicta que, em termos de apoio social, seja directo por subsídio, seja por projectos em curso, mas sobretudo pela ligação humana que temos nos projectos, nos vários projectos que temos nesta rede de empreendedorismo social, a câmara pode e os Srs. vereadores podem-se orgulhar todos de que, em termos de dinâmica social, o município de Nelas, também neste nível, pode mostrar excelentes resultados, seja na Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, quando temos que apresentar o que somos capazes de fazer, como seja quando nos podemos candidatar à CCDR, ou em qualquer outro seminário que se organize no concelho, na região. Os projectos que apresentamos na dimensão social têm sido sempre alvo de parabéns alargados e, portanto, eu acredito mesmo que todos nós e todos os vereadores se podem orgulhar disso mesmo. Relativamente às dúvidas lançadas e sobre a praça dos combatentes, ou sobre o monumento dos combatentes, e pegando também aqui nesta parte final, e agradeço, de facto, a partilha dessa história pessoal, do vereador Adelino, e sem qualquer ironia da minha parte, acredite, eu acho que este até poderia ser o momento certo para recuperarmos essa história e dignificar a memória dessa história, precisamente neste dia. Ou, na sequência deste dia, num trabalho que eu não tenho qualquer dificuldade em me associar ao vereador Adelino e dignificar essa memória viva, na sua pessoa, e totalmente merecida. Nós, todo este dia está a ser organizado precisamente com a Liga dos Combatentes, está a ser trabalhado por um historiador um livro em homenagem aos ex-combatentes naturais do Concelho de Nelas, que morreram nos vários combates. Perdoem-me a minha imprecisão de designação da guerra certa e do ano certo. E, portanto, sem qualquer ironia da minha parte manifesto-me totalmente interessada e disponível para corrigir o que a história deixou mal trabalhado. E, relativamente, de facto, a esta obsessão do monumento dos combatentes. De facto, isto foi sujeito a um concurso de ideias, nós aprovámos esse concurso de ideias, é um projecto que foi idealizada à praça pela arquitecta Denisa, é um projecto da câmara municipal, que já várias vezes, ou, pelo menos vezes suficientes já foi discutido pela câmara. Em alguma altura ele tinha que ser concretizado, está a ser concretizado agora, eu também acredito que isso possa sugerir algumas ilações mais eleitoralistas, ou não. É legítima a vossa observação, mas, o que é facto é que o monumento não é uma obra também que tenha surgido agora. Ele já está a ser trabalhado, quer pelo concurso de ideias, quer por tudo aquilo que já foi aprovado na câmara há bastante tempo. Só foi possível, em termos de condições financeiras, logísticas, temporais, de planeamento da própria obra agora, é o que eu vos posso reafirmar. A capacidade que o Sr. presidente vai tendo de gerar confiança nos empresários para ajudarem a realização das obras, e para o patrocínio, por exemplo, neste caso do monumento aos combatentes por parte da Mota Engil, de facto ele tem conseguido essa capacidade de confiança por parte dos empresários que vão ajudando, não vos consigo dizer mais do que isto. É aquilo que eu vou sabendo dessas conquistas que ele vai conseguindo e, com isto, introduzo a temática do tractor, que manifestamente não tenho informações para vos dar daquelas que vocês solicitaram, mas, garanto-vos que as vou transmitir por forma a que, na próxima reunião de câmara o Sr. presidente as possa esclarecer. Pronto, as vossas dúvidas, e é natural, são acompanhadas por palavras que, naturalmente, ele as poderia defender melhor do que eu, portanto, não há aqui nenhuma ilegalidade certamente, não há aqui nenhuma mentira, não há



Reunião de 14/06/2017

aqui nenhuma situação duvidosa, isso convictamente. Mas, ele irá salvaguardar todas essas informações. E, pronto, e relativamente lá abaixo à praça dos combatentes e toda a infra-estrutura que foi pensada e que está em curso, o Dr. Marques trouxe questões antigas, de quando aqueles terrenos estariam previstos para os bombeiros municipais de Nelas, desculpa, tens razão, bombeiros voluntários de Nelas. O vereador Adelino também manifestou, na altura, a sua posição e de facto excelente a sugestão de que aquele espaço público fosse anexado à infra-estrutura educativa e desportiva do centro escolar. Garanto-lhe que, se eu cá estivesse nessa altura, tinha aprovado inteiramente a sua sugestão, porque ela faz todo o sentido. O que é facto é que não foi isso que foi feito, e aquilo que a câmara fez neste mandato foi recuperar os lotes que estavam cedidos para construção, num processo também já por nós todos acompanhado, para transformar aquele espaço num espaço de usufruto público e que vai iniciar-se, de facto, com a inauguração do monumento aos combatentes e toda uma praça dedicada em homenagem a essas pessoas que muito nos honram e, pronto, e é um projecto que todos conhecemos que, de facto, só foi possível agora. Relativamente às ARU e, portanto, vamos falar aqui desta que está na ordem do dia, mas, relativamente às ARU, portanto, diz o aviso da CCDR que, no fundo, fez surgir todo este trabalho, seja da delimitação das ARU, seja a concretização do PARU, do Plano de Acção de Reabilitação Urbana, que a câmara tem um ano, desde o dia em que é deliberado em câmara municipal, tem um ano para levar à Assembleia Municipal a delimitação das ARU aprovada em câmara, para ficar devidamente rectificada pela Assembleia Municipal, e isso vai acontecer, daí que a Assembleia Municipal de Junho, o Sr. presidente da Assembleia Municipal vai-me perdoar de informar antes de ser convocado por escrito. Vai ser convocada para dia vinte e dois de Junho, precisamente para integrar o período no qual está enquadrado levar à Assembleia Municipal para regularizar a situação e, portanto, a partir dessa data, cumprindo todos os trâmites, os incentivos que estão previstos particularmente para a reabilitação urbana, seja de edificado público ou privado, vão passar a ser uma realidade, cumprindo todos os procedimentos que sejam precisos. E, também por isso, de facto a alteração que hoje vai ser proposta à câmara, particularmente, na área de reabilitação urbana de Canas e Urgeiriça, para contemplar uma área que não estava inicialmente, e quase que sem razão, por forma a que todos os investimentos por recuperação que a EDM vai fazer nas casas sejam, de facto, beneficiados particularmente em termos de taxa de IVA nessa realização. Portanto, estamos ainda dentro do prazo, naturalmente que qualquer atraso saia em prejuízo de quem pode beneficiar dos incentivos, mas nós também temos assistido ainda assim a esforços privados e públicos de regeneração urbana no nosso município, particularmente nestes centros históricos e comerciais. E, portanto, as coisas não estão paradas, também, mas claro que vão ter um impulso completamente diferente e por isso é que elas foram delimitadas, as quatro ARU e as outras, que também já várias vezes nesta câmara foram solicitadas. Posso também dizer-vos que já foi pedido orçamento à mesma empresa a SPI para as outras, penso que são quatro, ó Marta, não sei se me pode confirmar, são mais quatro ARU para que o Concelho de Nelas fique todo ele salvaguardo, sim, sim, quatro, não é? Mas, pronto, também já foi pedido orçamento e o Sr. presidente trará, numa próxima reunião, para a câmara poder deliberar, pronto. Relativamente à questão que colocou das Caldas da Felgueira, eu também estou muito preocupada porque, de facto, se as coisas se mantêm e eu garanto-lhe que eu hoje mesmo, quanto terminar a reunião, vou falar com a Eng.^a Inês para ela nos poder dar a todos uma



Reunião de 14/06/2017

resposta concreta de quando é que pode ser limpo aquilo que nem sequer devia estar lá. Relativamente à Raposeira, eu sei que o Sr. presidente falou com o Sr. Ramos na última reunião de câmara. Nós também sabemos que o projecto não foi abandonado nestes quatro anos, foi sendo cumprido lentamente, é verdade, mas foi sendo cumprido o protocolo. Ainda faltam algumas coisas, eu sei que o Sr. presidente falou consigo na última reunião de câmara, e acredito que tenha assumido um compromisso final com o Sr. Ramos. Não acho que esteja, de todo, em abandono, o cumprimento, por parte da câmara, do protocolo. Mas, neste momento, vereador Adelino e vereador Manuel Marques, não vos posso dizer mais nada que não seja isto. Relativamente ao que o Alexandre colocou, pronto, esta questão das associações e do GDR em concreto, no fundo o que importa é que o apoio foi dado para a candidatura foi só um exemplo, pois, Ok. Até pegando nessa ilustração de exemplo, de facto, o que importa é que a oportunidade da candidatura foi sinalizada, fomos, conseguimos em termo record ajudar-vos à candidatura e assim ela seja aprovada para aquilo que a associação necessita. Eu já disse há pouco que, de facto, a comunicação pode, às vezes, extrapolar e isso levar a algumas imprecisões e que, depois, leve e algumas dúvidas, mas está para ser agendada, também, uma reunião de câmara extraordinária para voltarmos a discutir a conta, para aprovarmos a conta de gerência de dois mil e dezasseis e, nessa altura, julgo que todas as dúvidas que têm estado nestas últimas semanas, tanto aqui nesta mesa como em praça pública, vão ser devidamente sanadas, até pelos compromissos que todos aqui fomos assumindo, até pelos compromissos. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Para as associações, não foi o vereador Adelino nem o Manuel Marques, Sra. Dra. peço-lhe que, no mínimo seja verdadeira também, é que a senhora está a ser uma política mais refinada que o presidente da câmara. A câmara extravasa, toma as bombas, a senhora não precisa de as tomar explique às associações que a senhora, que foi levantar um incidente que não lhe paga porque nós não deixamos.-----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Nós vamos discutir todas essas questões, então, nessa reunião de câmara extraordinária, e acredito que as explicações serão dadas todas convenientemente. Relativamente aos elementos precários a prestar serviço nas escolas. Eu, desde que isso foi colocado, Alexandre, estive com os recursos humanos e, particularmente, com a Dra. Ana Santos e com a Dra. Alexandra para perceber o que é que se passa nas escolas. Nós não temos, o que acontece, e todos nós sabemos, é que às vezes há ali um período temporal entre o período em que termina um contrato de emprego e inserção, e que essa pessoa volta a estar integrada numa nova candidatura de um contrato de emprego e inserção e que, muitas das vezes, são as mesmas pessoas que pedem para, porque sabem, gostam do serviço que fazem, a maioria delas, e são elas que pedem não se importando, de facto, de ficar a ajudar o serviço, enquanto a situação fica renovada e fica novamente nessa situação de contrato de emprego e inserção, em função desses casos. É feito, para todas as situações de voluntariado um seguro de acidentes pessoais e de acidentes de trabalho e, portanto, não é uma situação, nem que se possa considerar abusiva, ou de alguma maneira que coloque as pessoas numa situação de fragilidade. Não é de todo, e são situações mesmo, mesmo, muito pontuais que, de maneira nenhuma, são a regra. São mesmo a excepção nesse período enquanto não há contratos de emprego. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Sra. vice-presidente eu



Reunião de 14/06/2017

fico esclarecido, e deixe-me só fazer um comentário. Portanto, é notório que a câmara, em vez de fazer contratos de trabalho com as pessoas, seja de prestação de serviços, como faz, aliás, com algumas outras empresas onde não tem pejo em assinar contratos milionários. Neste caso fica-se pelos CEI, pelos contratos de emprego e inserção para pessoas desempregadas. Não lhes dá qualquer esperança de continuar e, portanto, e chega ao ponto de ter que esperar um, dois, três meses a fazer voluntariado, e é disso que as escolas do concelho dependem. Ainda bem que isso é assumido, devia fazer uma notícia no Facebook também. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou: Exactamente. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Eu, como disse, e volto a reafirmar, a situação não é de maneira nenhuma, nem sequer regra, nem sequer assume esse grau de prejuízo em termos da relação profissional das pessoas, ou da relação de inclusão social das mesmas por via do trabalho, e portanto, nós não temos nenhuma situação que seja tida com esse grau de preocupação que, à partida, o Sr. vereador manifesta. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges perguntou: Como é que eu sei? ---

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Nós damos esperança às pessoas pela prática efectiva dos seus conteúdos profissionais, pela integração verdadeira que têm em todas as organizações onde trabalham, seja nas juntas de freguesia, seja nas associações, seja nas escolas. Como sabemos todos, estamos a falar de pessoas em contratos de emprego e inserção que muito o concelho lhes deve pela salvaguarda do serviço que prestam, volto a dizer, seja nas escolas, seja nas associações, sejam nas IPSS, algumas delas e, portanto, isso é que subsiste, de facto. É o bom trabalho delas e é a forma como estão verdadeiramente integradas em todas essas equipas de trabalho, sem qualquer desrespeito aos seus direitos, e sem qualquer desrespeito a uma garantia que todos e a câmara toda lhes quer dar. E, aqui até entronca um pouco na questão do mapa de pessoal, e dizer-vos que o mapa de pessoal foi solicitado pela câmara a pedir pareceres sobre a legalidade do mesmo. Mas posso terminar? --

----- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Mas diga a verdade também. Está a mentir. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Mas eu estou-lhe a dizer a verdade. Mas é verdade, Dr. Marques, mas eu estou-lhe a dizer a verdade, aliás, eu não lhe sei dizer outra coisa. Olhe que não, olhe que não, deixe-me só terminar, portanto, vocês solicitaram à câmara que a câmara pedisse pareceres sobre a legalidade do mapa de pessoal, pese embora nós nos termos esgotado e, particularmente eu, de vos dizermos que nós temos toda a legitimidade e legalidade de propor um mapa de pessoal. E, portanto, o último parecer já veio, penso que não terá sido há um mês, o que é facto é que, mesmo sem o mapa de pessoal de dois mil e dezassete aprovado, é válido o de dois mil e dezasseis, portanto, a câmara não está em nenhuma situação irregular de exercício. Não, mas espere, de exercício do seu mapa de pessoal. E, portanto, eu acho que a câmara pode é preferir soluções sobre o mapa de pessoal que até está em curso, que é o de dois mil e dezasseis, e até analisarmos todos aquilo que a câmara tem condições para salvaguardar, nomeadamente preenchendo os lugares que estão previstos no mapa de pessoal de dois mil e dezasseis, porque não? Portanto, há muita coisa positiva para se fazer em termos de gestão de recursos humanos da Câmara Municipal de Nelas, com o mapa de pessoal em vigor que é o de dois mil e dezasseis. O de dois mil e dezassete só não está em vigor porque a câmara quis sujeitá-lo a pareceres que ambas as



Reunião de 14/06/2017

entidades vêm demonstrar que nós não precisávamos de pedir parecer nenhum, mas eu também vou solicitar ao Sr. presidente da câmara para agendar, para a próxima reunião de câmara, o mapa de pessoal e os pareceres que vierem das entidades. E isso fica sanado, porque aquilo que o senhor Dr. Marques, mas aquilo que coloca hoje sobre o mapa de pessoal já foi também tão discutido na altura em que ele foi chumbado pela câmara. Nós não tínhamos interesse nenhum em colocar lugares de amigos, ou deixar de ser de amigos. Nós propusemos à câmara uma estrutura mais profissionalizada dos recursos humanos da câmara municipal, que vocês, ou que o Dr. Marques não concordou. E, portanto, eu continuo, Dr. Marques, mas essa é a sua forma de argumentar, e a minha forma de defender é dizer-lhe a mesma coisa que disse na altura. A estrutura apresentada, olhe, mas eu não vou discutir consigo, não vou discutir consigo porque não há necessidade nenhuma. Eu já lhe disse na altura, oiça, mas eu já lhe disse na altura, e o Dr. Marques sabe disto bem melhor do que eu.

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Sra. Dra. seja séria. As pessoas, os seus amigos, subiram para chefes de divisão e para técnicos superiores, estiveram aqui numa noite a coagir-nos para nós votarmos favoravelmente e, depois aí outras consequências, o tribunal, superiormente, em justiça, decidirá. Sra. Dr.^a. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Dr. Marques, eu não vou discutir consigo, nem é disso que nós estamos a falar... pronto, mas nós estamos a falar disso, não há problema nenhum, mas em relação ao mapa de pessoal dizia-lhe isso. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Eram vocês que queriam promover os Antónios Cândidos, os Antónios Costas, as não sei quê, as Ana Santos, deixavam de ganhar setecentos euros, passavam a ganhar 1.376,00 euros e aqueles que ganhavam mil trezentos e setenta e seis passavam a ganhar três mil. E, a pergunta que eu lhe disse, aquilo que me dissessem é, resolvam o problema das pessoas que estão aí por contrato, e depois vamos lá então, mais tarde, às vossas amizades, foi isso que eu disse Sra. Dra. Peço humildemente desculpa mais uma vez interrompê-la. A minha preocupação, na altura do mapa de pessoal, era resolver o problema das condições precárias dos trabalhadores que estão aqui por contrato, e Vossas Excelências puseram isso como acessório, e puseram como principal promover os vossos amigos, que vieram para aqui para nos coagir naquela célebre noite. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Dr. Marques, deixa-me falar agora, olhe, os argumentos, não, os argumentos que colocou na altura são esses mesmos, o senhor está a falar a verdade daquilo que falou na altura, mas eu não estou a dizer o contrário, mas é exactamente por eu saber aquilo que pensa e aquilo que disse que eu lhe digo que o mapa de pessoal que foi proposto à câmara não responde àquilo que está a dizer dessa forma, aliás, até lhe digo de outra maneira: o mapa de pessoal até garante a integração dos precários e garante a justiça de uma hierarquia profissionalizada, que a Câmara Municipal de Nelas tem todo o direito de ter. E, se nós pudermos, inclusivamente, ter um mapa de pessoal que garante às pessoas situações profissionais e de remuneração devida e justa, porque é que nós não havemos de construir um mapa de pessoal verdadeiro nesse sentido? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou: -----

---- Onde é que estava o lugar para chefe de divisão do Luís Costa? Diga-me por exemplo. Por favor, diga-me, por exemplo, onde é que estava o lugar de chefe de divisão? -----

---- A Senhora Vice-Presidente respondeu: Mas, eu faço-lhe a pergunta ao contrário, porque é



Reunião de 14/06/2017

que acha que não está? Eu já lhe disse que o mapa de pessoal não tem nomes. E, o que é que o Luís Costa, ou o que é que a Ana Santos, ou o que é que o António Cândido, ou o que é que a Dra. Célia têm Repare uma coisa: o dr. Marques analisa o mapa de pessoal só por esse lado, e não é verdade, mas pronto, Ok, mapa de pessoal virá numa próxima reunião. Relativamente às questões que o Dr. Manuel Marques colocou, elas também já foram colocadas noutras reuniões de câmara ao Sr. presidente. Eu confesso-lhe que não tenho mais nada para dizer do que aqui que ele já lhe disse, em relação à requalificação das fossas cépticas, em relação à polémica em torno da DS Smith, ou da Nelcivil. A dos monumentos dos combatentes já falámos, do tribunal de Nelas confesso-lhe que não sei o que lhe posso responder em relação a isso, aqui digo-lhe mesmo que não sei. O *site* e os comentários, são retirados todos os comentários de todas as pessoas que tentam apresentar um comentário público no *site* do município, que é um *site* institucional e, como nós não termos hipótese, dizem-nos os técnicos, de vedar a colocação voluntária dos comentários, nós eliminamo-los. Da Associação de Algerás e da moto niveladora já colocou ao Sr. presidente, vamos ter que insistir com uma resposta que lhe seja mais esclarecedora. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: O tribunal vai esclarecer-nos. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Relativamente às eleições, ora bem, nós ganhámos por treze votos e foi confirmado por treze juízes do Tribunal Constitucional, é a única coisa que lhe posso dizer, dr. Marques, mas foram as condições que o Tribunal Constitucional também confirmou. Pronto, espero estar minimamente esclarecido, vocês, deixem-me só partilhar uma coisa com vocês, estão a ser mauzinhos comigo. O meu filho mais velho faz onze anos hoje e eu tenho uma festa para dar durante a tarde. Vocês não gostam, vocês não gostam, força. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Era duas ou três notas muito breves. A primeira, agradecer-lhe a sua simpatia de valorizar a referência que eu fiz a um familiar que foi combatente na Primeira Guerra Mundial e do qual, enfim, me orgulho muito, e agradecer-lhe, de facto, a forma simpática como se referiu a esse assunto, sem, eu entendi que sem nenhum tipo chacota, ou de ironia. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: De Ironia mesmo, sim. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Ou de ironia. Depois, aqui questões que eu também não abordei, é só a questão do mapa de pessoal, o mapa de pessoal, quando foi trazido aqui, foi utilizado também para fazer propaganda contra a vereação de, mais uma vez, de forma maldosa e mentirosa. Depois, eu julgo que foi pedido um parecer, ou que foi aprovado, ou pedido, um parecer, sobre se havia condições legais para a câmara fazer contratação de suporte àquilo que seria o mapa de pessoal. Porque, embora a argumentação que aqui foi usada foi: “Aprovamos o mapa de pessoal e, depois, já ficam as vagas criadas quando puder ser feita a contratação, o mapa de pessoal será implementado”, e a minha lógica é diferente. Não vale a pena estar a fazer mapa de pessoal com abertura de lugar só para inglês ver, sendo que a lei não permite que eles sejam ocupados por contratação, ou por promoção das pessoas. Portanto, eu penso que isso foi matéria de um pedido de parecer que eu não sei se foi feito, e se já veio, gostava de ter -----

A Senhora Vice-Presidente afirmou: Foi, nós vamos trazer na próxima reunião de câmara, sim. -----



Reunião de 14/06/2017

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Eu gostava de ter essa informação, porque a aprovação de mapa de pessoal, de facto, é uma coisa que, em concreto, não diz nada, só serviu foi para arranjar aqui mais uma guerra e mais uma vez pôr em causa o bom nome dos vereadores e da câmara. Depois, em relação às ARU: Eu não me tinha apercebido, mas, de facto, há um ano que a câmara deliberou, e só no último dia do prazo que a lei prevê, ou dois dias antes de terminar o prazo, é que o presidente de câmara, ou não sei quem, decide levar esta questão à Assembleia Municipal. Penso que, se calhar, caduca, não é, e depois a câmara terá que fazer uma nova aprovação e, depois, não sei como é que a câmara, teria que devolver o dinheiro que, entretanto, recebeu das obras de requalificação urbana que foram feitas em Nelas? Porque, aquelas obras depois acabam, são ilegais. Se não for feita essa aprovação na Assembleia Municipal, todas as obras que a câmara fez ao abrigo desta legislação que institui as ARU é tudo ilegal. Então, e como é que vai fazer, vai desmanchar as obras, vai devolver o dinheiro, como é que vai fazer? -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Mas, essa questão não há necessidade de a colocar porque vai à Assembleia Municipal no dia vinte e dois de Junho. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Então, se calhar só se lembraram disso porque eu levantei aqui a questão, senão isso estava esquecido nalguma gaveta. No último dia do prazo? Já houve não sei quantas assembleias, uma questão pacífica que toda a gente está de acordo, o que é que se passa? Qual é o objectivo, qual é a intenção, qual é o móbil, porque é que isto ficou esquecido? Há que esclarecer as pessoas, foi esquecimento ou foi intenção? -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Foi muito trabalho. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Quiseram prejudicar quem? Quiseram prejudicar quem? -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Ninguém, ninguém. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Houve aqui intenção de prejudicar pessoas, empresas e instituições. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Não houve nada, Adelino, não houve nada. Aí, não houve mesmo. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: E vamos ver, quando as coisas forem analisadas, se não vai haver queixas de pessoas que, entretanto, foram lesadas porque não beneficiaram de regalias e de direitos que a lei lhes confere e que a falta de iniciativa do presidente de câmara as coarctou de terem acesso a esses direitos e essas regalias e isso é uma forma criminoso de fazer a gestão municipal. Por último, em relação à aprovação de contas, eu lamento não poder ter estado na reunião em que as contas foram votadas. Estive em duas que o presidente de câmara entendeu interromper porque não gostou daquilo que estava a ser dito. E ela, portanto, vai haver uma quarta tentativa, espero que haja alguma evolução em relação às contas e àquilo que foi a discussão das contas, mas há aqui uma questão que tem a ver com aquilo que eu disse, que eu me permito complementar, que é a questão do pagamento de subsídios a associações e a gastos ao abrigo da aprovação de contas do ano de dois mil e dezasseis. E tem a ver com uma questão que eu coloquei, na altura, à Dra. Célia, que eu agradecia que essa questão não fosse esquecida, tem a ver com a justificação dos saldos. É preciso saber a justificação do saldo do exercício de dois mil e dezasseis, a que é que corresponde aquele valor, quais são as contas, que contas do orçamento é que ficaram com



Reunião de 14/06/2017

saldo, e se esse saldo corresponde a meios líquidos, a dinheiro. Se esse saldo do exercício corresponde a dinheiro, excluindo, portanto, o que é dinheiro é disponibilidades, é caixa e bancos, excluindo o dinheiro das operações de tesouraria e de compromissos assumidos a curto prazo... a muito curto prazo, têm que ser respeitados. Portanto, além dessas duas partes do dinheiro sobraram mais duzentos e tal mil euros, muito bem. Portanto, é essa justificação de saldos que eu pedi e deve ser feita. Eu concluo já, porque, de facto, dizer que não se pode pagar porque as contas não foram aprovadas, isso é uma mentira, é uma cabala, portanto, só se pode pagar se houver dinheiro, e só há dinheiro se, de facto, for manifestado que o saldo de tesouraria era superior ao saldo orçamental, portanto, além das operações de tesouraria e dos outros valores que eu aqui referi. Portanto, era importante que esse esclarecimento também fosse dado em devido tempo. -----

ORDEM DO DIA

1 – OBRAS PÚBLICAS

(250/2017/06/14)1.1.PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU) DE CANAS DE SENHORIM – APROVAÇÃO

---- Presente a proposta de alteração de delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Canas de Senhorim. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Portanto, aquilo que vem e que apelamos à câmara para ter esta consideração de aprovar esta alteração da ARU de Canas de Senhorim e Urgeiriça, porque esta alteração, de facto, só se pretende para beneficiar mais área envolvida, particularmente da Urgeiriça. Eu até trouxe impresso, deixem-me ver, não trouxe, está daquele lado. Eu não sei se vocês analisaram com os documentos que nós aprovámos das quatro ARU, mas foram acrescentadas aqui três áreas, particularmente da Urgeiriça, que são estas três últimas, a que esta na página trinta e dois, envolvendo a área do hotel da Urgeiriça e a de cima do Bairro dos Engenheiros e, também, o núcleo industrial da Urgeiriça, com os fundamentos de potenciação e ao desenvolvimento económico, cultural, arqueológico, enfim, envolvendo uma área mais alargada por forma a que todas as obras de recuperação e beneficiação, quer das casas do que vai ser feito pela empresa, pela ENU, quer de particulares que assim pretendam investir, ou mesmo de investimento público da autarquia, possa beneficiar, volto a reafirmar, particularmente da taxa de IVA de seis por cento em tudo o que for obras de recuperação. E, portanto, esta proposta de alteração, com os devidos fundamentos que os textos acompanham, serve exclusivamente para isso, alargar a área delimitada do lugar das Minas da Urgeiriça, para beneficiar, de facto, dos incentivos, que a delimitação de uma ARU garante. Alguma dúvida que os Srs. vereadores tenham? -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Eu queria dizer o seguinte: Naturalmente votarei favoravelmente esta alteração, embora, não sei se aqui a intenção é incluir aqui algumas propriedades da EDM para que as obras a promover pela EDM possam também beneficiar da redução de IVA, o que me parece uma coisa assim um bocadinho caricata, porque a EDM é uma entidade estatal e, como tal, estar a beneficiar de uma isenção, ou de uma redução de IVA, uma empresa que é do Estado, enfim, mas também não me choca nada.

---- A Senhora Vice-Presidente perguntou: Mas, posso só dar-lhe uma informação adicional



Reunião de 14/06/2017

em relação a isso? Existe um compromisso, por parte da EDM, que pode vir a reverter, no território, o diferencial da poupança de IVA, exactamente, em mais investimentos no lugar das Minas da Urgeiriça. O que achamos que é um benefício duplo para o próprio território, não é? -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Pronto, só dizer que, de facto, um relatório deste tipo devia, na minha opinião, devia ser mais objectivo. Eu passei-lhe só os olhos, mas, por exemplo, fixei-me aqui num valor na página seis quando, no relatório, se diz que a realidade nos dois últimos anos começou a ser invertida com a criação de mais de mil novos postos de trabalho, o que é manifestamente mentira. Isso, está bem que se diga nos comícios e na propaganda, mas num relatório técnico não me parece bem incluir valores que não têm nada a ver com a realidade. Nos dois últimos anos, obviamente que não foram criados mais mil novos postos de trabalho. A informação que eu tenho, e poderei depois mostrá-la, numa outra oportunidade, é que em média são criados pouco mais de cem, em media, poucos mais de cem postos de trabalho por ano no município de Nelas. Portanto, falar-se em mil, mil e trezentos, podem falar no número que quiserem, porque é muito fácil, aliás, o presidente de câmara tem uma certa facilidade em manobrar os números e transformar oito em oitenta, portanto, pode falar no que quiser, mas, de facto, este valor é errado, toda a gente sabe que é errado, é evidente que é errado, que nos últimos dois anos não foram criados mais, há alturas que se diz que é mil e trezentos, noutras diz-se que é mil. Mas, parece-me, isso, no discurso até é aceitável, porque, pronto, é uma questão de, é um dado positivo, e dá nota de um dado positivo. Agora, num relatório técnico escrever isso não me parece bem. Portanto, eu acho que, naturalmente, isso não me vai inibir de votar favoravelmente, vou votar, lamentando, de facto, que mais uma vez, que este processo e os outros não estejam já resolvidos e na sua fase final para que a economia possa beneficiar desta legalização. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges: Muito obrigado. Eu queria, primeiro queria começar por chamar à atenção para uma pequena gralha que está aqui no relatório, que não é propriamente assim nada de muito interessante, mas que a bem do rigor, na página 12, quando se diz que o couto mineiro é da propriedade da Empresa Nacional de Urânio, ou foi, ou é da EDM. Portanto e, depois queria fazer aqui algumas observações relativamente a esta alteração. Eu também gostava de fazer era umas perguntas. Nós, no dia vinte e três de Junho de dois mil e dezasseis, aprovámos a delimitação de quatro ARU, quatro. Aprovámos há um ano, praticamente, eu gostava de saber, até porque isto dá instrumentos financeiros, ou de benefícios fiscais a quem quiser fazer reabilitação, e estamos todos de acordo que achamos que este caminho se deve fazer, se calhar, uns acham que devem ser mais rápidos do que outro, mas, o que eu pergunto é, e citando aqui a página quatro “A delimitação de uma ARU acarreta responsabilidades para o município que são acrescidas quando se trata de uma ORU, uma ORU, uma operação de reabilitação urbana sistemática, como é que se preconiza para a ARU de Canas de Senhorim, Urgeiriça. Eu gostaria de saber, que já passou um ano, se alguma coisa está feita relativamente à ORU? Porque, ao contrário do que se fez aqui para o PEDU de Nelas que, no fundo, acaba por ser uma operação de reabilitação urbana, com um conjunto de intervenções no espaço público, a que a câmara municipal se candidatou a um aviso do Centro, Centro 2020 e, na altura em que aprovámos a delimitação das quatro ARU, portanto, há um ano, também aprovámos o envio de uma reclamação à Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro, manifestando o desagrado unânime da



Reunião de 14/06/2017

câmara municipal, eu até acho que foi aprovado também na Assembleia Municipal também uma coisa do género, embora não tenha a certeza, manifestando o desagrado pelo facto de não ser possível candidatar, para já, ARU fora das sedes de concelho, gostava de saber, então, se essa ARU foi desenvolvida ou não foi desenvolvida, tendo em conta que já foi aprovada a área há um ano. Se a CCDR deu algum tipo de reposta, e se deu, qual foi o tipo de resposta, porque, também relembro que a própria Direcção Geral do Território que tinha inicialmente imposto estas condicionantes, voltou atrás e disse que, efectivamente, não faria grande sentido cercear as câmaras municipais de optarem por fazerem os investimentos sistemáticos num espaço público, portanto, intervenção pública como aquela que foi feita ali nas quatro esquinas, noutras localidades, nomeadamente aqui no concelho de Nelas, são objectivamente mais necessitadas do que aquilo que nós andamos a regenerar. E, portanto, eu, obviamente que irei votar favoravelmente, agora e, essa situação que referiu eu, por acaso, não tinha conhecimento, não vi isso na lei, não sei onde é que está a questão do prazo, mas se isso for verdade, como é que ficam as ARU de Santar e de Caldas da Felgueira? Porque a responsabilidade é da Assembleia Municipal, que só pode aprovar uma área de reabilitação urbana depois de a câmara fazer uma proposta e, portanto, a proposta consubstancia-se com a aprovação aqui. Se elas já foram aprovadas dia vinte e três de Junho, e se há um prazo de um ano, que desconhecia mas foi a Sofia que disse, nós corremos o risco de ter que fazer uma alteração também, ou de voltar a aprovar, se calhar, numa outra assembleia, ou numa outra reunião de câmara a mesmíssima coisa. E, portanto, votarei favoravelmente, lamentando que não tenha sido ainda feito mais nada, ou então surpreenda-me, relativamente há operação de reabilitação urbana, que permitirá à câmara municipal fazer intervenções no espaço público, que é isso que nós nos comprometemos todos quando aprovámos no dia vinte e três de Junho as quatro áreas de reabilitação urbana. Há duas componentes, uma é a intervenção pública, privada, através de benefícios fiscais, e isso é desejável e, a partir do momento em que ela seja, não é aprovada na Assembleia Municipal, é publicada em Diário da República, aliás, como esta aqui também descrito neste relatório, e há outra parte que é a parte da intervenção da câmara municipal com dinheiros públicos, no espaço público. E, nós também estamos necessitados disso, e também eu aqui volto a frisar o meu ponto de vista, que o concelho de Nelas são nove freguesias, ou cinco freguesias e duas uniões de freguesias e, portanto, temos que fazer intervenção em todo o espaço público que realmente necessita, e não apenas fazer onde podemos. Até porque o presidente da câmara municipal de Nelas, quando fez sessões de esclarecimentos nas Caldas da Felgueira, em Santar, em Canas de Senhorim e em Nelas disse publicamente que, caso não houvesse financiamento comunitário para o fazer, essas intervenções sistemáticas, as ARU sistemáticas, a câmara o faria com orçamento próprio. Já sabemos que não vai fazer, resta-me saber se a desculpa vai ser esta, e se não surgirá amanhã uma desculpa, dizer que não foi feito nenhuma ARU porque tivemos que alterar a área insignificante, porque uma coisa, é provável que surja isso e, portanto, não foi feito nada nos outros sítios porque tivemos que alterar aqui um pormenorzinho, num risco um bocadinho mais para Leste, ou para Oeste. E, portanto, voto. Lamento é que aquilo que está aprovado há onze meses e mais de quinze dias, não tenha servido para desenvolver nenhum trabalho acrescido, e também lhe recordo que o artigo quinze do regime jurídico da regeneração urbana, essa parte encontrei, diz que, depois de aprovação, tem um prazo de até três anos, de até. Nada nos impede de o fazer em menos. Assim como nada nos impedia de submeter à



Reunião de 14/06/2017

Assembleia Municipal as coisas no dia seguinte. -----
 ---- A Senhora Vice-Presidente perguntou: Dr. Marques, quer dizer alguma coisa, ou posso dar aqui só algum esclarecimento? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques respondeu que não. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Que não infere pelo que vimos na vossa intenção de voto. De facto, os prazos e, ainda agora referiu, o prazo que o próprio regime jurídico da reabilitação urbana, prevê que são três anos, é isso? Certo, de reabilitação urbana, ah, Ok, pronto. Porque, o prazo de um ano é, de facto, imposto pela CCDR enquanto entidade que financia a reabilitação urbana, condicionada, como todos sabemos, e já nos manifestámos contra, por unanimidade, condicionada ao centro histórico de Nelas e, portanto, é no âmbito desse aviso que está definido o prazo de um ano para levar à Assembleia Municipal a delimitação proposta pela câmara e ser rectificada pela Assembleia. E, nós vamos cumprir esse prazo, com algum atraso, é certo, mas não houve intenção nenhuma que não fosse, de facto, a complexidade destes trabalhos e todos os outros que nos rodeiam e que, de facto, não nos permitiu levar mais cedo à Assembleia Municipal. O contrato de prestação de serviços que nós estabelecemos com a SPI previa todo este trabalho de consultoria técnica, desde a delimitação das quatro ARU à realização do PARU de Nelas e a outros dois documentos que também o Sr. presidente rapidamente os poderá trazer à câmara, que são os PEDU, um para Nelas e outro para Canas de Senhorim. Esses documentos também já estão feitos, são documentos estratégicos, sem os quais, a interpretação de uma ARU sistemática, que é o que aqui está em dúvida, também não seriam possíveis. O que eu vos posso garantir é que estamos dentro do prazo para continuarmos a ter este trabalho bem conduzido e aprovado sem qualquer prejuízo de obras ilegais, ou de reembolso de despesas incorridas sem o podermos fazer. Portanto, estejam descansados que isso está tudo salvaguardado. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de alteração de delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Canas de Senhorim. -----

(251/2017/06/14)1.2.PROPOSTA DE CONTRATO-PROMESSA DE COMPRA E VENDA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE NELAS E CÂNDIDO AUGUSTO ALVES E ESPOSA MARIA FERNANDA DIAS ALVES – AQUISIÇÃO DE TRÊS PRÉDIOS URBANOS PARA DEMOLIÇÃO E INTEGRAÇÃO DA ÁREA NA VIA PÚBLICA (OBRAS DE ALARGAMENTO DO LARGO DA IGREJA, EM FOLHADAL) - APROVAÇÃO

---- Presente a Proposta de Contrato-Promessa de Compra e Venda a celebrar entre o Município de Nelas e Cândido Augusto Alves e Esposa Maria Fernanda Dias Alves, referente à aquisição de três prédios urbanos para demolição e integração da área na via pública (obras de alargamento do Largo da Igreja, em Folhadal), que a seguir se transcreve: -----

---- “PROPOSTA DE CONTRATO-PROMESSA DE COMPRA E VENDA -----

---- *Entre:* -----

---- 1.º “MUNICÍPIO DE NELAS”, titular do NIPC 506 834 166, com sede no Largo do Município, 3520-001 Nelas representado, nos termos legais, pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Borges da Silva, como Primeiro Outorgante e adiante designado por “Promitente-Comprador”, e -----

---- 2.º CÂNDIDO AUGUSTO ALVES, titular do NIF, casado com MARIA FERNANDA DIAS ALVES, titular do NIF, ambos residentes na Rua do Mondego,



Reunião de 14/06/2017

n.º13, 3520-063 Nelas, como Segundos Outorgantes e adiante designados “Promitentes-Vendedores”, -----

---- Considerando: -----

---- 1. Que o Município, no âmbito da sua estratégia para a regeneração urbana, pretende, ao nível da valorização do espaço público: -----

---- i. Intervir nos espaços públicos que, pela sua localização e função, têm um papel ordenador estruturante, explorando a sua capacidade para ligar as diferentes funções existentes e a criar; -----

---- ii. Valorizar as condições para a mobilidade pedonal e fruição do espaço público, interligando as várias formas de uso e ocupação do espaço público, através de uma rede hierarquizada de percursos e zonas de estrada; -----

---- iii. Assegurar a valorização ecológica e paisagística, através do reforço da estrutura verde; -----

---- 2. Que, ao nível da melhoria das ligações e incrementação da mobilidade urbana, o Município pretende ainda: -----

---- i. Assegurar ligações mais eficientes entre o centro e os restantes pólos das localidades;

---- ii. Promover o incremento da mobilidade suave (pedonal e ciclável), associada à requalificação do espaço público e à criação de uma rede integrada e completa de percursos livres de barreiras arquitetónicas; -----

---- iii. Promover o ordenamento do estacionamento automóvel, eliminando o estacionamento abusivo e avançando para uma oferta adaptada à efetiva capacidade do espaço público e necessidades; -----

---- é celebrado o presente contrato promessa de compra e venda que se regerá pelos considerandos supra e pelas cláusulas seguintes: -----

---- Cláusula Primeira -----

---- 1 - Os Promitentes-Vendedores são donos e legítimos proprietários dos seguintes prédios urbanos: -----

---- a) Prédio urbano inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 596, sito ao Largo da Capela, no lugar de Folhadal, freguesia e concelho de Nelas, com a área total de 46,00 m² (Anexo 1); -----

---- b) Prédio urbano inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 598, sito ao Largo da Capela, no lugar de Folhadal, freguesia e concelho de Nelas, com a área total de 44,00 m² (Anexo 2); -----

---- c) Prédio urbano inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 1285, sito ao Largo do Pelourinho, no lugar de Folhadal, freguesia e concelho de Nelas, que confronta a Norte com António Alves Amaral, a Sul com Largo, a Nascente com Adro da Capela e a Poente com Vitoria Marques Monteiro, com a área total de 143,75 m² (Anexo 3). -----

---- 2. O Promitente-Comprador irá proceder à demolição dos prédios identificados no número anterior para executar obras de alargamento do Largo da Igreja, passando aquelas áreas a integrar o domínio público, sendo passíveis de utilização coletiva. -----

---- Cláusula Segunda -----

---- Pelo presente contrato, os Promitentes-Vendedores prometem vender ao Promitente-Comprador, que, por sua vez, promete comprar àqueles, os prédios urbanos identificados no n.º1 da cláusula primeira, livres de ónus ou encargos, pelo preço total de 23.000,00€ (vinte e



Reunião de 14/06/2017

três mil euros), que será pago durante o ano de 2018. -----

---- Cláusula Terceira -----

---- A data da escritura será comunicada entre os Outorgantes por carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias sobre a data da celebração da mesma, sendo que os Promitentes-Vendedores se comprometem a instruir a escritura com os documentos necessários à concretização da mesma. -----

---- Cláusula Quarta -----

---- Ambos os outorgantes acordam na execução específica do presente contrato. -----

---- Cláusula Quinta -----

---- Com a assinatura deste contrato, confere-se, desde já, a posse dos prédios urbanos identificados no n.º1 da cláusula primeira ao Promitente-Comprador, podendo este dar início aos trabalhos que pretende promover. -----

---- Pelos Outorgantes foi declarado que aceitam o presente contrato com todas as suas condições, de que tomaram inteiro e perfeito conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam nos termos nele expressos e nos demais impostos pela Lei. -----

---- E por estarem de acordo vão assinar as partes em dois exemplares.”-----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Portanto, isto é mais um dos muitos processos que o Sr. presidente, juntamente com os membros, neste caso concreto, da Junta de Freguesia de Nelas, e particularmente com o representante do Folhadal, o Rui Barros, foi tentando ter várias reuniões no sentido de ser possível dar outra dignidade a todo aquele largo envolvente da Igreja do Folhadal. Um processo que também já anda em negociações há bastante tempo, e finalmente chegou-se a um acordo. Eu queria juntar-vos a avaliação e eu agora tenho aqui isto fora de ordem, peço desculpa, que tenho outro. Porque, de facto, a câmara, está aqui a avaliação, que acho que não acompanhou os vossos documentos, certo? Fazem questão que eu mande tirar uma cópia? Portanto, a avaliação do técnico superior, o Eng.º João Luís confirma, portanto: “Apresenta avaliação, tem o intuito de validar o valor de aquisição de três prédios para demolição de moradias com dois pisos”, com as áreas que vocês conhecem, num total de duzentos e trinta e três metros quadrados, no Largo da Capela, na Localidade do Folhadal, Freguesia e Concelho de Nelas. Assim, o município pretende adquirir o prédio para continuar o alargamento e beneficiação do largo. Assim sendo, considero o valor a rondar os vinte e três mil euros para demolição do edificado como aceitável, não ultrapassando o valor potencial venal de mercado do prédio, relativamente a outros, com características actuais, hipoteticamente iguais, a outros existentes na região”, e, portanto, o valor acordado é aquele que consta do protocolo do contrato promessa, que são os vinte e três mil euros, de uma área, então, total, de duzentos e trinta e três metros quadrados. Alguém tem alguma questão a colocar? -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Olhe, eu, naturalmente louvo sempre as iniciativas para se, enfim, para se fazer qualquer coisa nas aldeias, e para ser fazer alguma requalificação, para se alargar ruas, e largos, e praças e por aí fora, infelizmente, esta postura e esta intenção não coincide com os tempos actuais. As aldeias estão cada vez mais desertas e o que era necessário era requalificar as casas e fixar lá pessoas e não demolir as casas. As aldeias por este caminho serão todas arrasadas. As aldeias do concelho, por este caminho, agora decidimos alargar o largo e depois decidimos alargar as ruas todas e abrir ruas novas nos centros das aldeias e as aldeias vão desaparecer. Elas, quer dizer, já não têm lá



Reunião de 14/06/2017

peças e, então, se demolirmos as casas, então, é mesmo a expressão que usei, é “Vamos arrasar as nossas aldeias” e não é uma coisa que me agrada. No entanto, repito, aprecio esta tentativa de fazer alguma regeneração ou rejuvenescimento ou melhorar as condições das aldeias e isso. Só que há aqui um problema e eu vou votar contra esta proposta exactamente por isso, porque não é a três meses do final do mandato que a câmara assume compromissos para o mandato seguinte. Se forem situações muito urgentes de catástrofe, de calamidade, de urgência imperiosa e absoluta e que não pode ser adiada, muito bem, contem comigo, eu dou a cara, questões que não são urgentes, ó pá, eu não subscrevo, digamos que o assumir compromissos para o mandato seguinte, portanto, eu votarei contra esta aquisição só por isso, embora não concorde com esta, entre aspas, mania de destruir tudo o que há nas aldeias e que está em ruínas ou que dá jeito para passarem os camiões e não sei quê. Não concordo com isso, mas aceito como válida a ideia, mas por e só por isso, por não querer participar na assunção de compromissos para o mandato seguinte – até porque eu não estarei cá com toda a certeza – portanto, e não ficaria de bem com a minha consciência deixar ficar aqui já uma herança de umas centenas de milhares de euros de encargos, eu não aprovo este contrato nos termos em que está feito. Se a câmara tem meios financeiros, como a Sra. vice-presidente aqui o disse e já foi repetido muitas vezes, que a saúde financeira da câmara é notável e que a câmara tem meios financeiros para comprar tudo e mais alguma coisa, se a câmara tem capacidade financeira para fazer a aquisição neste mandato, muito bem, não tendo, eu não subscrevo este adiamento de responsabilidades e este assumir de compromissos para o próximo mandato. Por isso, só por isso votarei contra esta proposta. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Deixe-me só aqui comentar, fazer um comentário, o Adelino vai-me permitir. No caso desta aldeia, este investimento é um investimento, de facto, em resultado da vida que esta aldeia ainda tem, seja por ainda ter uma instituição do pré-escolar com quase vinte alunos, vinte crianças dos três aos seis anos, seja por ter toda uma dimensão associativa e social graças à Associação do Folhadal e até, confesso-lhe, que este processo é pena ter-se atrasado tanto a conseguir-se este consenso com quem é proprietário destes imóveis, mas a intenção, de facto, é beneficiar aquele largo em volta da igreja exactamente para garantir melhores condições para todo um conjunto de dinâmica associativa, festiva, religiosa que existe nesta aldeia e, portanto, compreendendo o que manifestou, neste caso concreto é até contraproducente ao objectivo da compra. A questão, de facto, de manter a intenção de voto pelos constrangimentos que o pagamento lhe pode colocar por ser um pagamento faseado no futuro e fica à consideração. Mas eu tinha mesmo que justificar porque, de facto, aquilo que argumentou é válido, é legítimo, mas no caso concreto da aldeia em questão por acaso é exactamente o contrário. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Sra. presidente em exercício, mais uma incongruência e para tanto vejamos, Vossa Excelência mandou para os Srs. Vereadores o contrato promessa cuja cláusula segunda prevê vinte e três mil euros para a aquisição do prédio. Certo é que o relatório de avaliação imobiliária é datado de catorze de Junho, hoje. Sra. vice-presidente, de facto, é isto que me preocupa, o constrangimento do funcionário da câmara para pôr um valor na sua avaliação que foi ditado pelo presidente da câmara, porque foi ele que minutou o contrato promessa. Isto é uma vergonha – isto é uma vergonha – adaptar avaliações, adaptar informações à vontade do presidente da câmara. Digam-me lá que isenção é que isto tem. De facto é lamentável. Catorze de Junho de dois mil e



Reunião de 14/06/2017

dezassete. O contrato chegou às minhas mãos no dia doze ou no dia, peço perdão, sexta-feira, dia nove – cinco dias antes – vejam lá como é que é possível o presidente da câmara aqui no dia nove já dizer que o prédio custava vinte e três mil euros quando o Sr. Eng.º avaliador vem dizer hoje que o prédio custa vinte e três mil euros. Isto é, de facto, a moda de gerir e a forma como vocês gerem esta casa. É de todo lamentável. Como se isso não bastasse. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Deixe-me só dizer uma coisa. Isso não corresponde, exactamente àquilo que está a querer insinuar, porque o Eng.º João Luís participa nas reuniões com o Sr. presidente. O Eng.º João Luís como a Dra. Marta e como o dr. Luís Costa, acompanham sempre as reuniões de negociação do Sr. Presidente. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Que boa esfarrapada desculpa. A senhora faz-me lembrar dois namorados -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Agora, de facto, faltava o documento, que eu hoje de manhã quando soube que tinha que conduzir a reunião, alertei o Eng.º João Luís de que faltava o documento, portanto, é o que eu posso dizer. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Não tem nada jeito. Isto é na freguesia onde não nasci, mas cresci. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Olhe, a senhora faz-me lembrar dois namorados em que o namorado gostava muito da namorada. O namorado adorava a namorada, tinha uma paixão assolapada e a rapariga arranjou outro pretendente, encontrou o namorado no caminho da escola e disse-lhe “Olha, vou-te dizer que vou deixar de namorar contigo” e ele triste, de coração partido, ainda conseguiu raciocinar e dizer “Tem piada, que eu queria-te dizer o mesmo.” É isto que a senhora está a fazer. A senhora, como dizia há bocado o Adelino, é mais fácil apanhar um mentiroso que um coxo. A senhora que subscreveu uma informação do Sr. presidente da câmara contra a vontade dos Serviços, mas uma empresa a quem a senhora paga, externa, que não tem responsabilidades quer civil quer criminal quer contratual, veio a correr pedir para lhe anteciparem as receitas de Agosto...-----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Está a falar de quê, dr. Marques? Agora perdi-me. ---

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Estou a falar do IMI. Para lhe dizer qual é a saúde financeira da câmara. Para lhe poder pedir “Eh pá, dêem-me cá quinhentos e dezanove mil de antecipação de receitas para além do vosso mandato.” Que saúde financeira esta câmara demonstra. E depois mais, como eu fiz distribuir, vem pagar uma responsabilidade além do vosso mandato em Janeiro. Que saúde financeira esta autarquia está a demonstrar. Resulta, então? Calma. Calma, que eu para as vossas mentiras tenho que conseguir fundamentar e desmascará-las de uma forma objectiva e inequívoca. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Mas coloca na sua declaração de voto. Se calhar, é mais fácil. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Não, não é preciso. Estou a discutir. Estou a discutir até no segundo ponto. Eu olho para a parte da avaliação imobiliária e não me diz que isto está em ruínas. Olho para o contrato e não me diz cá que está em ruínas. Sra. presidente, acha que eu algum dia votaria? Quem foi vilmente acusado, enxovalhado, querendo prendê-lo, por causa das facturas indevidamente, que fui eu até que contestei à Sra. presidente da câmara e vou trazer um dia cá para ver quem é que era o responsável pelas finanças – isso decorre do relatório da Inspeção-Geral de Finanças – fui eu, mas na minha boa vontade e na minha boa-fé, fui eu que defendi esse processo já depois



Reunião de 14/06/2017

de cá estar. Então, vocês que me querem prender, vocês que me fizeram trinta por uma linha, querem que eu vote uma coisa para além do vosso mandato, uma despesa? Não, voto contra. E para a próxima vez não façam “gato escondido com o rabo de fora.” Assim a gente não dava conta. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Sra. vice-presidente, relativamente aqui a esta questão, não me querendo repetir ou repetir o que outros já disseram, eu não ponho em causa a intervenção em si. Ouvimos aqui, numa reunião passada, o Sr. presidente afirmar que um dos responsáveis pela SPI era contra este tipo de intervenções, de demolição de património edificado. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Mas não é nestes casos, desculpe. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Para terminar, eu não sou propriamente assim tão fundamentalista. Acho que nalguns casos isso, obviamente, terá que ser bem acautelado, noutras, se calhar, não faz grande sentido. Eu aqui efectivamente tinha uma questão e agora tenho aquela que o Sr. vereador Manuel Marques acabou por descobrir, que efectivamente parece-me estranho que tendo nós uma proposta de protocolo, que por acaso não vem para ratificação como já veio noutras situações, onde estão vinte e três mil euros – o valor a pagar – e só hoje é que temos um documento a dizer que o prédio vale isso. Portanto, também me parece de alguma forma exagerado o valor pago de cem euros por metro quadrado por um edifício que está em ruínas, mas aquilo que mais me choca aqui é que no dia, esqueço-me sempre do dia de hoje, catorze de Junho de dois mil e dezassete, nós estamos a dizer que vamos pagar em dois mil e dezoito. Eu digo-lhe uma coisa, se quiser alterar a proposta do protocolo para, até porque a senhora, eu vou aqui citar uma pessoa que no dia catorze de Junho disse “A situação financeira da autarquia é bastante saudável” – não sei se se recorda de quem terá sido – e, portanto, se a situação financeira é bastante saudável, não será, porque vamos lá ver, no início do mandato fez-se isso e tem-se vindo a fazer isso ao longo do mandato. Eu percebo, se o executivo tem um mandato até ao final de dois mil e dezassete, é natural que se possa fazer a gestão financeira e isso, o Sr. presidente está farto de o dizer, que é uma competência que é exclusivamente dele, portanto, eu até compreendo que se possa protelar no tempo e que permite uma gestão de tesouraria mais adequada. Mas pese embora isso, nós chegamos ao final de um mandato, eu acho que essa metodologia não pode de todo ser utilizada. Das duas, uma, ou nós temos uma saúde invejável e pegamos nos vinte e três mil euros e compramos e fazemos aquilo que queremos ou, então, deixamos isto para o próximo mandato porque seguramente que a Sra. vice-presidente e o Sr. presidente acreditam que vão ser novamente responsáveis pela câmara e é legítimo que o pensem e até posso dizer que até é expectável. Estatisticamente, se calhar, é aquilo que mais vezes acontece. Fazem isto em Novembro ou no final de Outubro depois de tomarem posse. Eu não posso concordar que se gastem vinte e três mil euros, que se vá fazer uma grande campanha a dizer que se vai dizer e depois vamos pagar em dois mil e dezoito. Não, pagamos em dois mil e dezassete. Se for para pagar em dois mil e dezassete até ao final das eleições ou no imediato, muito bem. Sendo assim, terei que votar contra. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Pronto. A saúde financeira da câmara, ela também existe exactamente porque são feitas opções de gestão como esta. A metodologia que está proposta neste protocolo é aquela que tem sido seguida. Já votámos todos favoravelmente aquisições com pagamentos faseados. Se vocês consideram que nesta altura já não é altura



Reunião de 14/06/2017

para podermos aplicar a mesma metodologia, isso é uma consideração que devem colocar na vossa declaração de voto, mas nós não vamos alterar, mas não vamos alterar, mas ó Dr. Marques, a metodologia é a mesma. Se vocês consideram que nesta altura não é aceitável, inferem a vossa decisão de voto. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Sra. Dra., desculpe, corrija a sua informação, o princípio de pagamento é só em dois mil e dezoito enquanto nos outros o princípio de pagamento é dois mil e dezasseis, dois mil e dezassete, Sra. Dra. Desculpe, corrija. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: É assim, em primeiro lugar, portanto, eu naturalmente quando falo na demolição de casas nas aldeias e na destruição, muitas vezes daquilo que é o núcleo e eu conheço algumas em que, de facto, o núcleo mais característico e mais típico foi destruído, infelizmente, algumas do nosso concelho, portanto, eu quando falo nisso é um princípio geral, como é evidente. Naturalmente, aceito que haja casos excepcionais. Tenho dúvida se este é um desses casos ou não, tenho dúvida. Só uma análise no local e feita por técnicos é que, de facto e essa análise é que podia estar aqui. Essa análise, essa abordagem é que devia ser feita por técnicos conceituados, técnicos de património, não é engenheiros civis, atenção, técnicos de património. Não é um engenheiro civil dizer “Olha, diz-me aí que aquela casa não tem interesse nenhum arquitectónico e pode ser demolida.” Não. Isso é que devia ser feito. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Mas ó Adelino, mas neste caso concreto nós temos de partir do pressuposto que as pessoas envolvidas na negociação agiram de boa-fé e se há um pedido de há tantos anos do responsável da Junta de Freguesia de Nelas que até é uma pessoa que todos nós conhecemos do Folhadal, que a Associação, que a paróquia tanto tem pedido por este alargamento e beneficiação do Largo da Igreja, neste caso concreto temos todas as condições para saber que houve princípios de boa-fé na oportunidade da demolição que aqui está em questão. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Desculpem lá, deixem-me lá concluir. Deixe-me lá concluir, porque senão voltamos àqueles velhos métodos de ter que interromper reuniões de câmara que pelos vistos já vêm desde dois mil e sete. Tu também não te rias porque também estás envolvido por proposta minha. Portanto, eu estava a dizer que de facto há casos e casos e devem ser analisados e estudados e avaliados, na minha opinião, com base em pareceres técnicos de pessoas com capacidades e com conhecimentos na matéria. Não estou a pôr em causa a opinião, que é válida, que também é minha, a opinião que é válida do membro da Junta de Freguesia ou do seu pároco ou o quer que seja, mas com o devido respeito, acho que nem eu, ou melhor, nem eles e muito menos eu, temos, digamos, conhecimentos suficientes para tomar decisões nessa matéria, portanto, nesse aspecto, embora, repito, não é esse o meu móbil para votar contra. O voto contra é de facto, por razões com o calendário dos pagamentos. E de facto isso não liga bem, portanto, assumir compromissos. Estamos a quatro meses das eleições. Daqui a quatro meses este assunto pode ser agendado e decidido com toda a tranquilidade. As casas ameaçam ruir? As casas ameaçam ruir? Há alguma situação de catástrofe? Há alguma premência, alguma urgência que justifique a tomada de decisões? Não. Portanto, o que eu sugeria era que a Sra. vice-presidente retirasse este ponto da agenda e ele fosse refeito com base naquilo que nós aqui dissemos. Tanto mais, eu aceito o documento e já agora pedia que me desse uma cópia da avaliação do Eng.º João



Reunião de 14/06/2017

Luís, eu aceito como válido esse documento embora ele tenha data de hoje, porque esse documento é feito de trás para a frente. Foi feito um acordo com os proprietários pelo valor de vinte e três mil e agora é necessário arranjar uma justificação qualquer. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Então vamos, por favor, à votação e vocês colocam nas vossas declarações de voto aquilo que já proferiram. Certo. Mas eu não vou retirar o ponto para aprovação. Eu não vou alterar o protocolo porque ele já foi discutido com as pessoas envolvidas. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Eu sugiro a retirada do ponto e não a substituição de datas, ou melhor, eu peço desculpa, mas eu estou a intervir. Haja respeito. Tenham paciência. Eu posso tentar ser mais breve, mas têm que me deixar chegar com o raciocínio até ao fim. Eu sugiro a retirada do ponto e não a alteração da data do pagamento. Porquê? Porque a retirada do ponto é no pressuposto de que na próxima vez que o assunto for agendado e se quiserem alterar as datas de pagamento, essa proposta de datas de pagamento deve vir acompanhada com um documento que, aliás, devia vir sempre, com um documento da contabilidade a dizer que esta despesa está cabimentada no orçamento e há meios financeiros disponíveis para a concretizar porque alterar aqui a data é fácil, é só. Peço desculpa, alterar a data aqui é fácil. E depois cumpri-la é fácil? Não é. Portanto, gato escaldado tem medo de água fria. É verdade. Portanto, eu proponho a retirada do ponto, o ajustamento das, ou fica para o próximo mandato ou alterem a data de pagamento desde que haja confirmação de que esta despesa tem cabimento orçamental e há meios disponíveis para a fazer. Não é só “Ah, sim senhora, vamos pagar isto no dia vinte e nove de Setembro” e depois não pagam. Isso a mim não me satisfaz. Peço desculpa. Portanto, a minha proposta é esta: ou tiram o ponto e agendam depois quando houver condições para fazer o pagamento ou, então, alterem o protocolo com datas mas desde que seja comprovado que a câmara tem dinheiro para fazer o pagamento. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Ó Dr. Marques, deixe-me só aqui. Ok, mas é assim, eu não vou alterar, eu não vou alterar a proposta do contrato até porque ele foi construído com os proprietários dos edifícios que aceitaram os termos em que ele foi construído e, portanto, se eles aceitaram os termos do protocolo -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral perguntou: Ó Sra. vice-presidente, mas não é a câmara que tem competências para deliberar? -----

---- A Senhora Vice-Presidente respondeu: Mas por isso é que, tanto tem, por isso é que o texto do protocolo vem à câmara para ser aprovado ou não e, portanto, vocês, mas reparem, se a câmara considerar que o texto do protocolo não está em conformidade é reprovado este protocolo e vem numa próxima reunião de câmara alterado. Agora ele está agendado, por isso é que serve para isto mesmo. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: O Senhor Cândido e a Senhora Maria querem receber em dois mil e dezoito mas não querem receber em dois mil e dezassete. Pode haver questões fiscais, é verdade. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Olhem, eu vou pôr à votação o ponto tal como ele está, sendo reprovado, naturalmente que -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Se a Sra. Dra. não sujeitar a votação a proposta do Adelino, que é legítima, legal e concreta e objectiva, Sra. Dra., eu ausento-me da sala e não voto neste ponto. A Sra. Dra. tem que respeitar a



Reunião de 14/06/2017

democracia e as regras das reuniões. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Ó dr. Marques e tem que respeitar uma agenda de uma reunião, que tem esta proposta, está bem? Mas a vossa proposta, mas reparem, a vossa proposta não fica invalidada. Não, não. O ponto é este. Reparem, o ponto é este e vocês fizeram as vossas questões e todas elas são absolutamente legítimas. Por isso por é que neste caso não vem para ratificação como tantas vezes. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Não voto o ponto porque a Senhora está a ter um procedimento incorrecto. -----

---- Ausentou-se da mesa da reunião o Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques e sentou-se na sala -----

--- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Não estou nada, Dr. Marques. Olhe, o seu procedimento é que é incorrecto, que se levantou da mesa como vereador e sentou-se no público. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Não. A Senhora não sustenta à votação uma proposta de um vereador, logo é ilegal a continuação da reunião. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Ó Dr. Marques, há uma agenda com este ponto. A única coisa que eu vos estou a dizer é que eu não estou. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou: Mas não tem a ver com a agenda, tem a ver com o decorrer da reunião. No decorrer da reunião houve um vereador que apresentou uma proposta à mesa. A Sra. presidente tem que a pôr à votação. Isto não é ao gosto do freguês. Eu sei que a senhora já aprendeu bem a lição com o Sr. presidente, pelo que estamos a ver, mas as regras de democracia impõem que a proposta seja posta a votação. É votada. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Sim, mas deixe-me, vamos lá ver uma coisa, todos nós aprendemos aquilo que tivermos que aprender na vida. Há uma agenda e há um ponto. Volto-vos a dizer, todas as vossas questões foram discutidas, foram colocadas em cima da mesa e devem-nas colocar na votação, porque a única coisa que vocês estão a dizer é que não concordam com os termos do protocolo da forma como ele está construído e, portanto, isso está na vossa declaração de voto e o Sr. presidente que quer levar a bom porto este negócio em benefício da localidade do Folhadal vai acautelar certamente as vossas sugestões. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Ó Sra. vice-presidente, eu acho que nós devíamos ter aqui um assistente ou uma assistente que nos fosse ditando as regras de funcionamento de uma reunião. Eu, de facto, acho que as agendas das reuniões de câmara têm que ter alguma estabilidade, portanto, nós não podemos chegar aqui e subverter os assuntos todos da agenda. Eu até aceito, embora isso seja um comportamento condenável em termos democráticos, aceito que o presidente de câmara várias vezes, muitas vezes se recusou a admitir propostas no sentido de que os assuntos agendados fossem refeitos, reformulados ou retirados ou pensados, qualquer coisa assim. Eu não tenho problema nenhum. Aliás, a primeira expressão que eu usei foi “Eu sou contra.” Voto contra isto sem problema nenhum. Não há aqui nenhum tipo de problema. Agora o que eu tentei fazer, como sempre fiz nesta sala, nesta mesa, nesta câmara, como sempre fiz, foi sempre essa a minha agulha magnética, é procurar resolver os problemas de forma o mais consensual possível para estarmos todos envolvidos na tomada de decisões e para não se dizer depois nos *sites* que foi o presidente que fez, que foi o presidente que tomou a iniciativa, que foi o presidente que teve a ideia, aquele é



Reunião de 14/06/2017

um homem brilhante. Não, é a câmara, porque há competências que são da câmara e esta competência é da câmara e o que eu procurei aqui foi arranjar uma solução para não ter que ser chumbada, para isto não ter que ser chumbado e para poder ser feito e voltar à câmara cumprindo os requisitos que aqui apontámos, nomeadamente a questão da avaliação é pertinente. Eu, para mim, é-me indiferente que a avaliação tenha data de ontem ou de hoje. Se calhar, até foi um erro ao imprimir. Já tinha o documento feito e ao imprimir saiu a data de hoje. Até pode ter sido um erro, até pode ter sido. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Mas não é. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: É como a história da exoneração do Dr. Alexandre, também tem um ano antes mas depois naquela hora, pronto, a gente já sabe como é que funcionam as coisas com determinadas pessoas à frente das instituições e não é o seu caso. Note, não é o seu caso. Mas pronto, eu até dou isso de barato. Agora, por exemplo, aquela questão que foi colocada aqui da importância da demolição, do enquadramento em termos de salvaguarda do património construído, o que é a traça da aldeia, eu parece-me que isso é uma questão pertinente cada vez mais e é pertinente, ao contrário do que a Sra. vice-presidente diz, é muito pertinente na aldeia do Folhadal. Sabe porquê? Porque a aldeia do Folhadal é uma aldeia com grandes potencialidades e grandes capacidades. E como tal, nós temos que olhar para ela e preservá-la. Não é preservá-la como ela está. Se houver coisas a rectificar, rectificam-se, mas não é, mas essa forma de fazer a abordagem, simplista, é que eu não estou de acordo. Não. “O Folhadal é uma aldeia que precisa de largos grandes, vamos demolir as casas todas.” Não é assim. Portanto, a minha proposta tem apenas como única intenção não criar aqui uma situação de ruptura e de antagonismo, mas sim procurar uma situação consensual. É esse o espírito da minha proposta.-----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Eu até acredito que seja. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Agora se quiser manter, tudo bem, eu voto contra. Não há problema nenhum. Agora o que eu acho é que está a perder aqui uma oportunidade para que este assunto seja feito, para que a tomada de decisões seja feita de forma mais consensual. Até porque, como lhe disse, estamos a quatro meses das eleições. Que urgência é que justifica isto? É para ir dizer ao Folhadal que o Adelino e o Alexandre e a Rita e o Marques são uns bandidos que até votaram contra não estou minimamente incomodado com isso, desde já lhe digo. Agora o que eu acho é que estas questões mereciam uma atenção e um cuidado especial. Por isso é que eu propus... -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Mas ela, vamos lá ver uma coisa, o protocolo vem à câmara exactamente para isto, para ele ser discutido e para ele ser melhorado, portanto, é isso que vai acontecer. Portanto, colocando à aprovação. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Só mais um à parte muito rápido, Sra. vice-presidente. Nós temos aqui uma proposta efectivamente, uma proposta e, portanto, obviamente a minha sugestão foi melhorada e a minha ideia era aquilo que o Adelino disse. Eu estou disponível para aceitar que esta demolição faz sentido no Folhadal. Pronto, acredito que sim. Não há aqui nenhuma informação da Junta de Nelas, mas eu acredito que ela concorde também com o assunto. Não que seja essencial, mas obviamente se concorda, mais uma razão para eu também não me opor a ela. Mas sinceramente, acho que temos que fazer o pagamento até ao final do mandato. É só isso. -----

---- A Câmara deliberou, por maioria, com um voto a favor da Senhora Vice-Presidente da



Reunião de 14/06/2017

Câmara e três votos contra, dos Senhores Vereadores Dr. Alexandre Borges, Dr.^a Rita Neves e Adelino Amaral, reprovam a Proposta de Contrato-Promessa de Compra e Venda a celebrar entre o Município de Nelas e Cândido Augusto Alves e Esposa Maria Fernanda Dias Alves, referente à aquisição de três prédios urbanos, pelo preço de 23.000,00 euros, para demolição e integração da área na via pública (obras de alargamento do Largo da Igreja, em Folhadal), atrás descrita. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges apresentou a seguinte declaração de voto: Voto contra a proposta de protocolo, porquanto na cláusula segunda está indicado que o valor será pago durante o ano de dois mil e dezoito. Não considero que seja um pagamento faseado. Considero admissível a pretensão expressa aqui nesta proposta. Só não concordo que dadas as afirmações de saúde financeira ainda nesta reunião, expressas, que não se faça o pagamento até ao final do mandato. -----

---- O Senhor Vereador Alexandre José Borges Amaral apresentou a seguinte declaração de voto: O meu voto contra é por discordar da forma desta câmara assumir compromissos para o mandato seguinte em assuntos que de urgente aparentam nada ter, pelo menos, assim não foi justificado, portanto, e perante a recusa de ser considerada a minha proposta de retirar o assunto para ser reavaliado, portanto, votei contra por essa razão. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou: Subscrevo a declaração de voto do vereador Adelino e também do vereador Alexandre, porque uma, aliás, é o mesmo que a outra. -----

---- **Regressou à reunião o Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques.** -----

2 – ZONAS INDUSTRIAIS

(252/2017/06/14)2.1.CEDÊNCIA DOS ARTIGOS RÚSTICOS N.ºS 8839 E 8198 À EMPRESA NELMEC, NA ZONA INDUSTRIAL DA RIBEIRINHA, EM CANAS DE SENHORIM – APROVAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 3744, datada de 26/05/2017, do Serviço de Apoio Industrial, Comercial e Empresarial, que a seguir se transcreve: -----

---- *“Cedência dos artigos rústicos 8839 e 8198 a empresa NELMEC na ZI III em Canas de Senhorim* -----

---- *Em reunião de 10 de Maio de 2017 foi aprovado Protocolo de Promoção do Crescimento e Sustentabilidade Económica e da Empregabilidade Local entre Município de Nelas e Guido Zocchi, para cedência numa primeira fase de dez mil metros quadrados de terreno no âmbito do projeto de construção de uma unidade industrial na Zona Industrial da Ribeirinha, em Canas de Senhorim, conforme Carta de Intenções apresentada em anexo, que nos termos da cláusula 1.º do protocolo acima mencionado ressalva que o apoio a conceder pelo Município pode ser atribuído a sociedade que o empresário Guido Zocchi venha a constituir.* -----

---- *Entretanto para instalação da empresa já foi apresentado pelo Sr. Guido Zocchi com o Bilhete de Identidade 2135223 o certificado de admissibilidade n.º 2017020211 da firma NELMEC – Industria e Mecânica de Precisão Unipessoal Lda. com o contribuinte n.º 514412216.* -----

---- - *Parecer dos Serviços:* -----

---- *No âmbito do protocolo aprovado e para efeitos de escritura e instalação da firma*



Reunião de 14/06/2017

NELMEC – Industria e Mecânica de Precisão Unipessoal Lda. na Zona Industrial III em Canas de Senhorim, cabe informar que é possível a realização de escritura de dois artigos rústicos 8839 e 8198, sitos na “Ribeirinha” pelo valor total de cinco mil euros, conforme as condições presentes n.º 2 alínea g) e n.º 7 do Artigo 4.º do Regulamento de Apoio ao investimento e Criação de Emprego do Município de Nelas com a firma acima indicada. -----

---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª.” -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Portanto, vem à câmara na sequência do protocolo de atracção e investimento assinado com o Sr. Guido Zocchi que previa que a ele directamente ou numa sociedade criada pelo próprio, fossem efectivados os compromissos assumidos nessa assinatura desse protocolo e, portanto, ele criou a empresa Nelmec. Vocês têm aí o comprovativo da empresa da qual ele é sócio gerente e, então, trazemos à câmara para aprovação a cedência de, ora, deixem-me ver, dos dois artigos rústicos, estava a ver se tinha aqui a área total, que há-de estar pelo somatório dos artigos matricial, não, no valor de cinco mil euros. É isso que eu estou a tentar procurar. Porque ele pede, de facto, no protocolo assinado são dez mil metros quadrados na zona industrial da Ribeirinha. Portanto, o que nós não temos aqui é a área dos dois artigos rústicos para percebermos se confirma a área dos dez mil metros quadrados. Deixem-me só ver. Sim, eu quero acreditar que sim. No entanto, não sei se o Luís Costa ainda estará. Nós podemos pedir-lhe uma cópia dos artigos das áreas para confirmar. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Eu queria falar sobre isto por uma razão muito simples. Obviamente, voto favoravelmente a cedência do terreno à semelhança de todos os outros, nem poderia ser de outra maneira. Agora, de facto, o que eu disse há bocadinho começa a ser uma prática comum. Eh pá, os números são números. E as pessoas começaram, parece que se criou aqui a ideia de que os números são aquilo que a gente quiser. Inventa-se um número qualquer e pronto. E depois faz-se propaganda com esse número. Por exemplo, a empresa diz que vai criar quarenta postos de trabalho. Eu para ceder o terreno e os dez mil metros e para apoiar esta iniciativa, não preciso de saber ou não preciso de ter garantias ou que a empresa me diga que vai criar quarenta postos de trabalho. Parece-me é que isto não tem sustentação. E porquê? Diz, postos de trabalho a criar: quarenta. O investimento em maquinaria de alta tecnologia, nomeadamente ultra-sónico, pneumático, no montante global de mais de oitocentos mil euros. Portanto, um investimento de alta tecnologia com quarenta postos de trabalho pressupõe uma criação de valor brutal, mas o que vem a seguir a dizer, diz que o volume anual previsto estimado é de quatrocentos mil euros. Ora bem, quarenta postos de trabalho todos pagos ao salário mínimo nacional em catorze meses mais os encargos para a Segurança Social, todos pagos ao salário mínimo nacional totalizam trezentos e oitenta e cinco mil euros. Então, a empresa gasta trezentos e oitenta e cinco mil euros só em salários, a pagar o salário mínimo e factura quatrocentos mil? Ó pá, é assim, isto é feito para enganar o pagode? Nós somos o pagode? Somos todos tansos? Pá, eu procuro não ser, embora reconheça as minhas limitações e as minhas fragilidades. Agora parece-me é que não é necessário arranjar justificações que ainda por cima têm “pés de barro”, como o caso das avaliações das casas que se deitam abaixo e o empolamento em mais quarenta postos de trabalho. Mas quais quarenta postos de trabalho? Com facturação de quatrocentos mil euros?

Repito, quarenta postos de trabalho pagos rigorosamente ao salário mínimo nacional, no final do ano é um encargo de trezentos e oitenta e cinco mil euros. Sendo que é uma empresa de



Reunião de 14/06/2017

alta tecnologia, portanto, é uma empresa de capital intensivo e não trabalho intensivo e as empresas de capital intensivo pressupõem que a factura do factor, que o custo do factor trabalho é inferior a um terço do valor gerado, portanto, não estou a perceber. Não percebo. Acho que o Sr. vereador Manuel Marques entende muito melhor estas contas do que eu, porque eu sinceramente não as entendo. Mas voto favoravelmente. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Concordo com aquilo que o Adelino disse há bocadinho. Os resultados são o que o Sr. presidente da câmara quer. Eram três profissionais, um matemático, um economista e um advogado. Perguntaram ao matemático quanto é que era dois, mais dois. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Hoje é uma reunião de histórias. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques continuou: O matemático respondeu “Dois mais dois são certamente quatro.” Perguntaram ao economista, dois mais dois? E ele respondeu “Hum, acho que são quatro.” Perguntaram ao advogado e o advogado respondeu “Diga lá o resultado que quer que a conta dê.” É o resultado que o presidente da câmara quer que a conta dê. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Falará a voz da experiência porque também o é, não é? Portanto, ele lá sabe. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques continuou: Afinal, sabes mais de contas do que eu. -----

---- A Senhora Vice-Presidente perguntou: Luís, confirma-nos só, por favor, a área dos dois artigos rústicos que estão inerentes aqui à cedência? -----

---- O Senhor Dr. Luís Costa respondeu: Portanto, o total da cedência é de dez mil metros. São dez mil metros quadrados. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques: É só perguntar ao Luís Costa. Rigorosamente era sempre ele que fazia as informações da aquisição de terrenos para a zona industrial e depois temos aqui dois ou três contratos em que o Luís Costa é completamente banido desse processo. Gostava que o Sr. Luís Costa explicasse, se Vossa Excelência assim o autorizar. Por que é que o Luís Costa foi arredado deste protocolo, deste contrato promessa de sessenta mil euros mais não sei o quê? Por que é que o Luís Costa a este não foi ouvido nem achado? Não vejo cá informação dele. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Ó Luís, eu gostaria muito de obter a tua resposta, se fosse uma questão pertinente ou válida e não cheia de pressupostos para condicionar uma qualquer resposta, está bem? Obrigada. O que nós queremos era saber as áreas dos artigos.-----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Peço desculpa, mas tem que ser. Eu também vou votar favoravelmente e ao contrário do que diz aqui o vereador Adelino, esperançado, até porque eu nunca chegaria a essa análise porque não tenho tarimba para isso e, portanto, acredito que sou “comido por parvo” frequentas vezes, mas dar os parabéns a mais uma empresa que se quer instalar aqui no concelho e que, digamos, eu espero que crie os quarenta postos de trabalho e que o volume de negócios anual estimado seja superior àquilo que aqui está. Portanto, eu espero que seja assim. Queria também apenas referir que era importante mais uma vez nós aferirmos da completa legalidade da cedência de terrenos abaixo do preço pelos quais eles são adquiridos, tendo em conta que ao parecer que foi tornado público pela Câmara Municipal do Carregal do Sal e aquela situação que eu já aqui alertei que tinha a ver com uma queixa que foi feita pela Câmara Municipal de Vigo



Reunião de 14/06/2017

junto das instâncias europeias e até com o cruzamento que isto pode ter relativamente às candidaturas que a câmara pode vir a fazer para modernização de zonas industriais e, portanto, era importante insistir no dirimir destas dúvidas que existem. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Muito bem. Ó Luís, podes ficar mais um bocadinho? Como pode haver dúvidas nos processos a seguir. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Só um segundo. Permita-me só, porque não quero que fique aqui a ideia que alguma coisa me move contra a empresa, antes pelo contrário, portanto, pretendia só subscrever o regozijo do Dr. Alexandre em relação à instalação da nova empresa e admito que este valor, que este documento tenha sido feito até, se calhar, a pedido do presidente de câmara ou de alguém para justificar uma coisa que não era necessário justificar, portanto, não está aqui em causa nenhuma desconfiança em relação à empresa e, de facto, também subscrevo o voto de regozijo pela instalação no nosso concelho. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a cedência dos artigos rústicos 8839 e 8198, com a área total de 10.000 m², à empresa NELMEC, de Guido Zocchi, na Zona Industrial da Ribeirinha, em Canas de Senhorim, pelo valor total de cinco mil euros, conforme as condições presentes no n.º 2, da alínea g) e no n.º 7 do Artigo 4.º do Regulamento de Apoio ao investimento e Criação de Emprego do Município de Nelas, de acordo com a informação interna n.º 3744, datada de 26/05/2017, do Serviço de Apoio Industrial, Comercial e Empresarial, atrás descrita. -----

(253/2017/06/14)2.2.PROPOSTA DE CONTRATO-PROMESSA DE COMPRA E VENDA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE NELAS E PEDRO MIGUEL SOARES ALBUQUERQUE – AQUISIÇÃO DE TERRENOS NA ZONA INDUSTRIAL I DE NELAS – APROVAÇÃO

---- Presente a Proposta de Contrato-Promessa de Compra e Venda a celebrar entre o Município de Nelas e Pedro Miguel Soares Albuquerque, referente à aquisição de terrenos na Zona Industrial I de Nelas, que a seguir se transcreve: -----

---- **“PROPOSTA DE CONTRATO PROMESSA DE COMPRA E VENDA** -----

---- *Entre:* -----

---- 1.º *“MUNICÍPIO DE NELAS”, com sede em Largo do Município, 3520-001 Nelas, titular do NIPC 506 834 166, representado, nos termos legais, pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Borges da Silva, como Primeiro Outorgante e adiante designado “Promitente-Comprador”, e -----*

---- 2.º *PEDRO MIGUEL SOARES ALBUQUERQUE, Contribuinte n.º, residente na Rua do Carvalho, n.º5, Cagunça, Senhorim, como Segundo Outorgante e adiante designado “Promitente-Vendedor”, -----*

---- *Considerando:* -----

---- 1 - *Que o “Município de Nelas” é responsável pela administração e gestão da área territorial do Concelho de Nelas, designadamente e com particular interesse para o presente contrato-promessa, da Zona Industrial I, em Nelas; -----*

---- 2 - *Que o “Município de Nelas” dispõe de atribuições legalmente consagradas em matéria de promoção do desenvolvimento, conforme preceitua o artigo 23.º, n.º2, alínea m) da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro; -----*

---- *é celebrado o presente contrato promessa de compra e venda que se regerá pelas cláusulas seguintes: -----*



Reunião de 14/06/2017

---- *Cláusula Primeira* -----
 ---- *O “Promitente-Vendedor” é dono e legítimo proprietário dos seguintes prédios rústicos:*
 ---- *a) Prédio rústico inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 5358, sito ao Resteva do Trigo, freguesia de Senhorim, concelho de Nelas, que confronta a Norte com António Marques Lila e outros, a Sul com António Serra Amaral, a Nascente com Maria Aurora Cabral, a Poente com Caminho, com a área de 6680 m², e descrito na Conservatória do Registo Predial de Nelas sob o n.º 1927 (Anexos 1 e 2);* -----
 ---- *b) Prédio rústico inscrito nas matrizes prediais rústicas sob os artigos 5766 e 5780, sito ao Palheiro ou Lagoa, freguesia de Senhorim, concelho de Nelas, que confronta a Norte com Caminho antigo, outro e Alberto Pais Cabral, a Sul com ribeiro e João Marques e outro, a Nascente com J.F.S., José Vaz, outro e Maria das Dores, a Poente com ribeiro e caminho, com a área de 61930 m², e descritos na Conservatória do Registo Predial de Nelas sob o n.º 1913 (Anexos 3 e 4).* -----
 ---- *Cláusula Segunda* -----
 ---- *Pelo presente contrato, o “Promitente-Vendedor” promete vender ao “Promitente-Comprador”, que, por sua vez, promete comprar àquele, os prédios rústicos identificados na cláusula anterior, livres de ónus ou encargos, pelo preço total de 54.888,00€ (cinquenta e quatro mil oitocentos e oitenta e oito euros), que será pago de acordo com a seguinte calendarização:* -----
 ---- *a) 50% até final do mês de janeiro de 2018;* -----
 ---- *b) Os restantes 50% até final do ano de 2018.* -----
 ---- *Cláusula Terceira* -----
 ---- *A data da escritura será comunicada entre os Outorgantes por carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias sobre a data da celebração da mesma, sendo que o “Promitente-Vendedor” se compromete a instruir a escritura com os documentos necessários à concretização da mesma.* -----
 ---- *Cláusula Quarta* -----
 ---- *Ambos os outorgantes acordam na execução específica do presente contrato.* -----
 ---- *Cláusula Quinta* -----
 ---- *Com a assinatura deste contrato, confere-se, desde já, a posse dos prédios identificados na cláusula primeira ao “Promitente-Comprador”.* -----
 ---- *Pelos Outorgantes foi declarado que aceitam o presente contrato com todas as suas condições, de que tomaram inteiro e perfeito conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam nos termos nele expressos e nos demais impostos pela Lei.* -----
 ---- *E por estarem de acordo vão assinar as partes em dois exemplares.”* -----
 ---- *A Senhora Vice-Presidente afirmou: Portanto, na senda do que tem sido feito de darmos mais condições para o alargamento das áreas de acolhimento empresarial está aqui, eu pedi uma cópia para vocês terem a percepção dos dois artigos que estão aqui inerentes a este protocolo de contrato promessa de compra e venda, portanto, isto são dois pedaços perto da Luso Finsa, da Movecho, certo? É a área de expansão da zona industrial um.* -----
 ---- *O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Então, quer dizer que metade do terreno está fora da área de expansão, é isso? O PDM não permite construir, só se for alterado aqui.* -----
 ---- *A Senhora Vice-Presidente afirmou: Ó Dr. Marques, o protocolo ainda não foi aprovado.*



Reunião de 14/06/2017

Se não quiser aprovar manifesta as suas dúvidas. -----
 ---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: O senhor está a comprar terrenos que não fazem parte da zona industrial e pagar em 2018. -----
 ---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: A malha prevista no PDM para a expansão da zona industrial um é a que está a roxo. Como todos nós sabemos, cabe à câmara e à assembleia municipal, se assim entender e quando entender, fazer revisões ao PDM e, portanto, se entenderem fazer para que este pedacinho também possa ser incluído numa nova unidade industrial não é isso que de certeza absoluta que vai ficar em questão. Esta é uma área que no total perfaz sessenta e oito mil metros quadrados a um preço de aquisição de oitenta cêntimos o metro quadrado e daí o valor de cinquenta e quatro mil oitocentos e oitenta e oito euros, portanto, continua a ser possível no concelho de Nelas fazerem-se negócios para criar condições para mais empresas e mais indústrias se instalarem no concelho. Os proprietários vão aceitando e o preço médio já nos últimos dez anos tem sido entre estes preços de setenta cêntimos, oitenta cêntimos, um euro, um euro e dez no máximo, acho eu, e, portanto, nada de estranho é esta proposta de contrato promessa de compra e venda daquilo que tem sido prática nos últimos anos, portanto e nada de novo tem. -----
 ---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Eu primeiro gostava de fazer uma observação e uma recomendação. Já que falaram aqui no PDM, eu tenho ideia de que o PDM de Nelas foi aprovado em 2013 ao abrigo de um regime transitório e, portanto, era só alertar que se for assim, o PDM vai ter que ser revisto até 2022, portanto, é um processo que é demorado, portanto, já que falam nisso, era, se calhar, interessante perguntar à CCDDR se isto corresponde ou não à verdade porque senão depois ficamos muito em cima da hora, nós, a câmara. Agora relativamente a esta questão, eu aproveitando que está aqui o dr. Luís, perguntar uma coisa, nós estamos aqui a tentar, ou melhor, a proposta de compra de, neste caso, de seis hectares, salvo erro, não é? -----
 ---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Sessenta e oito mil metros quadrados. -----
 ---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Pronto, sessenta e um, novecentos e trinta, portanto, seis hectares. -----
 ---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Não, mais seis mil seiscentos e oitenta. São dois. -----
 --- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Pronto. Ok. Mas eu estou a falar deste. Eu gostava de perguntar quantos hectares existem disponíveis à propriedade da câmara para venda a empresários que se queiram instalar dentro da zona industrial, nas três zonas industriais existentes, em Canas de Senhorim, zona industrial, também em Canas de Senhorim, Chão do Pisco, e a zona industrial número um, quantos hectares existem? Para aferir da necessidade de comprar mais sete hectares, portanto, ainda para mais, eu não estou aqui a ver nenhuma necessidade expressa por nenhuma empresa para expandir negócio e, portanto, aquilo que nós estamos a fazer e cruzando com aquilo que falei relativamente ao Folhadal é uma proposta para comprar cinquenta por cento até final do mês de Janeiro de 2018, os restantes cinquenta até ao final do ano 2018. Das duas, uma, ou há uma necessidade premente manifestada para que estes terrenos sejam adquiridos ou, então, eu não sei o que é que a gente está aqui a decidir hoje. Comprar mais seis hectares, um deles, cinquenta e três mil euros, cinquenta e cinco mil, cinquenta e quatro oitocentos e oitenta euros, um outro mais pequeno, mais cinco mil quinhentos e cinquenta euros. Quer dizer, estamos sem terrenos para entregar? Faz algum sentido? Ainda para mais, um deles não é metade, mas seguramente um



Reunião de 14/06/2017

terço está fora da área industrial, portanto, aquilo que estamos aqui a. -----
 ---- A Senhora Vice-Presidente da Câmara afirmou: Luís, sem prejuízo de responderes ao que o vereador Dr. Alexandre te colocou, que podes responder naturalmente, mas só dar aqui um esclarecimento de qualquer coisa que eu julgo que vocês também já sabem, estes têm sido processos contínuos de inventariação das áreas que estão previstas precisamente no PDM para as áreas de expansão das áreas de acolhimento empresarial e que o Luís, dentro das suas competências e conteúdo funcional, vai indagando e vai fazendo um trabalho muitas vezes de monge para conseguir de facto identificar os proprietários, estabelecer com eles um conjunto de reuniões que são tidas como necessárias para chegar ao melhor consenso na negociação de vender à câmara terrenos que estão previstos no PDM para áreas de acolhimento empresarial e que precisam de ser da câmara para poder, nomeadamente fazer prova de um conjunto de área disponível, por exemplo, para financiamento da CCDR no que diz respeito às áreas de acolhimento empresarial ou alargamento das mesmas porque a CCDR também não financia em terrenos que não sejam próprios. Pronto. E de facto tem sido um processo contínuo de aquisição de terrenos nas zonas industriais para garantir melhor e maior capacidade de alojamento de novas unidades industriais ou alargamento das que já cá estão. No entanto, e é o caso destes dois, no entanto, Luís, se tiveres de memória áreas disponíveis, sabemos que temos em todas, mas. -----

---- O Senhor Dr. Luís Costa afirmou: Não sei a área total, mas portanto, a zona industrial um nas costas da Topack teremos cinquenta, sessenta mil metros, por aí. Depois do lado. -----

---- A Senhora Vice-Presidente da Câmara afirmou: Sendo que esses estão de alguma maneira integrados numa estratégia de expansão dos Aquinos, como sabemos. -----

---- O Senhor Dr. Luís Costa afirmou: Certo. Depois do lado da antiga A. Couto, portanto, nas costas desse correr teremos à volta de vinte mil metros aí e em Canas de Senhorim neste momento, se calhar, estamos a falar de talvez ...-----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: O que eu acho é que a aquisição de terrenos para expansão das zonas industriais é sempre, enfim, uma opção estratégica e que do meu ponto de vista está correcto, principalmente se forem terrenos com continuidade, portanto, e se estão de facto no âmbito daquilo que será a expansão natural da zona industrial que aqui nestes casos tenho alguma dúvida, a menos que esta pequena parcela seja confinante com a, eu não sei se me sabe responder, com a Mota Engil? -----

---- O Senhor Dr. Luís Costa respondeu: Não, não. Nas costas da Mota Engil existe um caminho. É mesmo ao cimo. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Eu sei porque o meu irmão tinha aqui um canto que foi integrado e, se calhar, era vizinho. Pronto. Mas o outro, manifestamente não tem continuidade, mas pronto. Mas de qualquer maneira, o que eu acho é que de facto é de louvar e eu, pessoalmente, apoio essa estratégia de aproveitar as oportunidades que surgem para fazer, enfim, para criar a tal reserva de terrenos para expansão das zonas industriais, embora isto aqui, também não há, enfim, não há nenhum plano predefinido, não se sabe muito bem o que vai ser feito, mas também não se pode ter isso à priori. Agora, o que eu acho. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Até podia ser considerado auxílios de Estado. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral continuou: Sim. Eu acho que há aqui um pormenor que também não é importante, mas, é um pormenor. É que a oportunidade teria sido



Reunião de 14/06/2017

comprar estes terrenos na herança e eles estão a ser comprados a uma terceira pessoa. Não tenho nada contra o senhor naturalmente. Isto faz parte da lei da oferta e da procura, mas admito que comprando directamente à herança, eu não sei quando é que essa compra foi feita, também não me interessa, não é isso que está aqui em causa, eventualmente o preço teria sido talvez mais simpático, portanto, mas isso é uma nota que não é importante. Agora o que é importante aqui e a minha decisão de votar não favoravelmente esta aquisição tem a ver também com a questão da compra da aquisição das casas no Folhadal. O pagamento será feito cinquenta por cento até ao final de Janeiro de dois mil e dezoito e o restante até ao final de dois mil e dezoito, portanto, é mais um caso que não tem urgência nenhuma, tanto mais que não há continuidade nem há projectos para instalação de novas empresas nestas áreas, a menos que haja aqui alguma negociação privada com alguma empresa. E não estou aqui a insinuar que a Mota Engil vai oferecer um monumento aos combatentes. Não é isso que eu estou a insinuar, atenção. Que fique aqui bem claro, eu não estou a fazer nenhum tipo de insinuação. Mas salvaguardando alguma eventual, eu estou a falar claro, não estou aqui a falar com meias palavras. Estou a falar claro que é para me acusarem de estar aqui com, portanto, se houver alguma negociação em curso, pois é bom que a câmara seja informada disso. Não havendo, portanto, não me parece que haja aqui nenhuma urgência que justifique, a quatro meses das eleições, este executivo estar a assumir um compromisso de cinquenta e cinco mil euros para o exercício seguinte. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Cinquenta e quatro mil oitocentos e oitenta e oito. ---

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral continuou: É o total das duas, não é? ----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou:

Não, não. O total das duas é sessenta mil euros. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral continuou: Pronto, à volta de sessenta mil euros. E isso, eu não posso, da mesma forma que votei contra as aquisições no Folhadal também voto contra esta aquisição só por essa razão. Porque mesmo que haja reservas em relação ao valor e à oportunidade e à integração na zona industrial, mesmo que houvesse essas reservas, eu, a ideia aprovo-a. Não aprovo esta aquisição neste momento exactamente porque não faz sentido. Não havendo nenhuma situação de urgência, as eleições são daqui a quatro meses, daqui a quatro meses este acordo poderia ser feito ou, então, e a minha proposta, a proposta que fiz no ponto anterior repito-a agora ou então sugiro que o assunto seja retirado e que seja reformulado ou com um calendário de pagamento até final do mandato devidamente acompanhado com o comprovativo da contabilidade e da disponibilidade de meios financeiros ou fica para depois das eleições, portanto, essa é a minha proposta. Se a Sra. vice-presidente a quiser acatar, muito bem, se não quiser, eu votarei contra. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Pelas mesmas razões anteriores, isto é trazido à câmara exactamente para a câmara discutir, concordar, aprovar ou não ou sugerir alterações e, portanto, elas serão acauteladas com todos os interessados que estabeleceram este acordo. ----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Ó Senhora Dr.^a, de facto, querer comprar um terreno que não se enquadra na, um terço dele não se enquadra na zona industrial, de facto não lembraria a ninguém, mas mais grave é isto, Sra. Dra., devia propor-se de facto aqui uma ampliação da empresa Movecho que nós todos respeitamos, que admiramos porque tem criado riqueza, postos de trabalho? Não. Até porque entre a empresa Movecho e este terreno que Vossas Excelências querem comprar, que o Sr. presidente quer comprar



Reunião de 14/06/2017

porque até, é esta pergunta que eu quero fazer ao Luís Costa, se ele esteve nas negociações deste processo? Não esteve, porque senão estava aqui uma informação dele, portanto, facilmente é uma presunção legal, digamos assim, que nós usamos em Direito, não se presume porque o Luís não tem aqui a informação. Isto foi à margem do Luís, foi mais um negócio centralizado numa pessoa, Dr. José Borges da Silva. Falta-me saber e digo isto com toda a franqueza e na frente do jornalista, falta-me saber porque este senhor vendedor, promitente vendedor, tem processos em tribunal por se ter apoderado de prédios que não faziam parte da compra e vai entrar uma petição inicial de revindicação de propriedade e crime de marcos, falta-me saber se não será o escritório do Dr. José Borges da Silva a patrocinar este Pedro Albuquerque. Falta-me saber. Nada me admira porque já apresentaram aqui para pagar ao Sr. Cavaca trezentos mil euros. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Ó Dr. Marques, ainda que tenha liberdade para dizer tudo aquilo que quer, como deve calcular, eu não tenho como refutar essas insinuações. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques continuou: Já apresentaram aqui uma proposta, mas fica em acta. Escreva e fica em acta. Eu assumo aquilo que estou a dizer. já apresentaram aqui uma proposta para pagar ao Sr. Cavaca, quando o escritório da proposta era o escritório do presidente da câmara, portanto, não vejo aqui nada, continuidade absolutamente nenhuma – nenhuma, rigorosamente nenhuma – e depois aquela, de facto, que vem provar e demonstrar que vocês faliram as finanças da câmara. Vocês não têm dinheiro para comprar uma botija de gás para as Oficinas. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Olhe que não. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques continuou: Então pague às associações, pague aos bombeiros, pague aos clubes. Se está tão cheia de dinheiro, se está tão saudável como a senhora diz, então, eu revento a medalha. Então pague este terreno até trinta de Setembro de dois mil e dezassete. Se está a dizer “Olhe que não”, então por que carga de água é que a senhora está “a arrumar com a barriga”, permita-me este termo, que é o povo que o diz sabiamente, esta compra, esta aquisição para além do vosso mandato, para além de Janeiro de dois mil e dezoito? -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Foram os termos acordados, Dr. Manuel Marques., foram os termos acordados entre o município de Nelas, pelo Sr. presidente da câmara e o...

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques continuou: A pergunta que eu lhe faço é esta, pergunte ao funcionário se foram os termos que ele acordou com o vendedor? Pergunte-lhe. Ó Sra. Dra., oiça, eu já aqui ando há muitos anos. Eu já cá ando há muitos anos e já sei como estas coisas se fazem com o Sr. presidente da câmara. Já aqui ando há muitos anos, explique-me aqui por que é que neste processo não vem, traga-me um processo desses que não tenha vindo a informação do Sr. Dr. Luís Costa. Traga-me um. Explique-me aqui hoje, para quem está ali a ouvir, por que é que não veio aqui neste processo uma informação do Dr. Luís Costa? Por que é que o Dr. Luís Costa não concluiu as negociações apresentando aqui os valores que ele põe, que tão doutamente ele faz? Explica aquilo tudo, os artigos matriciais. Por que é que o Dr. Costa não ajudou, não foi ele que minutou certamente o contrato promessa de compra e venda? -----

---- A Senhora Vice-Presidente perguntou: Posso-lhe responder, Dr. Marques? E vai-me deixar. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques continuou: Não, deixe responder o



Reunião de 14/06/2017

funcionário. -----

----- A Senhora Vice-Presidente afirmou: A resposta do Funcionário é tão válida a minha resposta de lhe dizer porque noutras situações também já não apresentou, como se tivesse a informação, mas deixe-me acabar de responder. Oiça, como se tivesse aqui informação do Luís Costa, se o dr. Marques quisesse insinuar que ele escreveu aquilo que o presidente lhe mandou escrever também o diria, portanto, nem é carne nem é peixe. É conforme interessa. ---

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: O que eu sofri na carne e na pele o depoimento desse seu técnico no processo do Sr. Cavaca. Eu sofri na carne e na pele no processo perante a PJ o que ele disse. Felizmente os Srs. juízes não acreditaram. Fui ilibado, mas foi uma resma de maquiavelismo do Sr. presidente da câmara que até levou as pastas para o escritório dele para tentar me incriminar. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Pronto, mas já está sanado esse processo e ainda bem. Agora vamos votar este que está em causa. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: O Senhor Presidente não se livra dos terrenos que comprou na Quinta da Touriga, em Carvalhal Redondo, por trinta e nove mil euros e vendeu-os à tarde por noventa mil com certidões emitidas por ele próprio. ---

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Dr. Marques, proposta de contrato promessa de compra e venda a celebrar entre o município de Nelas e Pedro Miguel Soares Albuquerque, aquisição de terrenos na Zona Industria 1 de Nelas. Aprovação -----

---- Câmara deliberou, por maioria, com um voto a favor, da Senhora Vice-Presidente da Câmara e quatro votos contra, dos Senhores Vereadores Dr. Alexandre Borges, Dr. Manuel Marques, Dr.^a Rita Neves e Adelino Amaral, reprovam a Proposta de Contrato-Promessa de Compra e Venda a celebrar entre o Município de Nelas e Pedro Miguel Soares Albuquerque, referente à aquisição de terrenos na Zona Industrial I de Nelas, pelo preço de 54.888,00 euros, atrás descrita. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral apresentou a seguinte declaração de voto: Embora concordando com a estratégia de aquisição de terrenos para ampliação das zonas industriais, não voto favoravelmente porque não posso concordar com a assunção de compromissos durante este executivo que têm efeito apenas no mandato seguinte, portanto, como não concordo com essa forma de fazer pagamentos de um mandato para o outro, portanto, voto contra esta proposta. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques apresentou a seguinte declaração de voto: Subscrevo a proposta do vereador Adelino referente a esta matéria. Tinha mais para dizer, mas vou acautelar-me, tinha mais para dizer mas vou acautelar-me. -----

---- A Senhora Vereador Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves apresentou a seguinte declaração de voto: Portanto, eu votei contra pelas mesmas razões que votei contra o ponto anterior e aproveito para dizer que voto também contra o ponto seguinte que é o 2.3, pelos mesmos motivos. Uma vez que a câmara está numa situação tão saudável por que tem aqui a previsão de pagamento apenas em dois mil e dezoito? Não concordo com isso. Pronto, voto contra. E também precisar de me ausentar cinco minutos, está bem, mas podem continuar a reunião. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Mas os Srs. vereadores preferem que eu faça um intervalo ou podemos continuar com estas intenções de voto da Dra. Rita? É só um segundo, por favor. Alexandre, já fizeste a declaração de voto ou fazes a seguir? -----



Reunião de 14/06/2017

(254/2017/06/14)2.3.PROPOSTA DE CONTRATO-PROMESSA DE COMPRA E VENDA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE NELAS E MARIA ODETE MARQUES PEREIRA FERREIRA – AQUISIÇÃO DE TERRENO NA ZONA INDUSTRIAL I DE NELAS - APROVAÇÃO

---- Presente a Proposta de Contrato-Promessa de Compra e Venda a celebrar entre o Município de Nelas e Maria Odete Marques Pereira Ferreira, referente á aquisição de terreno na Zona Industrial I de Nelas, que a seguir se transcreve: -----

---- *“PROPOSTA DE CONTRATO PROMESSA DE COMPRA E VENDA* -----

---- *Entre:* -----

---- *1.º “MUNICÍPIO DE NELAS”, com sede em Largo do Município, 3520-001 Nelas, titular do NIPC 506 834 166, representado, nos termos legais, pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Borges da Silva, como Primeiro Outorgante e adiante designado “Promitente-Comprador”, e* -----

---- *2.º MARIA ODETE MARQUES PEREIRA FERREIRA, Contribuinte n.º, residente na Rua da Enfermaria, n.º28, 3520-049 Nelas, como Segunda Outorgante e adiante designada “Promitente-Vendedora”,* -----

---- *Considerando:* -----

---- *1 - Que o “Município de Nelas” é responsável pela administração e gestão da área territorial do Concelho de Nelas, designadamente e com particular interesse para o presente contrato-promessa, da Zona Industrial I, em Nelas;* -----

---- *2 - Que o “Município de Nelas” dispõe de atribuições legalmente consagradas em matéria de promoção do desenvolvimento, conforme preceitua o artigo 23.º, n.º2, alínea m) da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro;* -----

---- *é celebrado o presente contrato promessa de compra e venda que se regerá pelas cláusulas seguintes:* -----

---- *Cláusula Primeira* -----

---- *A “Promitente-Vendedora” é dona e legítima proprietária prédio rústico inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 5516 (Anexo I), sito ao Cadoiço, freguesia de Senhorim, concelho de Nelas, que confronta a Norte com Caminho, a Sul com Avelino Pais Cabral, a Nascente com António Amaral Chaves e a Poente com António Aguiar, com a área de 3680 m², e descrito na Conservatória do Registo Predial de Nelas sob o n.º 1463.* -----

---- *Cláusula Segunda* -----

---- *Pelo presente contrato, a “Promitente-Vendedora” promete vender ao “Promitente-Comprador”, que, por sua vez, promete comprar àquela, o prédio rústico identificado na cláusula anterior, livre de ónus ou encargos, pelo preço de 5.520,00€ (cinco mil quinhentos e vinte euros), que será pago em janeiro de 2018.* -----

---- *Cláusula Terceira* -----

---- *A data da escritura será comunicada entre os Outorgantes por carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias sobre a data da celebração da mesma, sendo que a “Promitente-Vendedora” se compromete a instruir a escritura com os documentos necessários à concretização da mesma.* -----

---- *Cláusula Quarta* -----

---- *Ambos os outorgantes acordam na execução específica do presente contrato.* -----

---- *Cláusula Quinta* -----



Reunião de 14/06/2017

---- Com a assinatura deste contrato, confere-se, desde já, a posse do prédio identificado na cláusula primeira ao “Promitente-Comprador”. -----

---- Pelos Outorgantes foi declarado que aceitam o presente contrato com todas as suas condições, de que tomaram inteiro e perfeito conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam nos termos nele expressos e nos demais impostos pela Lei. -----

---- E por estarem de acordo vão assinar as partes em dois exemplares.” -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Portanto, as justificações e as motivações são as mesmas. Pretensão de alargamento. Ó Luís, sabes dizer onde é? -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Com as confrontações que estão aqui, isto já anda perigosamente perto de uma tira que eu lá tenho. Ainda me levam aqui uma tira. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Bem, mas vocês fazem questão que o Luís vá buscar o mapa, ou conseguem confirmar pelas indicações dele? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: É para votar contra. -----

---- O Senhor Dr. Luís Costa afirmou: É nas costas da antiga A. Couto, mais abaixo do lado direito. Existe lá um caminho que eu não sei se actualmente estará visível e esta parcela confronta até esse caminho. Nós vamos na estrada à direita e há uma entrada, portanto, à direita nesse caminho. A máquina da câmara Municipal andou a limpar esta parcela e por indicação do Sr. Luzio, eu posso ir buscar uma planta. E, então, a máquina ao limpar aquilo tudo entrou nesta parcela e depois a proprietária veio cá chamar-nos a atenção destes três mil metros que estavam lá. Como sabem, também é usual devido à quantidade de mato que existia ali, portanto, fomos ao local depois verificar onde é que ficava a parcela. -----

---- A Senhora Vice-Presidente perguntou: Então, com os esclarecimentos do Luís Costa, Srs. vereadores consideram pertinente ainda assim, ir buscar algum mapa? Isto altera a vota intenção de voto? -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral respondeu: Não, não, não. Eu não tenho ideia, eu andava sempre por aqueles caminhos e o caminho que havia ia dar directamente à linha, pá, de caminho-de-ferro. Não havia ali, entre aquele caminho que eu estou a falar e o caminho-de-ferro não me lembro de haver nenhum caminho transversal. Não tenho ideia. Não havia. Podia haver uma serventia, uma coisa qualquer. -----

- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Ó Adelino, fui eu que comprei ainda na altura da câmara o terreno ao Luzio. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Pronto e este confina precisamente com o Luzio. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Então, dados todos os esclarecimentos é posta a aprovação da proposta de contrato promessa de compra e venda entre o município de Nelas e Maria Odete Marques Pereira Ferreira. -----

---- A Câmara deliberou, por maioria, com um voto a favor da Senhora Vice-Presidente e quatro votos contra, dos Senhores Vereadores Dr. Alexandre Borges, Dr. Manuel Marques, Dr.^a Rita Neves e Adelino Amaral, reprovou a Proposta de Contrato-Promessa de Compra e Venda a celebrar entre o Município de Nelas e Maria Odete Marques Pereira Ferreira, referente á aquisição de terreno na Zona Industrial I de Nelas, pelo preço de 5.520,00 euros, atrás descrita. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: A declaração de voto, da Dra. Rita, ela manifestou na



Reunião de 14/06/2017

declaração de voto no ponto anterior, seria a mesma para este ponto. -----
 ---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges apresentou a seguinte declaração de voto: Eu também queria fazer declaração de voto que estendo ao ponto 2.3 e, portanto, voto contra a aquisição, a proposta de contrato promessa para aquisição destes terrenos porquanto não vem acompanhada de nenhuma intenção de qualquer empresa para se instalar, portanto, seria apenas terrenos para ficar, no fundo, em carteira do município. Sendo que pelos esclarecimentos dados também nesta própria reunião, nós sabemos que isso existe. Existe uma boa bolsa de terrenos para entregar e porquanto não havendo essa urgência, nem essa necessidade premente, quando as propostas de protocolo frisam que o pagamento terá que ser feito já em dois mil e dezoito, por isso voto contra estas aquisições porque não põem em causa o desenvolvimento do concelho, nem sequer a instalação de novas empresas. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Muito bem. O vereador Adelino subscreve a declaração de voto do dr. Alexandre e o dr. Marques? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques apresentou a seguinte declaração de voto: Subscrevo a declaração de voto do Sr. Dr. Alexandre com o acrescento a seguir: contrariando o exposto pela Sra. presidente em exercício, que a câmara tem boa saúde financeira. -----

(255/2017/06/14)2.4.PROPOSTA DE PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE NELAS E A FIRMA FAURÉCIA – FECHO TEMPORÁRIO DA ESTRADA QUE MEDEIA AS DUAS INSTALAÇÕES DA FIRMA FAURÉCIA, SEDE E ARMAZÉM - APROVAÇÃO

---- Presente a Proposta de Protocolo a celebrar entre o Município de Nelas e a firma Faurécia, referente ao fecho temporário da estrada que medeia as duas instalações da firma Faurécia, sede e armazém, que a seguir se transcreve: -----

---- **“PROPOSTA DE PROTOCOLO** -----

---- *Entre:* -----

---- 1.º *“MUNICÍPIO DE NELAS”, com sede no Largo do Município, 3520-001 Nelas, titular do NIPC 506 834 166, representado, nos termos legais, pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Borges da Silva, como Primeiro Outorgante e adiante designado “Município”, E* -----

---- 2.º *“FAURECIA - EDA”, com sede, 3520---- Nelas, titular do NIPC ----, representada, nos termos legais, -----, como Segunda Outorgante e adiante designada “Faurécia”,* -----

---- *Considerando:* -----

---- 1 - *Que o “Município” dispõe de atribuições legalmente consagradas em matéria de promoção do desenvolvimento, conforme preceitua o artigo 23.º, n.º2, alínea m) da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro;* -----

---- 2 - *Que nos termos da alínea o) do n.º1 do artigo 33.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal “deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, (..)”;* -----

---- 3 - *Que nos termos das alíneas qq) e rr) do n.º1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal, compete à Câmara Municipal “Administrar o domínio público municipal” e “Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos”, respetivamente;* -----



Reunião de 14/06/2017

- 4 - *Que a “Faurécia”, ao longo dos anos, tem recebido diversos projetos e angariado novos clientes;* -----
- 5 - *Que a referida empresa está a passar por um processo de crescimento exponencial, estando, assim, a tentar criar condições para este crescimento;* -----
- 6 - *A preocupação manifestada pela “Faurécia” devido à perigosidade originada pela falta de estacionamento no Parque Industrial para os colaboradores da empresa (que atualmente ascende a 250 a laborar em dois turnos);* -----
- 7 - *Que essa situação é agravada pela circulação diária e intensa de veículos pesados;*---
- 8 - *Que a “Faurécia”, no início do mês de fevereiro do corrente ano, passou a explorar um armazém sito em frente das instalações da empresa;* -----
- 9- *O número elevado de transações de materiais que diariamente realizam entre as duas instalações;* -----
- 10 - *Os riscos associados a tal situação, nomeadamente atropelamento e danos materiais;* -----
- 11 - *Que a Câmara Municipal de Nelas em reunião ordinária realizada no dia 29 de março de 2017 “deliberou, por unanimidade dos membros presentes, manifestar-se favorável ao fecho temporário da estrada que medeia as duas instalações da Firma Faurécia, sede e armazém, nos termos e condições de um protocolo a elaborar e a submeter à aprovação da Câmara Municipal”;* -----
- 12 - *Que o presente protocolo foi aprovado em reunião da Câmara Municipal realizada em _____;* -----
- *É celebrado o presente protocolo, que se rege pelos considerandos supra e ainda pelas cláusulas seguintes:* -----
- *Cláusula 1.ª* -----
- *O presente protocolo visa definir os termos e condições inerentes ao fecho temporário da estrada que medeia as duas instalações da “Faurécia”, sede e armazém.* -----
- *Cláusula 2.ª* -----
- 1 - *Durante a vigência do presente protocolo, o “Município” autoriza a “Faurécia” a vedar a área melhor identificada no Anexo 1, que pertence ao domínio público municipal, para utilização da empresa.* -----
- 2 - *A “Faurécia” deverá manter o espaço mencionado no número anterior em perfeito estado de asseio, conservação e segurança.* -----
- 3 - *Quaisquer obras de conservação ou beneficiação carecem de autorização prévia do “Município”.* -----
- 4 - *Na área objeto da cedência é proibida a construção de qualquer edificação.* -----
- 5 - *Finda a ocupação, a “Faurécia” não terá direito a qualquer indemnização ou compensação nem poderá alegar o direito de retenção em relação a obras ou benfeitorias que tenha executado.* -----
- 6 - *A “Faurécia” compromete-se a avisar o “Município” sempre que tenha conhecimento de que algum perigo ameaça o espaço ou que terceiros arrogam direitos sobre ele.* -----
- *Cláusula 3.ª* -----
- 1 - *O Município” não prescinde da propriedade da área que vai ser temporariamente ocupada, sendo que, constituindo um bem do domínio público está fora do comércio jurídico, e, por isso, é inalienável e imprescritível, nos termos do n.º2 do artigo 202.º do Código Civil.-*



Reunião de 14/06/2017

---- 2 - A empresa “Faurécia” reconhece ao “Município” o direito de dar por finda a ocupação, sem direito a qualquer indemnização, sempre que haja incumprimento pela sua parte do disposto nas cláusulas anteriores ou o interesse público assim o exigir, a executar nos termos do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, e de acordo com o regime estabelecido nos artigos 175.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.-----

---- 3 - Nas situações previstas no número anterior, a “Faurécia” compromete-se a deixar o espaço livre e desocupado no prazo de 30 dias úteis, a contar da notificação para efeito.-----

---- Cláusula 4.ª -----

---- Durante a vigência do presente protocolo, o “Município” não se responsabiliza por eventuais danos ou sinistros que ocorram no local. -----

---- Cláusula 5.ª -----

---- Qualquer alteração ou adaptação ao presente Protocolo carece de prévio acordo de ambas as partes, a prestar por escrito. -----

---- Cláusula 6.ª -----

---- O presente protocolo tem a duração de _____, a contar da data da assinatura do mesmo, sendo tacitamente renovado por iguais períodos, salvo se qualquer das partes o denunciar com a antecedência mínima de 30 dias, relativamente à data do seu prazo inicial ou de cada renovação, mediante carta registada com aviso de receção. -----

---- Pelos Outorgantes foi declarado que aceitam o presente protocolo com todas as suas condições, de que tomaram inteiro e perfeito conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam nos termos nele expressos e nos demais impostos pela Lei. -----

---- E por estarem de acordo vão assinar as partes, em dois exemplares.” -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Portanto, a proposta de protocolo foi enviada aos Srs. vereadores. Certamente leram os termos da mesma. Eu apelo aqui ao ponto onze dos considerandos em que referiu que a Câmara Municipal de Nelas em reunião ordinária realizada no dia vinte e nove de Março de dois mil e dezassete deliberou por unanimidade aos mesmos presentes manifestar-se favorável ao fecho temporário da estrada que medeia as duas instalações da firma Faurécia, sede e armazém nos termos e condições de um protocolo a elaborar e a submeter a aprovação da câmara Municipal. Portanto, neste compromisso a vinte e nove de Março ficou, então, o compromisso, passo a redundância, de se estabelecer os termos desta autorização temporária. Na cláusula 2 estão, de facto, todas as condições que durante a vigência do presente protocolo a empresa Faurecia deve acautelar e manter. A Faurecia deverá manter o espaço mencionado no número anterior em perfeito estado de asseio e conservação e segurança. 3: Quaisquer obras de conservação ou beneficiação carecem de autorização prévia do município. 4: Na área objecto da cedência é proibida a construção de qualquer edificação. 5: Finda a ocupação, a Faurecia não terá direito a qualquer indemnização ou compensação, nem poderá alegar o direito de retenção em relação a obras ou benfeitorias que tenha executado. 6: A Faurecia compromete-se a avisar o município sempre que tenha conhecimento de que algum perigo ameaça o espaço ou que terceiros arrogam direitos sobre ele Depois vem todas as restantes cláusulas. Alguma dúvida dos Srs. vereadores? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Está na 6.ª cláusula. É obrigatório, decorre da lei, dos contratos e protocolos. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Portanto, os Srs. vereadores concordam com os



Reunião de 14/06/2017

termos do protocolo, mas consideram determinante a votação do mesmo ter o prazo da vigência do mesmo? Por acaso não está aqui a Dra. Marta agora para me ajudar nesse sentido. Eu, parece-me absolutamente pertinente a vossa questão, confesso-vos. Portanto, ponho à vossa consideração o seguinte: ou aprovamos com esse dado condicionado, ou é retirado o ponto da agenda e é trazido com o prazo do protocolo devidamente preenchido. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: O que eu acho é que não havendo uma indicação de qual é que é o prazo que está em causa, acho que não estamos em condições de votar. Também não faz sentido estarmos a votar dizendo que o prazo máximo é um ano ou é dois ou é três ou é quatro. Também não faz sentido isso. O que eu acho é que a sua proposta faz sentido retirar. Aliás e não subscrevo as observações do vereador Manuel Marques porque, de facto, quem tem a competência de gerir a agenda é o presidente ou quem o substitui e não os vereadores. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Eu não me choca sobremaneira isto. Apenas e só como observação, este assunto cruza com outro que foi, ainda não foi deliberado cabalmente, tem a ver com a construção de um parque de estacionamento dito público e, portanto, eu espero, eu voto favoravelmente isto. Espero é que a entrada para o tal dito parque de estacionamento público não fique dentro do terreno que nós vamos ceder agora à Faurecia. Eu acho que me estou a fazer compreender. Se o acesso ao tal parque de estacionamento que foi feito sem a concordância da câmara for para esta rua, então o parque de estacionamento deixa de ser público, que nunca foi, mas pronto. Pronto. Então, é preciso salvaguardar isso. E eu voto favoravelmente este protocolo tendo votado contra a outra situação porque não tenho fundamento legal para o aprovar. Certo é que o Sr. presidente de câmara fez um parque de estacionamento de forma que eu acho que posso dizer ilegal, sem a concordância da câmara, vestiu de obra pública e agora aqui mais uma vez está provado que a obra não vai ser pública porque o mesmo presidente de câmara que fez o parque de estacionamento à revelia da câmara, o acesso ao parque de estacionamento agora vai ficar fechado porque nós vamos ceder uma estrada e, portanto, aquilo que nós fizemos está aqui mais do que provado, aquilo que a câmara, a câmara não, aquilo que o presidente de câmara fez foi um parque de estacionamento privado, em terreno privado, para usufruto privado por uma empresa e, portanto, se isto não é um atentado à legalidade, eu não sei o que é que pode ser e, portanto, eu voto favoravelmente este protocolo porque esta rua efectivamente não serve para mais nada. Mas que fique expresso que aquele parque de estacionamento, ilegalmente feito, tem que ter um acesso público. Se for possível. Agora relativamente à questão que é pertinente, do Dr. Marques, na cláusula seis, o que eu proponho é que se indique aqui uma data que não seja muito extensa e que possa ser, por exemplo, três anos ou quatro. Eu estou confortável para votar uma data dessas, um prazo desses. E, se eventualmente, no futuro for preciso prorrogá-lo, quem estiver aqui achará aquilo que achar na altura, portanto, a proposta que eu faço é que na cláusula seis se ponha a duração de quatro anos. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Não. Eu penso que é preferível acordar com a empresa e trazer à câmara com os fundamentos desse mesmo prazo. Pronto. Considerando, então, que este assunto virá depois vocês colocam novamente as vossas intenções de voto. ----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Acho que um ano era perfeitamente normal e ficava o problema resolvido. Para não andarmos com isto para trás e para a frente. Um ano. Ó Sra. Dra., um, dois, três, quatro, cinco anos. -----



Reunião de 14/06/2017

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Bem, se todos concordam com um ano, eu não me choca nada. Então, Dra. Célia, então, com a inclusão, na cláusula sexta, da duração de um ano. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de protocolo a celebrar entre o Município de Nelas e a firma Faurécia, referente ao fecho temporário da estrada que medeia as duas instalações da firma Faurécia, sede e armazém, atrás descrita, incluindo, à sua cláusula 6.^a, o prazo de duração de 1 ano. -----

---- A Senhora Vice-Presidente perguntou: Dra. Rita, revê a sua intenção de voto que há pouco manifestou? -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves respondeu que sim. -----

----- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Então, Dra. Célia, o ponto 2.4 foi aprovado, por unanimidade considerando que a câmara acrescentou no texto por completar, da cláusula sexta, que o presente protocolo tem a duração de um ano a contar, e o resto que está previsto no protocolo. Está bem? Muito obrigada. -----

3 – DIVERSOS

(256/2017/06/14)3.1.REGULAMENTO DE INCENTIVO À NATALIDADE. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE INCENTIVO - REQUERENTES: ROSÁLIA ALEXANDRA ALMEIDA MENDES E LUÍS FILIPE PAIS VELOSO – APROVAÇÃO

---- Presente um requerimento dos Senhores Rosália Alexandra Almeida Mendes e Luís Filipe Pais Veloso solicitando a atribuição do incentivo à natalidade pelo nascimento do seu filho Rodrigo Mendes Veloso, no dia 05 de março de 2017. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido dos requerentes Rosália Alexandra Almeida Mendes e Luís Filipe Pais Veloso referente à atribuição do incentivo à natalidade pelo nascimento do seu filho Rodrigo Mendes Veloso, no dia 05 de março de 2017.

(257/2017/06/14)3.2.REGULAMENTO DE INCENTIVO À NATALIDADE. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE INCENTIVO - REQUERENTES: PATRÍCIA ALEXANDRA CAETANO MONTEIRO E BRUNO DANIEL BORGES RODRIGUES – APROVAÇÃO

---- Presente um requerimento dos Senhores Patrícia Alexandra Caetano Monteiro e Bruno Daniel Borges Rodrigues solicitando a atribuição do incentivo à natalidade pelo nascimento da sua filha Matilde Monteiro Rodrigues, no dia 10 de maio de 2017. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido dos requerentes Patrícia Alexandra Caetano Monteiro e Bruno Daniel Borges Rodrigues referente à atribuição do incentivo à natalidade pelo nascimento da sua filha Matilde Monteiro Rodrigues, no dia 10 de maio de 2017. -----

(258/2017/06/14)3.3.REGULAMENTO DE INCENTIVO À NATALIDADE. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE INCENTIVO - REQUERENTES: ODETE MARISA CARVALHO RUA E ALBANO ALEXANDRE DE OLIVEIRA MONTEIRO – APROVAÇÃO

---- Presente um requerimento dos Senhores Odete Marisa Carvalho Rua e Albano Alexandre de Oliveira Monteiro solicitando a atribuição do incentivo à natalidade pelo nascimento do



Reunião de 14/06/2017

seu filho Gustavo Rua de Oliveira Monteiro, no dia 06 de abril de 2017. -----
 ---- A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido dos requerentes Odete Marisa Carvalho Rua e Albano Alexandre de Oliveira Monteiro referente à atribuição do incentivo à natalidade pelo nascimento do seu filho Gustavo Rua de Oliveira Monteiro, no dia 06 de abril de 2017. -----

4 – SUBSÍDIOS

(259/2017/06/14)4.1.PROPOSTA DE CRITÉRIOS PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ÉPOCA DESPORTIVA 2017/2018 – APROVAÇÃO

---- Presente a proposta de critérios para celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo para a época desportiva 2017/2018, que a seguir se transcreve: --

---- “1. *Escalões de Formação (valores a atribuir por equipa)*

<i>MODALIDADE</i>	<i>Valor €</i>
<i>Futebol 7</i>	<i>3.500,00€</i>
<i>Futebol 11</i>	<i>4.500,00€</i>
<i>Futsal</i>	<i>3.000,00€ (Campeonato Distrital)</i>
	<i>4.000,00€ (Campeonato Nacional)</i>
<i>Basquetebol</i>	<i>1.500,00€</i>
<i>Andebol</i>	<i>3.500,00€ (Campeonato Distrital)</i>
	<i>5.000,00€ (Campeonato Nacional)</i>

---- 2. *Género* -----

---- *Equipas Femininas – acréscimo de 500,00€ por equipa cumulativo com restantes apoios.*

---- 3. *Outros Apoios/ Patrocínios* -----

---- *Analisado caso a caso e consoante deliberação em Reunião de Câmara.*-----

---- 4. *Instalações* -----

---- *Acréscimo de 15% ao valor do subsídio para clubes/entidades que não usufruam das instalações desportivas municipais.*” -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Portanto, à semelhança do que tem acontecido, são trazidos os critérios na base dos quais depois são calculados os valores dos subsídios que depois vêm à câmara para serem deliberados e atribuídos e, portanto, não houve alteração nenhuma dos valores e dos critérios em relação ao ano anterior. Alguns dos Srs. vereadores têm alguma questão? Alexandre? -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Só uma questão muito breve. A questão é muito simples. É se, de facto, houve algum encontro com as associações desportivas e se estes valores foram concertados e foram aceites ou se são impostos? E já agora, porque tenho falado nisso várias vezes e não tenho tido o *feedback* da parte do presidente de câmara, queria saber se estão a ser cumpridas as regras elementares de atribuição de subsídios que é, a câmara atribui subsídios e as associações comprometem-se a justificar onde é que gastam dinheiro, ou seja, apresentam as contas que são aprovadas nas negociações ou quando é uma iniciativa isolada, portanto, apresentam o relatório dessa actividade ou, o que é importante é que as associações prestem, ou melhor, esclareçam a câmara onde é que o dinheiro é gasto que é para a câmara também saber se está a trabalhar de forma legal ou não. -----



Reunião de 14/06/2017

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: As informações que eu posso dar é que tem havido um controlo sistemático da apresentação de resultados e de contas por parte das associações, seja as desportivas pelos números de atletas inscritos ou, nos casos pontuais, se são subsídios que nós deliberamos para obras de requalificação dos seus espaços ou para atribuição de algum tipo de prémio por participação especial numa prova. Isso tem vindo, essa informação, inclusivamente aqui à câmara, penso eu. Mas sim, confirmo que este é um assunto que diz respeito, uma área que diz respeito directamente ao Sr. presidente com o apoio da Dra. Sónia Baptista, mas sei que a apresentação de planos de actividades e de relatórios de actividades tem sido exigido e essa informação está nos *dossiers* respectivos, de facto. Alexandre, tinhas pedido a palavra também. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Eu, ou passou-me ou, então, fiz a observação na altura em que isto está feito. Há aqui duas coisas. Uma delas que eu não concordaria o ano passado e outra que não concordo este ano. A que não concordaria o ano passado e acho que houve aqui uma alteração é por que é que, por exemplo, uma equipa de andebol recebe uma subvenção de três mil e quinhentos euros e uma de basquetebol mil e quinhentos? Não percebo. Não percebo a lógica. Como isto não tem lógica, não tem explicação, não tem memória descritiva, eu tenho que dizer que não concordo com isto. Uma equipa de andebol são sete pessoas, uma equipa de futebol cinco, são cinco pessoas, uma equipa de futsal recebe três mil euros, uma equipa de basquetebol recebe mil e quinhentos, portanto, eu não posso aceitar isto e, portanto, aquilo que eu sugiro é que a equipa de basquetebol receba o mínimo, o mesmo que o futsal porque é o mesmo número de elementos e, portanto, isto é a primeira situação que eu refiro e que acho que não é igual ao do ano passado. Custa-me a crer que isto seja exactamente igual. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Foi a informação que me foi dada, que não houve alteração nenhuma. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Pronto. Está bem. Ok. Eu até admito que seja. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Posso? Permites-me só que diga e aquilo que me foi dito inclusivamente é que estes valores são calculados também em função dos custos que existe registo, dos desportistas, com as deslocações inerentes às competições de cada uma das modalidades e, portanto, foi o valor apurado igual o ano passado com as próprias associações desportivas. É a informação que eu tenho como verdade. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Mas eu aí tenho uma visão um bocadinho mais abrangente das coisas, acho eu. Porque é assim, o valor das inscrições é definido pelos clubes nas assembleias gerais das associações de futebol ou de basquetebol, portanto, se os clubes se queixam que os valores das inscrições são muito baixos, são muito altos, acho que não tem que ser a câmara a pagá-los. E outra questão, e a segunda questão tem a ver com aquilo que falámos aqui, salvo erro, na última reunião, quando a câmara teve conhecimento dos valores das isenções, das taxas de isenções concedidas ao Sport Lisboa e Nelas pela utilização do estádio e ao ABC pelo utilização do pavilhão. Nós vimos que os valores eram muito substanciais, superiores a cinquenta mil euros e, portanto, eu na altura fiz esse alerta e agora faço exactamente o mesmo alerta. Eu não posso, tendo conhecimento de que o Sport Lisboa e Nelas, só por taxa de isenção, obtém uma mais-valia da câmara que é superior a vinte ou trinta mil euros, agora não tenho de cabeça, mas eram de



Reunião de 14/06/2017

dezenas de milhares de euros, o ABC a mesma coisa, que eu aqui, por exemplo o basquete vai receber quinze por cento e o desportivo vai receber só quinze por cento. Das duas, uma, ou se baixa o valor, se não temos dinheiro para distribuir, temos que o distribuir de forma mais justa ou, então, aumenta-se a comparticipação porque efectivamente quinze por cento daquilo que o Canas recebe e que o basquete recebe é uma migalha comparado com aquilo que a câmara dá ao ABC e ao Sport Lisboa e Nelas por via da isenção das taxas e, portanto, eu sugiro que este acréscimo de quinze passe a ser no mínimo de vinte e cinco por cento porque efectivamente é uma evidência – e atenção que estes quinze por cento até fui eu que os propus, esta inclusão até fui eu que os propus. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: São propostas para apresentar. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges continuou: São propostas, portanto, eu não concordo nem com os mil e quinhentos euros apenas para o basquete nem concordo que os quinze por cento sejam um valor justo face àquilo que eu passei a ter conhecimento e que foi claríssimo, do valor das isenções concedido pela câmara Municipal pela utilização das infra-estruturas desportivas municipais ao ABC e ao Sport Lisboa e Nelas e, portanto, nós aqui estaremos a falar de uma discriminação negativa relativamente a estas situações que pode ser combatida de várias maneiras, ou aumentando-se a subvenção ou disponibilizando recursos humanos para que se possa fazer um, para que se possa, no caso do Canas, desonerar o tratamento das instalações ou, então, que se faça algum tipo de protocolo, por exemplo, no basquete relativamente à cedência do pavilhão, mas quer dizer, não posso... eu não posso votar favoravelmente isto porque estas duas situações me chocam. É só. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Eu partilho as preocupações manifestadas pelo vereador Alexandre Borges. Eu acho que haverá condições para isto poder ser alterado, portanto, faz sentido que o acréscimo pela não utilização das instalações municipais seja incrementado, que me parece bem os vinte e cinco por cento, assim como faz sentido que o basquetebol possa receber subsídios também diferentes. Só que há aqui uma questão, estes mil e quinhentos euros, não diz que é obrigatória a participação em nenhuma prova federada, portanto, eu até admito que este valor que está aqui, mil e quinhentos euros, é um valor dado sem obrigação de. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Eu nem sei se eles participam em alguma prova, que é diferente. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Pois, exactamente. Portanto, o que eu sugeria era que fosse acrescentado, aqui no basquetebol que fosse acrescentado mais dois valores, que era para a participação em campeonato distrital o mesmo valor que o Dr. Alexandre refere para o futsal e para a participação em campeonato nacional – penso que não há nenhuma equipa nessas condições – também podia ser o mesmo valor do futsal. Parece-me que era justo, portanto, era acrescentar, manter os mil e quinhentos euros, portanto, se não houver obrigatoriedade de ser desporto federado e acrescentar-lhe três mil e quatro mil euros no caso de ser campeonato distrital ou campeonato nacional, portanto, à semelhança do futsal. Mas e aí discordo um pouco do que diz o Dr. Alexandre, se estamos a ter em conta o número de participantes e acho muito bem, então, o futebol onze também merecia aqui um toquezinho porque quatro mil e quinhentos euros, a gente sabe que há equipas de futebol onze que já não são propriamente amadoras, mas parece-me que há aqui uma situação de injustiça tendo em



Reunião de 14/06/2017

conta o número de participantes e até às vezes o sacrifício que envolve a prática desta modalidade, eu também, então, sugeria que fosse aqui reforçado um bocadinho este valor. Não sei sinceramente, também aumentar quinhentos euros também me parece pouco, mas quatro mil e quinhentos euros parece-me pouco. Eu sugeria que este valor passasse para aí para seis mil euros. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Eu, se me permitem fazer já algum comentário, esclarecimento às vossas sugestões. O que nós estamos aqui a aprovar são critérios para celebrar os futuros contratos de programa com cada um dos grupos. Mais do que isso, os critérios, a forma como eles estão definidos apenas balizam o cálculo desse mesmo valor. E foram colocadas aqui dentro destas balizas questões objectivas que é de facto os clubes terem equipas a competirem em campeonatos distritais ou nacionais ou até terem apenas o desenvolvimento de uma modalidade desportiva que me parece seja o caso do basquetebol independentemente de até não estar a produzir atletas para qualquer tipo de campeonato distrital ou nacional e mesmo assim merecer o nosso apoio. Para além disso, há aqui um estímulo positivo para tentar, de facto, incentivar mais desportistas femininas com um acréscimo de quinhentos euros por equipa cumulativa com os restantes apoios. Para além disso, ainda deixamos em aberto que se analisará caso a caso e consoante deliberação de reunião de câmara qualquer questão que mereça à câmara uma discriminação positiva na atribuição de um subsídio ou um grupo desportivo e que vá além do que está nestes critérios considerados base para nós termos uma projecção de contas para a época desportiva dois mil e dezassete, dois mil e dezoito e a questão, de facto, do acréscimo ao valor atribuído aos clubes que não utilizam instalações municipais. Estão feitas as contas com quinze por cento. Eu confesso-lhes que não tenho, não será razoável fazer uma alteração *ad hoc* dos valores ou das percentagens que estão nesta proposta porque esta é uma proposta, volto a dizer, de cálculos base para atribuição de um valor que depois vem deliberado à câmara e terá sempre a câmara oportunidade para nestes quatro pontos alegar uma actualização dos valores por aquilo que os critérios permitem. Aqui o ponto 3 é o mais abrangente possível - outros apoios ou patrocínios. Analisado caso a caso e conseqüente deliberação em reunião de câmara. Vamos lá ver uma coisa, esta é uma proposta de critérios que foi posta, considerada como absolutamente razoável em termos orçamentais e razoável, negociada ou partilhada com os grupos desportivos que sabem que são estes os critérios que se mantêm da época desportiva do ano transacto e, portanto, eu julgo que a proposta prevê a possibilidade de ela ser ajustada. Eu não vejo que uma alteração, volto a referir, *ad hoc* em cima destes valores, seja a melhor estratégia do nosso lado, portanto. Dr. Marques. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Sra. Dra., eu desde o início da reunião quando dei conta que o Sr. presidente da câmara não estava presente, achei por bem até nem se realizar. E, de facto, com o decorrer da mesma, então, é que vem afirmar mesmo aquilo que eu pensei, é que Vossa Excelência não está mandatada, não tem legitimidade, não tem poder, não tem competência legal – não é competência pessoal, longe daí – não tem competência para nada. Apresentar uma proposta que eu subscrevo, do Dr. Alexandre, uma proposta que eu subscrevo do Adelino Amaral e certamente que outras pessoas as subscreverão, designadamente possivelmente aqui a Dra. Rita Neves e que Vossa Excelência não aceita, não quer saber, não permite, vem com uma desculpa esfarrapada, ó Sra. Dra., tenha paciência, assumo de uma vez por todas o lugar que exerce nesta casa. E se,



Reunião de 14/06/2017

de facto, não a deixam cumprir o lugar que exerce nesta casa, democraticamente eleita, só resta uma coisa, Sra. Dra., demita-se e vá-se embora. Fica-lhe mal. Por estar a reboque de qualquer decisão do presidente da câmara, sujeita à opinião do presidente da câmara, não ter discutido estes assuntos da reunião com o presidente da câmara, Sra. Dra., das duas, uma, ou o Sr. presidente da câmara não autoriza, continua a centralizar para ele todos os poderes ou Vossa Excelência, com o devido respeito, não preparou esta reunião. Chuta para a frente “Amanhã vimos isto.” Sra. Dra., o que tem aí são os resultados, são os critérios que aquela gente que está ali sentada em baixo tem que saber com que é que conta para iniciar uma época desportiva. Tem que saber como é que vai fazer o seu orçamento para a sua época desportiva.

Vossa Excelência não compreende, não sabe o que isso é porque nunca lá andou, penso que nem na vida associativa. Eu andei lá muitos anos e muito mais no futebol, portanto, Sra. Dra., não permitir que as propostas do Adelino e do Dr. Alexandre sejam levadas em consideração, sou-lhe sincero, já estou no fim, e pelo respeito que merece, digo-lhe já, se eu soubesse que isto ia suceder, eu nem sequer ficava na reunião, ia-me embora. Era o que eu fazia. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Posso acrescentar mais, ou melhor, dois pontos. Primeiro ponto: É usual, ou melhor, é usual a prática pelo presidente de câmara quando há uma proposta que envolve custos, não é, que envolve meios financeiros dizer que “ Ah, não aceito a proposta porque ela não tem fundamentação económico-financeira e põe em causa o equilíbrio orçamental.” Ora bem, eu aceito isso, enfim, como uma dificuldade, mas com o devido respeito, não vejo anexo a esta proposta, nenhuma fundamentação económico-financeira, portanto, o mesmo a dificuldade que me colocam quando eu apresento uma proposta que tem implicações financeiras, dizer que tenho que justificar a viabilidade económico-financeira da proposta é a mesma de que carecem todas as propostas que são aqui, é evidente que a gente sabe quando propõem o aumento do subsídio, naturalmente tem implicações financeiras, mas aqui não está nenhuma justificação, portanto, a reserva é a mesma, portanto, essa é uma questão, uma questão de pormenor, mas é uma questão importante que, aliás, o Sr. presidente faz, usa isso muitas vezes e pensa que destrói a argumentação de toda a gente com essa forma de argumentar, mas é mentira. É mentira, porque começa logo mal. Começa mal quando apresenta propostas sem essa fundamentação e devia dar o exemplo e não dá. A segunda questão e porque uma vez mais digo, eu não estou aqui para criar dificuldades nem para arranjar problemas, mas sim para os resolver e para procurar soluções consensuais, eu tendo em conta as opiniões que foram formuladas pelos outros vereadores que eu agradeço e com as quais comungo, eu, então, sugeria o seguinte: a Sra. vice-presidente põe a sua proposta, a proposta do Sr. presidente de câmara põe à votação e nós votaremos favoravelmente ou não com o compromisso depois de seguida submeter uma adenda à proposta, depois desta proposta aprovada, não venham cá dizer que os vereadores são uns malandros, que agora até nem querem dar subsídios ao futebol e ao basquete e ao ABC, atenção. Para não virem cá dizer “Ah, votem contra. Não concordam, votem contra” Não. Nós aprovamos esta proposta com o compromisso de depois a seguir apresentar uma proposta de adenda que a câmara aprovará ou não, que contemple aquilo que o Dr. Alexandre propôs também eventualmente algum acréscimo que venha, algum contributo de outro vereador, portanto, eu sugeria que fosse esta a metodologia.-----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou: Posso só dizer uma coisa? Relativamente aqui ao basquetebol e à questão de há bocado



Reunião de 14/06/2017

estarmos aqui na dúvida se participavam ou não em algum campeonato, portanto, eu acabei de saber que o basquetebol tem três equipas – sub12, sub14 e sub16 – e participam em vários, portanto, num torneio das Beiras, na Taça Mário Lemos e também no campeonato distrital e, portanto, isto faz-me crer que não houve uma conversa prévia com nenhum dirigente do basquetebol, que atiraram para aqui um valor de mil e quinhentos euros, que eu ao fim de saber isto, portanto, parto do pressuposto que estes mil e quinhentos euros, por que é que o basquete só tem mil e quinhentos euros, quando afinal de contas até participa, se calhar, em mais do que outros que aqui estão? Não concordo e acho que não há, como disse o vereador Adelino, nenhum fundamento. Pelo menos a nós só nos foi entregue esta folha. E quer dizer, vamos votar isto porquê? Porquê estes valores? É só nesse sentido. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Já agora permita-me só mais uma coisa que é fazer apelo, enfim, a alguma experiência pessoal que naturalmente o Dr. Marques subscreverá. É evidente que as modalidades ditas marginais, como neste caso é o basquete, elas sobrevivem durante algum tempo à custa da carolice de uma série de pessoas que vão suportando a estrutura e levam as pessoas e vão buscá-las e não sei quê. Só que se não houver uma sustentação financeira para esse projecto, ele ao fim de dois ou três ou quatro ou cinco anos morre. Já vimos isso no passado com atletismo, com outras coisas, com ténis de mesa, com outras modalidades, com ténis de campo, vimos isso. Enquanto há meia dúzia de carolas que nem precisam de ter subsídios, que vão suportando aquilo, aquilo funciona e está tudo muito bem. Depois os carolas afastam-se e aquilo morre. E morre porquê? Porque, de facto, não tem uma estrutura financeira mínima associada. E daí o meu apelo para que, de facto, o basquetebol tenha os apoios, digamos, institucionais que as outras modalidades também têm. por isso a minha proposta. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Ouvidas as vossas sugestões, permitam-me que eu sintetize o seguinte: nós não temos qualquer razão para desconsiderar o trabalho que foi feito, seja pela técnica superior de desporto da câmara Municipal, seja pelo presidente e seja por aquilo que foi o envolvimento das estruturas desportivas para se chegar a esta proposta que até é igual à do ano passado, portanto, ela não é contraproducente aos interesses certamente das associações desportivas. Essa é a primeira questão. Segunda questão, eu julgo que aquilo que o vereador Adelino propõe como adenda é qualquer coisa que tem todo o direito e legitimidade de colocar na sua declaração de voto, exactamente para proteger. Se vocês têm receio do uso abusivo em comunicação ou adulteração de comunicação das intenções de voto e do que é votado na câmara, as actas são públicas e as declarações de voto também o são, para vocês esclarecerem. Vocês não serão acusados nem de que não querem aprovar os critérios, que nem sequer são os subsídios, são os critérios para a celebração dos contratos e nem sequer serão acusados de que querem até dar mais apoio às associações de grupos desportivos. Tudo isso que vocês disseram tem inclusivamente cabimento, volto-vos a dizer, no ponto 3, analisado caso a caso e consoante deliberação em reunião de câmara. Agora, eu não acho razoável estarmos a assumir uma alteração de critérios. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Eu queria fazer mais uma. Sra. vice-presidente, este ponto 3 nem sequer devia constar aqui. Isto nem devia constar porque o ponto 3 é a negação do resto. Nós estamos a estabelecer critérios e depois dizemos que serão analisados caso a caso? -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Volto-vos a dizer, isto é uma proposta de critérios



Reunião de 14/06/2017

para justificar os cálculos que levam ao valor dos subsídios que serão deliberados pela câmara e, portanto, esta proposta, deixem-me só reafirmar isto, porque a minha reafirmação é mesmo. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Não há propostas herméticas, desculpe, não há propostas herméticas em reuniões de câmara, não há propostas herméticas.-----

--- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Ó Dr. Marques, mas quem gere a reunião hoje sou eu. Pronto. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Não pode gerir, como vereador, no seu direito, quer fazer uma proposta. A senhora não pode cortar esse direito senão vou-me já embora. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Ó doutor não se exalte. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: A senhora está farta de me exaltar porque a senhora não deixa um vereador apresentar uma proposta numa reunião. A senhora não pode cortar o direito ao Dr. Adelino. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Eu não estou a cortar. Nós só estamos a conversar, ainda nem sequer foi posta a votação. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Receba a proposta do Dr. Adelino de fazer uma adenda a esse critério. Ó Sra. dra., está a brincar connosco desde o princípio da reunião. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: O que eu esta a dizer é que não tenha medo, não tenha problema em que a câmara delibere reforçar estes valores porque a gente sabe que o presidente de câmara depois não respeita as deliberações. Não tenha problema. Mas que fique claro. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Eu não sei se vocês já viram mas eu até estou a concordar convosco. Por isso é que até, imaginem, nós podemos aprovar isto por unanimidade condicionado a uma revisão dos critérios antes mesmo da aprovação dos subsídios que permita. Reparem, nós podemos aprovar condicionado a uma revisão dos critérios, confortada com as condições orçamentais para essa mesma revisão, portanto, e ficamos todos, ficamos todos de bem, desculpem-me a expressão, ficamos todos de bem com uma intenção que é apoiar as associações desportivas do concelho, dar-lhes todas as condições para elas continuarem a fazer o que de bem fazem e até condicionar a câmara a aumentar o valor dos critérios comparativamente ao do ano passado, uma vez que a câmara traz uma proposta exactamente semelhante, portanto, eu não vejo que isso seja negativo. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Dra. Sofia, o que está aqui em causa não é aumentar os valores dos subsídios. O que está aqui em causa, o que está aqui em causa que a câmara entende que há aqui algumas situações de desequilíbrio e de injustiça e o que está aqui em causa é corrigir isso. Não é aumentar os subsídios, não é aumentar as participações. É corrigir aqui algumas situações de justiça que foram, enfim, que foram detectadas e que foram referenciadas. é só isso que está em causa. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Ó Adelino, mas ficam previstas nessa aprovação condicionada. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Ó Sra. vice-presidente, sejamos claros, as propostas vêm à câmara é só para a câmara dizer “Ámen.”? -----



Reunião de 14/06/2017

- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Não, não, não. De forma alguma. -----
- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Então, façam favor. Eu até lhe dei uma pista para não entrar. -----
- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Olhem, já foram reprovadas duas, já foi corrigida uma terceira e esta sou eu que estou a sugerir uma alteração e vocês agora não estão é a aceitar as minhas sugestões. -----
- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Mas para não entrarmos numa situação de conflito em que a gente se vai embora e que não aprova nada disto e depois o presidente de câmara não. -----
- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Não temos nada que ir embora. Então, mas nós conseguimos. -----
- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: A Sra. vice-presidente vem para os jornais dizer mais uma vez que são uns malandros. -----
- A Senhora Vice-Presidente: Não venho nada para os jornais. -----
- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Que não querem dar dinheiro ao futebol. Para não cairmos nessa situação, eu sugeri, votamos favoravelmente esta proposta e votamos uma adenda que tem o carácter de deliberação e depois o Sr. presidente de câmara, e reafirmo isto, o Sr. presidente de câmara à semelhança de outras coisas, cumpre ou não a deliberação. Isso é um problema dele. -----
- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Então, mas diga-me uma coisa, qual é que é a diferença do que eu disse para aquilo que acabou de dizer? É por ser uma adenda? -----
- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral respondeu: É uma adenda com deliberação. -----
- A Senhora Vice-Presidente perguntou: Ó dra. Célia, isto é possível? -----
- A Senhora Dr.^a Célia Tavares respondeu: É possível. tem que ser, como é que eu hei-de dizer, não podem pensar em particular, é para aplicar a uma série de pessoas. -----
- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Portanto, se aprovarmos esta proposta. -----
- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Eu acho normal é que a proposta fosse rectificada e com os contributos que foram aqui ditos, eu acho normal. -----
- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Sim, mas o que eu acho é que a correcção deve ser analisada para poder ser deliberada. É só isso, portanto, daí. Ó dr. Marques. -----
- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou: Eu depois também queria. Eu também queria depois falar. -----
- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Ó Dr. Marques, deixa o Dr. Alexandre falar? -----
- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou: Deixa, deixa. -----
- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Eu queria acrescentar uma coisa ao que disse porque também não quero ser populista e às vezes uma pessoa é e pode não ser intencional. Eu não quero que subam os valores globais de participação ao desporto, ou seja, a câmara tem inscrito em orçamento não sei quanto, mas há-de ter um valor em rubrica para apoiar as diversas iniciativas. Eu não concordo que se faça, a não ser que haja capacidade porque houve aumento da receita também, qualquer coisa do género, o que eu quero é que esse valor seja redistribuído de forma mais justa. E tem a ver, portanto, a mim choca-me que haja esta discrepância, por exemplo, entre o futsal e o basquete, mas choca-me



Reunião de 14/06/2017

ainda mais, é como lhe digo, porque tive conhecimento a semana passada que nós damos dezenas de milhares de euros em isenções a dois clubes e a outros compensamos com migalhas, comparado com isso. E acho que isso que não é justo. Do meu ponto de vista não é justo porque a câmara está sediada em Nelas mas serve um concelho de nove freguesias e, portanto, é só apenas, só isso que eu pretendo. Portanto, acho que temos uma proposta, a câmara aprova uma proposta, a proposta é feita pelo presidente da câmara. Das duas, uma, ou o Sr. presidente aceita que lhe alterem a proposta ou, então, fica sozinho com a proposta que tem feito. Eu por acaso não acho que aquilo que o Sr. vereador Adelino diz seja formalmente muito correcto porque está aqui uma proposta, ou nós gostamos dessa proposta e votamos favoravelmente ou chumbamos a proposta e dizemos porquê. Ou então há a abertura, pelo menos da minha parte, com estas condicionantes, que haja uma redistribuição mais justa do bolo total para fazer, quer dizer, eu não quero que o ABC, aliás, o Artur, o vereador Artur, quando se discutiu isso na última reunião disse até que concordava, portanto, eu não quero nem que o ABC se sinta prejudicado, nem que o Nelas se sinta prejudicado, como não quero que o basquete se sinta prejudicado, nem o Desportivo de Canas e, portanto, eu percebo que o dinheiro não é elástico e que nós não podemos, temos cinquenta mil euros, vamos imaginar que são cem mil euros para dar aos clubes e agora eu chego aqui e mando aqui um murro na mesa e quero cento e cinquenta mil e não há dinheiro. Não é isso. Agora, esses cem mil euros, vamos imaginar que é esse valor, têm que ser mais justamente distribuídos. Eu também não concordo propriamente com aquilo que foi dito que agora o futebol onze que tem seis ou sete ou onze ou doze mil euros. Mas isso porquê? Porque estes critérios não são fundamentados. Isso, sinceramente não é uma, como disse o vereador Adelino relativamente às questões financeiras, eu digo relativamente às questões técnicas. E se isto foi feito pela Dra. Sónia Baptista, então, desculpe, a Dra. Sónia Baptista fez um péssimo trabalho, péssimo. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Mas elas estão à vista.---

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges continuou: Porque diz-me aqui que as modalidades têm um valor de três mil e quinhentos euros. Porquê? E o futebol onze tem quatro mil e quinhentos. Porquê? Não diz. Eu tenho que fechar os olhos e dizer que sim?

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou: Vossa Excelência acredita que foi a Dra. que fez isso? O Senhor parece que acredita no pai natal. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Ó dr. Marques, podemos aqui encerrar este ponto? Vamos lá ver uma coisa, eu acho que nós todos. Ó Rita, só um bocadinho, eu acho que nós todos concordamos com o mesmo e, portanto, até pegando nesta síntese do Dr. Alexandre até à parte da Dra. Sónia Baptista naturalmente, acho que concordamos todos com o mesmo que é, esta é uma proposta de critérios que depois servem para o cálculo dos subsídios a atribuir. Se concordamos todos com esta proposta de, com esta metodologia de atribuição de subsídios que é isso que está aqui hoje a ser aprovado, é a metodologia de atribuição de subsídios, deve ser votado favoravelmente considerando em declaração de voto ou por unanimidade, se assim entenderem, que devem ser atendidos os princípios de justiça que foram defendidos pelos Srs. vereadores particularmente para o grupo do basquetebol em comparação com os valores atribuídos ao futsal ou ao andebol e no eventual aumento deste acréscimo de quinze por cento do valor do subsídio para clubes, porque vamos lá ver uma coisa, o princípio aqui também é o mesmo de há pouco que é nós estarmos a votar ou estarmos a querer deliberar de um acréscimo de despesas para dois mil e dezoito, não é, e, portanto, o que foi tido, o que



Reunião de 14/06/2017

trouxemos hoje foi uma proposta exactamente igual ao que estava em vigor na época desportiva anterior. Todos concordamos por termos condições para dar o dobro se assim fosse possível e preciso por parte dos grupos. Agora, tudo isso vai ser deliberado na atribuição dos subsídios. Isto, volto a dizer, é a metodologia que tantas vezes é exigida à câmara para ter uma metodologia transparente, para nós sabermos como é que são calculados os valores. Agora, eu assumo e não tenho porque não assumir, até por se manter os mesmos, curiosamente, que isto foi discutido com os clubes e que eles sabem. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou: Mas não foi. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Não foi. Desculpe. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: E que eles sabem aquilo que...seja como for, a metodologia, volto a dizer, a metodologia, escutem-me, a metodologia prevê, a metodologia prevê que sejam analisados os casos. Imaginem um grupo desportivo que neste momento nem está em nenhum campeonato distrital ou nacional e pudesse vir a estar. Isto é uma alteração de fundo que naturalmente é trazida à câmara para actualização, e, portanto, eu acho que se nós estamos todos de acordo, eu acho que se nós estamos todos de acordo com a metodologia de atribuição dos subsídios e ainda para mais estamos até de acordo de que a câmara venha a aprovar condições melhores para atribuição dos mesmos. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Posso fazer um. Eu acho que a Dra. Sofia está, enfim, a persistir, para não dizer a teimar numa metodologia antidemocrata.

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Não estou, não. E já mais de uma vez o demonstrei nesta reunião. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral continuou: E mais uma vez lhe digo, para que é que quer saber a fundamentação económica e financeira da proposta que eu acabo de fazer se isto só vai ter efeito no próximo orçamento? A única coisa que tem de fazer é quando elaborar o próximo orçamento vai ter que ter em conta estes valores. E que moral é que a Sra. vice-presidente tem em vir invocar a falta de disponibilidade orçamental depois de apresentar aquelas propostas que a câmara chumbou e deve agradecer isso à câmara, que comprometiam as finanças da câmara em mais de cem mil euros, mais de cem mil euros em Janeiro. Onde é que isso está enquadrado? -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Eu só relembrei o vosso argumento para votar contra, mais nada, o argumento é o mesmo. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral continuou: Desculpe, Sra. vice-presidente. Onde é que está enquadrado o aumento de despesa ou a cabimentação orçamental naquelas propostas que a câmara chumbou? Tem algum enquadramento? Não tem. Não tem nenhum. Ainda tem a coragem de falar nisso, por amor de deus. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Deixem-me só, eu limitei-me a lembrar-vos o vosso argumento da preocupação, mas repare, da preocupação de acréscimo de despesa para dois mil e dezoito, mas neste caso nem é isso que está em questão. Nós só estamos a aprovar os critérios para a celebração dos contratos. Nem sequer estamos a aprovar o valor dos subsídios, são os critérios. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Dra. Sofia, a proposta de critérios que vamos adoptar só tem efeito na prática no próximo exercício porque deste ano são três ou quatro meses, não é? -----



Reunião de 14/06/2017

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Ó Sra. vice-presidente, permita-me só fazer mais uma abordagem. Eu percebo a sua abordagem, perceba a nossa. Nós já aqui várias vezes fomos acusados pelo Sr. presidente que no passado tínhamos deixado passar coisas. Imagine que nós agora aprovamos estes critérios e o Sr. presidente traz aqui amanhã protocolos para nós rectificarmos com os quais nós não concordamos. E depois vai dizer que nós estamos contra o Desportivo ou estamos contra o Nelas ou estamos contra não sei quem porque os critérios que foram aprovados na reunião de catorze de Junho de dois mil e dezasseis diziam claramente coisas com que nós não concordamos. Quer dizer, eu não posso conceber isso face ao histórico de condução política aqui nesta casa. E depois queria-lhe fazer duas perguntas. Qual é a razão ou a necessidade que nós temos que aprovar estes critérios hoje? Eu sei qual é, mas quero que me diga. Quero que me diga por que é que nós temos que aprovar aqui hoje. E outra coisa, quando é que os protocolos vêm aqui para serem aprovados ou eventualmente invocando a única figura que pode obedecer a uma ratificação que é de manifesta urgência, quando é que os protocolos vêm aqui à câmara para serem votados? -----

---- A Senhora Vice-Presidente respondeu: Aquilo que eu posso responder é que a proposta de critérios deve ser aprovada precedendo a proposta da atribuição dos subsídios, dos protocolos, portanto, daí ter vindo hoje. Certamente.-----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges perguntou: Mas porquê? -----

---- A Senhora Vice-Presidente respondeu: Porque só podemos construir o contrato de programa de desenvolvimento desportivo quando tivermos os critérios aprovados. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Não, é porque a lei que obriga as câmaras, as câmaras não podem dar subsídios ao desporto, não podem. Ao contrário de, por exemplo, a Associação dos Bombeiros ou não sei o quê é diferente. A lei do desporto por causa da questão dos campeonatos profissionais e se não são profissionais e não sei o quê exige que hajam critérios bem definidos. E por isso é que nós estamos a votar isto aqui e, portanto, se é a própria lei que nos impõe critérios bem definidos, eu não posso estar a tratar com leviandade uma coisa que obrigatoriamente me traz aqui porque se não fosse assim, eu fazia exactamente como faço, por exemplo, para a Associação da Felgueira ou qualquer coisa, trago aqui uma proposta de protocolo e voto. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Mas nós não estamos a tratar com leviandade, Alexandre. Aliás, vocês até já manifestaram que concordam com o que aqui está, só queriam é que houvesse aqui uma percentagem maior de justiça na atribuição de alguns valores comparativamente com as práticas desportivas. Além disso, sugeriram também o acréscimo do valor do subsídio a atribuir para compensar aqueles que não utilizam instalações municipais. Pronto. Mas quer dizer, vamos lá ver uma coisa, nós sabemos que temos que ter esta metodologia para aprovar os subsídios aos grupos desportivos. Sabemos que o valor, acreditamos todos que o valor foi apurado de acordo com as necessidades que os clubes têm em função das inscrições nos campeonatos. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Não é verdade, Sra. Dra.

---- A Senhora Vereadora Dr. Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou: Não é verdade. Isso não é verdade. -----

---- A Senhora Vice-Presidente continuou: Em função das deslocações. É até uma proposta igual à do ano passado, precisamente para até, se calhar, nem criar mais qualquer tipo de dúvidas. Ela permite justiça, permite inclusivamente ser propostas em casos particulares em



Reunião de 14/06/2017

função da deliberação da reunião de câmara, portanto, volto a dizer, estamos só a aprovar a metodologia. Eu acho que já concordámos todos que concordamos com a mesma. Fica em declaração de voto, fica uma aprovação condicionada, como entenderem, uma vez que os subsídios hão-de vir à câmara para a câmara deliberar sobre eles. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges perguntou: De acordo com as propostas? -----

---- A Senhora Vice-Presidente respondeu: De acordo com as propostas. Eu não tenho receio nenhum. Não vejo é que exista qualquer necessidade porque a proposta prevê que ela venha a ser ajustada. Além disso, ninguém aqui está com receio de extrapolar a comunicação. Todos nós queremos votar isto favoravelmente. Votaremos favoravelmente e ficamos todos com a consciência e a justiça do desempenho do cargo que ocupamos, julgo eu, bem tratada no exercício do voto. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: E a Senhora vai dizer ao ABC, ao basquete e diz “Não dou mais porque os malandros não aprovaram os critérios.” -----

---- A Senhora Vice-Presidente respondeu: Não é verdade, dr. Marques. Não é verdade. Ó dr. Marques, não é verdade. E quem vai atribuir os mil e quinhentos euros ao basquetebol é a câmara e a câmara pode vir a propor a câmara pode vir a propor precisamente esse aumento na atribuição do subsídio. Qual é o problema? A proposta prevê. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou: Ó Dra. Sofia, posso? É assim, eu acho que, eu não concordo com isto e nem posso concordar consigo porque o que está aqui em causa é que eu acho que não há equidade na distribuição dos subsídios e eu acabei de o comprovar porque quando nós falámos aqui, eu estou-me a referir concretamente ao caso do basquetebol porque acho que é o valor que revela maior discrepância em relação ao futebol e ao andebol, etc. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Ó Dra. Rita, mas pode trazer uma proposta subsequente a esta de hoje. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou: Mas deixe-me acabar. Quer dizer, como é que pode falar que aqui há equidade e que isto é justo e que foi falado quando nem sequer. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Garanto, garanto. Garanto isso. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou: Não, não garante, quando nem sequer sabia se o basquete tinha ou não, participava ou não em algum campeonato. Não fazia ideia quantas equipas tinha o basquete e quando eu sei, porque alguém me informou por mensagem, que nenhum elemento da direcção do basquetebol foi consultado relativamente à atribuição destes subsídios e exactamente diz que são iguais aos do ano anterior. De facto, o do basquetebol é. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: São do contra. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves continuou: É exactamente por eu o ano passado ter sido alertada que o valor não era suficiente face às despesas que o basquetebol tinha que eu não concordo com isto. E mais, e acabei de ser também informada que se o valor do subsídio para o basquetebol for este que eles fecham porque não têm condições de continuar. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Ó Dra. Rita, eu respeito imenso as informações. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves continuou:



Reunião de 14/06/2017

Agora eu pergunto, que fundamento, onde é que está o fundamento, mas por que é que eu hei-de atribuir três mil e quinhentos euros ao futebol de sete e mil e quinhentos ao basquete? Porquê? Eu queria uma justificação, alguma coisa plausível. Ora, eu não concordo. Não tenho essa justificação, eu voto contra. Não tenho. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Olhem, então, deixem. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: A justificação é a seguinte Vais ver o que deram o ano passado, há dois anos, há três, há quatro, há cinco e há dez e vês que o subsídio não pode baixar e depois arranjam critérios para dar o mesmo subsídio. E quando não chega isso, há pessoas que inscrevem equipas, pagam a multa, pagam a multa de inscrição de equipas e recebem o subsídio na mesma. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: A câmara é soberana na atribuição dos subsídios, não se esqueçam. A câmara é soberana na deliberação dos subsídios. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: A soberana está a ser a Senhora agora. -----

---- A Senhora Vice-Presidente continuou: Seja pelos motivos que for é trazido à câmara e, portanto, eles são aprovados. Ó Dra. Rita, deixe-me só dizer uma coisa. Eu, com todo o respeito pelas informações que recebe no telemóvel ou que possa vir a receber. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou: Não. É que eu perguntei porque já no ano passado me disseram que não foram consultados e eu para não estar a cometer nenhuma incorrecção pergunte se foram ou não consultados? Não foram. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Eu sei, eu sei. Pronto. Mas com todo o respeito nas informações que recebe por mensagem no telemóvel, eu tenho a certeza absoluta que este documento foi preparado pela técnica superior de desporto da câmara Municipal de Nelas e, portanto, eu tenho todo e nós temos, acho eu, a confiança do trabalho rigoroso que ela presta. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Eu não tenho. -----

---- A Senhora Vice-Presidente continuou: Seja pelos motivos que for é trazido à câmara e, se ela não associou aqui a esta proposta os documentos todos que justificam os cálculos destes valores e se disso depende a vossa intenção de voto, tal como nós chamámos o dr. Luís Costa para confirmar as informações que estavam nos protocolos de aquisição de terrenos, eu não vejo problemas nenhuns em chamar a dra. Sónia Baptista, se ela estiver aí, para esclarecer essas dúvidas, porque eu quero acreditar e volto a referir, até por ser uma proposta exactamente igual à do ano passado e que nós aprovámos e que os subsídios foram sendo atribuídos e deliberados pela câmara, não há aqui um vazio no tempo. Nós só estamos a aprovar uma metodologia da atribuição de subsídios. Estamos todos a concordar que as associações deveriam receber até ainda mais. Na proposta da deliberação de cada subsídio, isso pode ser contemplado. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges perguntou: Mas por que é que, então, temos aqui mil e quinhentos e não temos três mil? -----

---- A Senhora Vice-Presidente respondeu: Porque foi o valor apurado. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves perguntou: Mas onde é que está? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Chame-a cá, então, Sra. Dra. Chame-a, se faz favor. -----



Reunião de 14/06/2017

---- A Senhora Vice-Presidente perguntou: Vocês consideram pertinente? Com licença. Vocês consideram pertinente chamar a Dra. Sónia Baptista? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Chame-a cá para vermos o que é que falou do basquete, chame-a cá. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: A Dra. Sofia se quiser chamar a Dra. Sónia pode chamá-la, mas vai-se dar mal porque não se vai desapegar da argumentação que está a ser usada que eu repito e repito com alguma mágoa. Eu tinha esperança que a reunião de hoje fosse conduzida pelo menos de forma mais democrática. Então, há uma proposta de um vereador e a Sra. vice-presidente insiste que não pode ser porque não. Então, a câmara está toda de acordo, menos a senhora e a senhora insiste que não pode ser porque isto e chama a técnica. Não. Nós já sabemos o que queremos. A câmara já disse o que é que queria e o que quer é introduzir aqui um factor de equidade. Estamos todos de acordo, até você diz que está de acordo. Então, concretize. Então, se estão. Espere. Se estamos de acordo, concretize. Se não quer ter o ónus de contrariar as ordens do chefe, então, retire o ponto, faça um intervalo, sugira outra coisa qualquer. Agora, vai estar aqui a tarde toda amarrada a uma argumentação que já se viu que está gasta porque não nos convence. Até pode ter toda a razão do mundo, mas a câmara delibera e é a câmara que tem competências para deliberar. Agora, não aceita a proposta? Olhe, é um acto antidemocrático que eu lamento. Só posso lamentar.

A proposta está enquadrada num ponto. Ainda por cima é uma adenda àquilo que está aqui proposto. É uma coisa que é feita aqui com toda a regularidade. Já se fez aqui “Olha, propunha a atribuição de um subsídio de dois mil e quinhentos euros à Banda, não, não é dois mil e quinhentos, é três mil.” Tudo bem. Qual é o problema? Eu não percebo qual é o problema. O problema é não dar o braço a torcer? Interrompa a reunião, pergunte ao chefe, telefone-lhe, ligue-lhe, mande-lhe um SMS, como a Dra. Rita e bem faz – e bem faz – porque se tem uma dúvida no decorrer da reunião e com SMS para os esclarecer, acho que deu um contributo importante. Agora desmontou aqui uma argumentação que não está correcta? Temos pena. Para a próxima vez preparem isto melhor. Tragam aqui a fundamentação económica, tragam aqui os estudos técnicos, juntem aqui isso tudo que é para nos demonstrar que nós somos ignorantes. Agora assim desta maneira só demonstra que a ignorância está do lado de quem apresenta a proposta sem fundamentação. Ainda por cima agarrado a uma prática condenável de não aceitar opiniões divergentes. E eu, isso, só posso lamentar e garanto-lhe que eu não vou prescindir de defender o meu ponto de vista. Garanto-lhe isso. Vamos estar aqui a tarde toda, se assim quiser. Se quiser fazer um intervalo, se quiser retirar a proposta, tem esses dois caminhos. Se quiser continuar, eu estou disponível para isso. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Eu não vou responder a qualquer tipo de provocação porque eu disse-vos que a reunião hoje era conduzida por alguém com algum tipo de, com um histórico diferente e com um estilo diferente. Se vocês quiserem considerar que é antidemocrático da minha parte. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Dra. Sofia, julga que eu tenho algum problema em votar contra isto e dizer às pessoas que o meu voto contra é porque, de facto, esta proposta é insuficiente? Julga que eu tenho algum problema em relação a isso?

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Mas eu sei que nem sequer quer votar contra. Mas eu sei que não quer votar contra. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou: Há



Reunião de 14/06/2017

uma proposta. A proposta tem que ser aceite. Foi o que você disse ó Adelino. Então, está a câmara toda de acordo com uma situação, menos a Senhora Vice-Presidente e por esse motivo ficamos aqui num impasse e nem para trás nem para a frente? Não pode ser. Isto não tem lógica nenhuma. -----

---- A Senhora Vice-Presidente perguntou: Posso terminar o que eu estava a falar? Posso terminar? Então, se me permitem terminar, portanto, eu vou voltar a dizer a mesma coisa que é, se vocês quiseram considerar antidemocrático da minha parte, não aceitar uma proposta que até uma proposta dita diferente, que é propor-se uma adenda a um ponto da agenda depois do mesmo ser aprovado, considerem. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges perguntou: Então, mas como é que vou aprovar uma coisa com a qual não estou de acordo? -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Espera. Ó Alexandre, espera, espera. Vamos lá ver uma coisa, eu não consigo entender é a vossa preocupação em votar uma coisa que todos concordam e que a única coisa. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Eu até entendo a sua preocupação, é não aceitar a proposta. Eu até entendo, o chefe não deixa, “massacra aqueles gajos marotos, massacra”. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Eu vou-me levantar, mas não vou abandonar a mesa. -----

---- A Senhora Vice-Presidente continuou: A única coisa que vocês estão a sugerir é que esta proposta de critérios não condicione aumentos de valores a atribuir ao basquetebol ou por compensação de utilização de equipamentos municipais. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Claro. É legítimo. -----

---- A Senhora Vice-Presidente continuou: Que não condicione essas mesmas, que podem até numa reunião seguinte ser qualquer um destes vereadores, apuradas as condições reais da prática desportiva dos clubes, se consideram que esta proposta não acautela essas práticas reais. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Não acautela. -----

---- A Senhora Vice-Presidente continuou: Por informações que têm ou por informações que podem obter, vocês podem perfeitamente vir propor. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Olhe, pergunte ali ao Sr. presidente se acautela. Pergunte ao Sr. presidente se acautela. -----

---- A Senhora Vice-Presidente continuou: Vocês podem perfeitamente vir propor numa reunião seguinte uma alteração. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou: Mas não é isso que nós queremos. É agora. -----

---- A Senhora Vice-Presidente continuou: Mas reparem, vocês podem perfeitamente vir propor uma alteração até a esta proposta de critérios. Qual é que é o problema de votarmos isto hoje com isso? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: A Senhora está-se a comportar como se isto já estivesse aprovado. Então, quer dizer, está-me a pedir que eu, está-me a dizer assim “Aprovem isto, com o qual eu não concordo e a seguir vou acrescentar uma adenda a dizer que não concordo com aquilo que acabei de aprovar.” Desculpe lá, mas isto não faz sentido. Temos aqui uma proposta. Diz aqui “Proposta.” Eu disse-lhe que não



Reunião de 14/06/2017

concordava com duas questões e disse-lhe porquê. Adicionalmente disse-lhe que reservava isto com a questão do valor global que eventualmente tínhamos que ter e que eu não quero sequer que seja aumentado e, portanto, se isto efectivamente é aquilo que está a dizer, então, vamos alterar a proposta que o Sr. presidente aqui pôs, com o qual eu não concordo, pelos vistos a Rita não concorda, vou chamar-lhe Manuel não concorda, que é para não haver cá, nem o Adelino, e se houver um consenso, muito bem. Se não houver um consenso ganha a maioria. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Olhem, o que eu vos posso dizer é que aceitar uma adenda a um assunto que está na agenda e ser condicionante do mesmo, eu não o vou aceitar. Se vocês quiserem retirar o ponto da agenda, eu retiro o ponto da agenda e vem na próxima reunião igual ou mais fundamentado. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Então, eu proponho que se retire o ponto da agenda, que a proposta do Sr. presidente venha fundamentada tecnicamente porque eu até posso estar, eu admito até, se houver uma fundamentação que isto possa até fazer sentido, agora, eu assim tenho estas dúvidas e não voto favoravelmente. E chamo à atenção que na fundamentação sejam introduzidas as preocupações que foram manifestadas por mim, pelo vereador Adelino, pelo vereador Manuel Marques e pela vereadora Rita, abertamente. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Dra. Célia, então, em função da discussão retira-se este ponto da agenda considerando que o mesmo deve ser trazido numa próxima reunião de câmara com a justificação dos valores constantes nesta proposta de critérios. Eu ainda não terminei. Ó Adelino, ainda não terminei. Olhe, agora quem perdeu o raciocínio fui eu, à próxima reunião de Câmara com a justificação dos valores propostos de critérios, é o título que está, da proposta de critérios para a celebração dos contratos programa, desenvolvimento desportivo, época desportiva dois mil e dezassete, dois mil e dezoito. Está bem? -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Ó Sra. vice-presidente, não. A razão da retirada não é essa. É que a nova proposta contemple as preocupações de equilíbrio e de equidade que foram aqui manifestadas porque esta proposta não é correcta, prejudica alguns clubes. Desculpe lá, o que está em causa não é a justificação. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Vamos lá ver uma coisa, deixem, por favor, explicar-vos por que é que as propostas são trazidas à câmara e vocês concordam ou não com essa proposta, com a explicação toda, que é isso que vocês neste momento não conhecem. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Dra. Sofia, qualquer vereador tem a competência e qualquer vereador tem a possibilidade de apresentar propostas, ponto – ponto – não está dependente de nada. Muito bem. E as propostas foram aqui apresentadas e elas devem ser, as propostas aqui apresentadas devem ser incluídas na nova proposta de protocolo – têm que ser incluídas – e isso é que é o fundamental. A fundamentação é necessária, claro que sim, mas o fundamental aqui e por isso é que a câmara, por isso é que estamos aqui a discutir há imenso tempo, o que está em causa é que a câmara entendeu que estes critérios não eram justos, está a entender? Isso é que está em causa. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Mas, ó Adelino, eu acredito que vocês até podem não considerar isso porque não conhecem. Não. Reparem, porque não conhecem, foi o que vocês me disseram, não conhecem o porquê da atribuição destes valores, portanto, eu até acredito que vocês depois de conhecerem percebam e até concordem com ele. Agora, eu acho



Reunião de 14/06/2017

é que é prematuro assumir que não concordamos com este valor sem conhecer por que é que ele foi atribuído. Não vamos nada, Adelino. Não vamos nada. Ele até foi retirado. Ele até foi retirado da agenda, ele nem sequer é discutido. Ele foi retirado da agenda. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Ó Sra. dra., desculpe lá. Desculpe, também preciso de sair. Desculpe, a senhora continua a informar, deixe-me explicar. A senhora, e está ali o Sr. presidente da assembleia, pode ser que a queira ajudar, a senhora continua a enfermar numa ilegalidade e porquê? Porque para retirar o ponto da agenda tem que ser votado. Tem que ser o órgão a votar, que permite aos votantes declarar para a acta por que é que votaram para a poder retirar. É assim que funciona, é assim que decorre da lei, é assim que decorre dos manuais de Direito Administrativo. E Vossa Excelência apenas votou para a acta porque não nos permitiu o belo prazer e a sua vontade e a sua decisão. Eu lamento, desculpe e tem que ficar gravado que é para eu me defender perante as associações, eu lamento que Vossa Excelência à boa maneira “borgilista” tome a mesma conduta que ele toma, não permite que eu me defenda, por que é que entendemos que se devia retirar o ponto. E nós queremos retirar o ponto porquanto entendemos que há uma desigualdade perante aqueles que utilizam instalações do município e instalações fora do município. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Dr. Marques, já vai poder falar isso para a acta. Deixe-me só, Ó dr. Marques, ponto de ordem. Olhe, mas, oiça, oiça, peço-lhe desculpa pela minha falta de experiência na gestão da reunião. Dra. Célia, retirado o ponto, é preciso colocar à votação para todos concordarem com a retirada do ponto? É preciso colocar à votação a retirada do ponto? É isso que eu pergunto. O dr. Marques questionou, aliás, afirmou que eu estava a cometer uma ilegalidade e, portanto, dra. Célia, para retirarmos o ponto, eu tenho que pôr à votação dos vereadores? Mas hoje comigo tem que ser diferente, portanto, ponho à votação do órgão a retirada do ponto 4.1 da ordem de trabalhos da agenda da reunião ordinária do dia catorze de Junho. -----

---- Posta à votação a retirada deste assunto da Ordem de Trabalhos, a Câmara deliberou, por maioria, com três votos a favor, da Senhora Presidente da Câmara, Dr.^a Sofia Relvas e dos Senhores Vereadores Dr. Alexandre Borges e Dr.^a Rita Neves e duas abstenções dos Senhores Vereadores Dr. Manuel Marques e Adelino Amaral, a sua retirada e o seu agendamento para uma próxima reunião deste Órgão Executivo. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral apresentou a seguinte declaração de voto: Eu abstive-me na votação embora tenha sugerido que o assunto fosse retirado da agenda, mas abstive-me devido ao texto que a Sra. vice-presidente mandou ditar para a acta como justificação da retirada do ponto. E a justificação da retirada do ponto não se prende única e exclusivamente com a necessidade de apresentar fundamentação técnica para a proposta que foi apresentada, mas prende-se com a necessidade imperiosa que a câmara entendeu introduzir critérios de justiça, de equidade e de mais equilíbrio na atribuição dos subsídios, nomeadamente aquelas associações que não utilizam instalações municipais para a prática desportiva, a introdução de valores condizentes com as necessidades das associações que praticam basquetebol e também foi a minha proposta, o reforço das equipas de futebol de onze, portanto, essas foram as preocupações manifestadas pela câmara e essas preocupações devem constar da próxima proposta que venha a deliberação de câmara. No entanto, eu entendia, eu entendo que hoje haveria todas as condições para que este assunto fosse



Reunião de 14/06/2017

deliberado nos termos em que os quatro vereadores presentes excluindo a Sra. vice-presidente, manifestaram, portanto, havia todas as condições para que essa proposta fosse aqui hoje aprovada e a Sra. vice-presidente teimosamente não quis pôr à votação essa proposta e como tal, eu acho que acaba por ser uma boa solução a retirada embora não concorde que este assunto seja adiado dessa maneira. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges apresentou a seguinte declaração de voto: Eu peço só mais um minuto. Portanto, eu voto pela retirada da proposta dos critérios pois não foi aceite a alteração da mesma aqui na reunião e, portanto, dou-me por satisfeito que venha uma nova proposta que contemple as preocupações que eu aqui manifestei ou que a justificação seja cabal e eventualmente eu estou sempre disponível para mudar de opinião e, portanto, eu há pouco queria, falei nas isenções e, portanto, choca-me a questão dos mil e quinhentos euros por equipa para o basquete e choca-me os quinze por cento de valor de subsídio para clubes que não usufruam das instalações desportivas municipais. Não preconizo que haja aumento da despesa a não ser que seja estritamente possível em contextos de muito boa execução orçamental, mas tenho aqui, portanto, a câmara o ano passado concedeu um conjunto de trinta e sete mil euros de isenções e que foram essencialmente para o Sport Lisboa e Nelas e para o ABC e, portanto, era só isto. Eu acho que tem que haver uma maior justiça que não é propriamente também tão difícil de encontrar e acho que pode ser enquadrada nos critérios. É para isso que eles mesmo servem, é para obedecer à elaboração dos protocolos, portanto, os critérios têm que ser bem definidos. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves apresentou a seguinte declaração de voto: Portanto, voto contra a retirada do ponto por tudo que atrás referi, nomeadamente julgo que tem que haver um critério de equidade e espero que, então, que na próxima reunião venham fundamentados e justificados todos estes valores de forma a que quando nós, vereadores, votemos, saibamos de facto o que é que estamos a votar e por que é que estamos a votar. E tenho pena e lamento e não posso deixar de referir isto, que mais uma vez, portanto, a maioria e neste caso, somos quatro, acho que era muito mais simples e muito mais rápido alterar, fazer uma alteração, porque isto é uma proposta, a esta proposta de critérios, do que estar mais uma vez a adiar por não sei quanto tempo – vamos ver se virá ou não à próxima reunião – quando poderíamos, a maioria, chegaríamos facilmente a um consenso, mas pelos vistos a democracia continua a não funcionar nesta casa. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: O que seria deste município, o que seria dos nossos concidadãos e concidadãs com um presidente da câmara e com uma vice-presidente da câmara no mandato seguinte. -----

5 – CONTABILIDADE

(260/2017/06/14)5.1.MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL N.º 11 E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO N.º 11, DO ANO DE 2017 – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presente a modificação ao Orçamento Municipal n.º 11 e às Grandes Opções do Plano n.º 11, para o ano de 2017. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Trazemos uma modificação orçamental para despesas, como sempre urgentes, inadiáveis, um reforço de dois mil euros no material de



Reunião de 14/06/2017

educação, cultura e recreio, diz respeito a materiais que vão ser utilizados pelas AEC e pelos técnicos que estão nas férias em acção, projecto este, como sabem, começa em Junho e até Agosto e que envolve, de facto, a prestação de serviços e de trabalhos com crianças, na ordem das cento e cinquenta crianças e, portanto, há sempre materiais necessários para adquirir. Depois um reforço de vinte e um mil euros – estudos, pareceres, projectos e consultadoria que diz respeito ao valor, Dra. Célia, se eu disser alguma coisa de errado tem a ver com os ROC – os revisores oficiais de contas – e com a Normapoint porque já estava a terminar o contrato. Depois, trinta e cinco mil euros, para outros trabalhos especializados. São todos os técnicos que vão estar com as férias em acção durante o período de Junho, Julho e Agosto. E depois, dois mil euros, para outros serviços que têm a ver com a salvaguarda de despesas inerentes a reuniões, eventos, enfim, aquilo que existe. Este reforço de verbas foi por redução de trinta mil euros do Programa Aproximar – Loja do Cidadão em Nelas, uma vez que o concurso foi lançado e foi adjudicado por um valor inferior àquele em que foi lançado o concurso. E no que diz respeito aos outros trinta mil euros da candidatura do Planalto Beirão que está suspensa, foi um concurso internacional e pelos vistos houve problemas, houve dificuldades e essa candidatura foi suspensa e, portanto, foi retirado o valor que estava cativo inerente a essa mesma candidatura. Alguma questão que eu ou a Dra. Célia possamos tirar? Então, Adelino.--
---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Eu não tenho propriamente questões porque isto já é, enfim, já é uma prática corrente e que eu próprio tenho, enfim, tenho chamado a atenção por não concordar com essa prática que é, o orçamento já em si é desequilibrado, já tem um desequilíbrio entre o que é despesa corrente e o que é despesa de investimento. A execução orçamental aponta para que as despesas correntes vão sendo executadas a um ritmo superior àquele que estava previsto no orçamento. E ao contrário, a despesa de investimento tem uma execução orçamental bastante fraca e bastante inferior àquilo que seria desejável, portanto, se juntarmos ao orçamento desequilibrado, as execuções orçamentais ainda agravam esse desequilíbrio. Ainda por cima vêm modificações orçamentais que voltam a agravar esse desequilíbrio, então, há que dizer claramente às pessoas que a câmara ou o presidente de câmara, se quisermos, não faz a obra, não porque os vereadores da oposição não querem, mas porque sistematicamente e já estamos na décima primeira, sistematicamente vêm a reuniões de câmara fazer alterações orçamentais que tiram dinheiro a investimento para pôr em despesa corrente. O que a Sra. vice-presidente referiu na rubrica – estudos, pareceres e outros trabalhos especializados terá, com certeza, verbas previstas no orçamento inicial que foi aprovado. E se essas verbas são insuficientes, então, se calhar, o orçamento foi mal feito, portanto, eu lamento, eu vou votar contra esta alteração orçamental porque, de facto, há aqui uma redução de sessenta mil euros em despesa de investimento que vai direitinha para despesa corrente. Eu não tenho nada contra o material de educação, de cultura e de recreio e também não tenho nada contra o pagamento de técnicos para as férias em acção. Trinta e cinco mil euros parece-me um valor exagerado. Não sei quantos técnicos são e por quanto tempo é que vão decorrer estas acções, trinta e cinco mil euros faz-me lembrar aquelas contas que eu fiz há bocadinho a propósito dos quarenta postos de trabalho. Aqui também este, se calhar, devia ser melhor justificado, mas independentemente disso, por uma questão de princípio, nós não podemos, andámos aqui, mas aprovámos aqui algumas alterações que foram propostas já dentro deste espírito, enfim, mas com valores, com valores razoáveis. Agora vir aqui tirar sessenta mil euros de duas rubricas de investimento e passá-lo



Reunião de 14/06/2017

para estudos, pareceres, projectos, consultores e outros trabalhos parece-me, de facto um atentado, sendo que o que se diz é que as obras não são feitas porque os vereadores não deixam, portanto e neste caso, as obras não são feitas porque há propostas de modificações orçamentais que tiram o dinheiro das obras. E, então, diga-se que os vereadores, eu próprio – os outros vereadores dirão o que quiserem e votarão como quiserem – eu próprio oponho-me a que seja retirado o dinheiro das obras. Eu oponho-me a que seja retirado dinheiro de obras para despesa corrente – para pagar estudos, pareceres, projectos, consultoria e outros trabalhos especializados – eu oponho-me, portanto, voto contra esta modificação porque mesmo que haja disponibilidade numa rubrica ou outra na parte de investimento, há outras rubricas de investimento que estão carenciadas e que precisam de reforços e é para lá que devem ser canalizados. O que sobre de umas rubricas de investimento deve ser canalizado para outras rubricas de investimento e não tirar sessenta mil euros para pagar, não sei se é para avenças, admito que sim, mas é para pagar as despesas desse tipo – folclores, propagandas, lonas, pendões e o quê mais que dizias e ralis e bicicletas. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Eu apelo à vossa reflexão pela questão que aqui está inerente nesta alteração orçamental que é, de facto, nós termos condições para dar resposta ao projecto das férias em acção que é uma obra imaterial muito importante para a comunidade. Estamos a falar das famílias estarem à espera deste serviço. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Essa forma de chantagear é que é bonita. Essa história da chantagem é engraçada, é. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Naturalmente, a Dra. Célia faz um trabalho exímio de gerir o orçamento em função das necessidades que lhe são colocadas. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Eu admiro indefinidamente a paciência da Dra. Célia. -----

---- O Senhor Vereador Manuel da Conceição Marques afirmou: Quem faz isto é a MOTRIZ. Não diga isso. Não venha cá com histórias. Não diga isso. É uma vergonha. É mais uma avença para os amigos. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: O orçamento foi aprovado e tem sido gerido e tem sido articulado à medida do que é necessário e a rubricada qual sai o pagamento aos técnicos especializados para dar seguimento ao projecto das férias em acção não tem dotação suficiente para acomodar o custo destes dois meses e meio de trabalho que os técnicos do desporto, da educação. Nós até já temos mais estagiários este ano exactamente para diminuir o valor e, portanto, não tendo esse valor e havendo aqui dois projectos nas GOP que tiveram ajustamentos naturais da execução dos mesmos porque o orçamento é sempre um mapa previsional que é gerível e é prestado à câmara. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Sr.^a Vice-Presidente, assumo, rebentou com as finanças da câmara. Assumo, assumo, com as avenças rebentou com as finanças, assumo, assumo. Eu tenho uma proposta sobre isto. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Não é mesmo qualquer tipo de ameaça. É dizer-vos isto mesmo, a alteração orçamental, não sendo aprovada, põe em risco o desenvolvimento deste serviço, que são as férias em acção. Aliás, se vocês virem nós até trazemos uma alteração. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou: Olhe a senhora, a vice-presidente está pior que o presidente. -----



Reunião de 14/06/2017

---- A Senhora Vice-Presidente continuou: Só com quatro pontos, nós até trouxemos uma alteração orçamental só de quatro pontos que facilmente vocês conseguem avaliar a necessidade deste reforço de verbas. Não é Dra. Célia? Eu confesso-vos que não foi. O valor era o que estava no mapa, é isso que aqui está. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Eu vou-lhe propor que retire dessa alteração orçamental os estudos, os pareceres e os projectos de consultadoria. Não interessa, tirem. Eu voto favoravelmente. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Mas a câmara tem que ter, ó dr. Marques, mas a câmara tem que ter um revisor oficial de contas, como sabe. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Eu peço desculpa à Senhora Vice-Presidente para falar para os Senhores Vereadores. Os Senhores Vereadores lembram-se que uma das questões que foi colocada na aprovação do orçamento foi a redução destas rubricas. Foi ou não foi? Foi a redução exactamente destas duas rubricas. E agora de forma habilidosa está a ser repostos esse valor inicial, Portanto, a câmara se aprovar esta alteração está a desaprovar, ou melhor, está a aprovar uma coisa que antes reprovou, ou seja, estamos a meter os pés pelas mãos. Não havia condições. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Ó Adelino, mas não é habilidoso. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Os Srs. vereadores lembram-se. Desculpe, Sra. vice-presidente, não havia condições para fazer a correcção orçamental que foi proposta, devia ter sido dito na hora. Não é agora aos poucos “Ah, nós tirámos de lá trezentos ou quatrocentos mil euros mas aos poucos vamos lá pô-los.” Não. Isso comigo não pega. Comigo, contas são contas. Transparência é transparência. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Mas são as necessidades do serviço, Adelino. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Rigor é rigor. Verdade é verdade. E já lhe disse aqui uma vez e repito, não há nenhuma ETAR, não há nenhuma obra, não há nenhuma férias em acção que justifiquem a mentira, que justifiquem a falta de transparência, que justifiquem a falta de seriedade das pessoas e isso é o que eu detecto aqui. E por isso, voto contra esta alteração. Mesmo até se contemplar a proposta do Sr. vereador Manuel Marques, eu votarei contra. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Deixem-me só esclarecer que aquando da aprovação do orçamento os cortes que foram feitos em algumas das rubricas, para não dizer quase em todas, em alguns casos foram cortes cegos porque, quer dizer, é preciso decorrer. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Olhe, Sra. Dra., cega foi a vossa gestão, cega foi a vossa gestão das finanças da câmara. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: É preciso deixar decorrer a actividade normal da câmara e o que ela exige. Por isso é que existe a figura da modificação ao orçamento, exactamente para irmos gerindo, com a concordância da câmara, naturalmente, essas necessidades. E volto-vos a dizer, neste caso concreto, esta modificação ao orçamento, é claro, é evidente que o reforço está a ser solicitado à câmara para um normal funcionamento que a câmara tem que ter, quer por imposição legal de ter revisor oficial de contas, quer pela expectativa criada na comunidade ao longo destes anos todos de termos um projecto chamado férias em acção e que necessita de um corpo de profissionais para dar seguimento às propostas de actividades excelentes que nós temos tido. Ó dr. Marques, se tivesse previsto, se o valor acomodasse esta prestação de serviços nesta altura, não era preciso estar aqui na



Reunião de 14/06/2017

proposta de alteração orçamental. Então, não é? -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: O problema é que o dinheiro foi para outros lados. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Rebutaram isto tudo. Rebutaram com a câmara. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Não rebutámos coisa nenhuma. Ó dr. Marques, nós ainda não pedimos nenhum empréstimo, já viu? Ainda não aumentámos dívida, ainda não acrescentámos dívida. Ainda não deixámos dívida a ninguém, não é Prof. Borges? O que é que a gente há-de fazer mais? Olhem, já estamos sem almoço. Fica à vossa consideração. Quem quer pôr mais questões? Alexandre, não sei se tens dúvidas. Rita? -----

---- A Câmara deliberou, por maioria, com um voto a favor, da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Sofia Relvas, uma abstenção do Senhor Vereador Dr. Manuel Marques e três votos contra, dos Senhores Vereadores Dr. Alexandre Borges, Dr.^a Rita Neves e Adelino Amaral, reprovou a proposta de modificação ao Orçamento Municipal n.º 11 e às Grandes Opções do Plano n.º 11, para o ano de 2017. -----

---- A Senhora Vice-Presidente apresentou a seguinte declaração de voto: Voto favoravelmente a aprovação da alteração orçamental número onze, considerando que a mesma apenas respeita a acomodar necessidades de funcionamento da Câmara Municipal, sejam elas necessidades impostas por obrigações legais, como é o caso dos revisores oficiais de contas, seja sobretudo o funcionamento normal da câmara Municipal que cria expectativas na comunidade educativa e familiar para a salvaguarda de um projecto determinante que é para as mesmas famílias, o projecto das férias em acção, e que neste momento está no mínimo com sérias dúvidas de podermos acautelar nos prazos que já estão divulgados e que já estão inclusivamente inscritas essas mesmas crianças. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques apresentou a seguinte declaração de voto: Declaração de voto. Era minha motivação votar contra esta declaração de voto e votaria contra designadamente porque na rubrica 0102020214 – estudos, pareceres e projectos que não passa mais do que avenças de amiguismo do presidente da câmara, e demonstra também a forma como ele gere, que torrou as finanças da câmara numa ruptura sustentável, insustentável. Só por falar aqui nas nossas crianças e nos programas em acção é que me doeu o coração e absteve-me. É só por isso. A minha vontade seria efectivamente votar contra. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral apresentou a seguinte declaração de voto: Eu votei contra esta modificação orçamental porque em primeiro lugar não cedo. A câmara não pode ceder a esta prática chantagista que tem sido recorrente nos últimos tempos de fazer depender a concretização de iniciativas importantes para a comunidade da aprovação de alterações orçamentais, sendo que o orçamento inicial com certeza absoluta que deveria ter verbas disponíveis para essas iniciativas que, entretanto, foram gastas noutras coisas, portanto, essa é a primeira razão pelo voto contra, porque não aceito que seja feita chantagem sobre a câmara, sobre mim próprio, para orientar o sentido de voto. E em segundo lugar – e em segundo lugar – e também porque tem sido prática recorrente a retirada de valores de investimento para despesa corrente, o que provoca um maior desequilíbrio no orçamento e na execução orçamental, que conforme eu disse aqui na última reunião, já é grande em termos de execução de despesa corrente e despesa de capital, portanto, e estas alterações ainda agravariam mais esses desequilíbrios, portanto, não concordo que sejam retirados valores de



Reunião de 14/06/2017

rubricas de investimento e transferidas directamente e integralmente para rubricas de despesa corrente. Se há rubricas com valores disponíveis de investimento, eles devem ser transferidos para outras rubricas de investimento como regra. Não quer dizer que não haja excepções e, portanto, fazer de forma sistemática a redução de valores de investimento para reforçar rubricas da despesa corrente é uma prática que eu condeno, sempre condenei e condenarei e com a qual não estou de acordo. Por isso votei contra esta modificação orçamental. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Muito obrigado. Eu queria apenas dizer que subscrevo a declaração de voto, se ele me permitir, do vereador Adelino. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou: Eu exactamente o mesmo, subscrevo na íntegra a declaração de voto do Sr. vereador Adelino Amaral. -----

5.2.PAGAMENTO DE FATURAÇÃO DIVERSA – MAIO DE 2017 – CONHECIMENTO

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Alguma dúvida que queiram colocar? -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou: Ai, eu por acaso tenho. Rapidamente aqui no número de operação, deixa-me cá ver onde é que eu tenho isto, estava distraída, aqui a treze, sessenta e sete barra três e a treze, sessenta e sete barra quatro. Gostaria de saber, uma no valor de cento e oitenta e nove, outra de trezentos e sessenta e quatro, mas uma vez que são remunerações a pagar a membros dos órgãos autárquicos, gostaria de saber o que é que são estas. Sessenta e sete e a dois e a três. Aliás, a três e a quatro. -----

---- A Senhora Vice-Presidente perguntou: Ó Dra. Célia, o que é que é isto? -----

---- A Senhora Dr.^a Célia Tavares respondeu: A três é subsídio de refeição. A quatro são ajudas de custo ou deslocações. Concretamente não sei o que é, pela rubrica de onde está a ser paga. Isto aqui é folhas de vencimentos. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou: É para o Sr. presidente da câmara e para a Senhora Vereadora, é? -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Eu peço desculpa, Sra. vice-presidente, então, mas o que é deslocações, gasolina, gásóleo, carro da câmara, telemóveis, almoços, jantares, não está nesta rubrica? -----

---- A Senhora Dr.^a Célia Tavares respondeu: Não, almoços não. Se saírem em deslocação em serviço da câmara têm direito a receber por aqui, mas eu não sei o que está aqui, portanto, aqui será um boletim itinerário, a saída para deslocação. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral perguntou: Mas quê? Por exemplo, em carro próprio, é? Só se for em carro próprio. -----

---- A Senhora Dr.^a Célia Tavares continuou: Mas eu não posso, isso é o que a lei diz, o que a lei permite, porque eu não vejo o tipo de despesa e eu não sei o que está aqui. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Sim, mas é possível que sejam ajudas de custo por se utilizar carro próprio, como é o meu caso? É isso? -----

---- A Senhora Dr.^a Célia Tavares: Claro. É, a lei permite. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Pronto. Boletim itinerário, é isso? -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou: Pronto, mas é só para que fique em acta de preferência, depois a chula sou eu. -----



Reunião de 14/06/2017

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Sim e o Manuel Marques. Eu agora desafio o Sra. vice-presidente da câmara a entregar um boletim itinerário de 8 anos em que eu estive no Executivo. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Eu estou plenamente convencido que isso está tudo feito de acordo com a lei, assim como o pagamento à Dra. Rita também é feito de acordo com a lei. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou: Sim, sim. Sem dúvida. É tudo de acordo com a lei. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Eu tinha uma pergunta. Eu só queria dizer que enquanto fui vice-presidente de câmara, o pouco tempo que fui vice-presidente de câmara também pus boletins itinerários e também usei o carro próprio e, portanto, acho isso normal nas circunstâncias em que o carro da câmara é o carro pessoal do Sr. presidente de câmara, até acho isso perfeitamente natural. Agora o que não acho natural é o Sr. presidente de câmara depois insultar os vereadores que apresentam exactamente as mesmas coisas e com os mesmos direitos. Eu tinha aqui uma pergunta só que me despertou que é aqui o novecentos e noventa e dois, Júlio Filipe Pais Morgado. Saber o que era isto. ----

---- A Senhora Dr.^a Célia Tavares afirmou: Isto é uma classificação orçamental. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Eu não sei o que é. Não faço ideia. -----

---- A Senhora Dr.^a Célia Tavares afirmou: Sim. Eu também não sei, mas pela classificação, ele depois está aqui mais em baixo outra vez, 070107, são despesas de investimento em material informático, *hardware*. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Mas quem é o senhor? Mas conheces? Está bem. Ok. Está dado conhecimento. -----

---- A Câmara tomou conhecimento dos pagamentos autorizados pelo Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, durante o mês de maio de 2017, no total de 951.664,60 euros (novecentos e cinquenta e um mil seiscentos e sessenta e quatro euros e sessenta cêntimos), referente a Operações Orçamentais e no total de 52.064,49 euros (cinquenta e dois mil sessenta e quatro euros e quarenta e nove cêntimos), referente a Operações de Tesouraria, descritos em relação elaborada pelos Serviços de Contabilidade. ----

(261/2017/06/14)5.3.TRANSFERÊNCIA DE VERBAS AO ABRIGO DO DISPOSTO NA PORTARIA N.º 434/2016, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2016, NO ÂMBITO DO RJSPTP – APROVAÇÃO

---- Presente o ofício n.º 005/CI, datado de 08 de março de 2017, da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, solicitando a transferência da verba no valor de 10.349,00 euros, ao abrigo do disposto na Portaria n.º 434/2016, de 18 de novembro de 2016, no âmbito do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Eu vou pedir à Dra. Célia que explique isto muito melhor do que eu, se não se importa, para esclarecer aos Srs. vereadores do que é que se trata esta transferência. -----

---- A Senhora Dr.^a Célia Tavares: Pronto. Isto tem a ver com o novo regime jurídico dos transportes de passageiros públicos e como o orçamento de Estado e as leis já previam que iria haver, numa fase transitória, transferências do orçamento de Estado, só que foi transferido para os municípios. Só que o município fez delegação de competências na CIM nesta matéria, logo recebemos o dinheiro. Não temos direito a ele, temos que transferir para a CIM, para a



Reunião de 14/06/2017

entidade que tem a competência do serviço público. -----
 ---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Obrigada, Dra. Célia. Alguma dúvida? -----
 ---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Eu, isso percebi. Só não percebo é em que é que se, não, queria usar uma palavra -----
 ---- A Senhora Vice-Presidente: Consubstancia? -----
 ---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: É isso mesmo. Obrigado. Portanto, este dinheiro vem até na área dos transportes, mas nós o que é que delegámos concretamente? Só se me puderem rapidamente esclarecer. -----
 ---- A Senhora Dr.^a Célia Tavares perguntou: O que é que delegámos? -----
 ---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges perguntou: Sim, portanto, esse dinheiro vem por conta de quê? -----
 ---- A Senhora Dr.^a Célia Tavares respondeu: É o regime jurídico do serviço público de transportes de passageiros. A CIM está a fazer os trabalhos, tem a ver com o plano intermunicipal. Tem a ver com o plano de mobilidade. -----
 ---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a transferência da verba, no valor de 10.349,00 euros, à Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, ao abrigo do disposto na Portaria n.º 434/2016, de 18 de novembro de 2016, no âmbito do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros. -----

6 - OBRAS PARTICULARES

6.1. INFORMAÇÃO DE DECISÕES GERADORAS DE CUSTO OU PROVEITO FINANCEIRO

6.1.1. LICENCIAMENTO DE OBRAS, LOTEAMENTOS, DESTAQUES, PROPRIEDADES HORIZONTAIS, INFORMAÇÕES PRÉVIAS E OUTROS, DEFERIDOS E INDEFERIDOS – CONHECIMENTO

---- A Câmara tomou conhecimento da relação elaborada pela Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares – Serviço Administrativo de Obras, referente a processos de licenciamentos de obras, loteamentos, destaques, propriedades horizontais, informações prévias e outros, deferidos e indeferidos, no período compreendido entre 25 de maio de 2017 e 07 de junho de 2017, a qual fica anexa a esta ata (Anexo I), fazendo dela parte integrante. --

6.1.2. LICENÇAS DE CONSTRUÇÃO EMITIDAS – CONHECIMENTO

---- A Câmara tomou conhecimento da relação elaborada pela Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares – Serviço Administrativo de Obras, referente a licenças de construção emitidas no período compreendido entre 25 de maio de 2017 e 07 de junho de 2017, a qual fica anexa a esta ata (Anexo II), fazendo dela parte integrante. -----

6.1.3. PROCESSOS DE LICENCIAMENTOS, COMUNICAÇÕES PRÉVIAS, LOTEAMENTOS, DESTAQUES, PROPRIEDADES HORIZONTAIS, INFORMAÇÕES PRÉVIAS E OUTROS, ENTRADOS NOS SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO – CONHECIMENTO

---- A Câmara tomou conhecimento da relação elaborada pela Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares, referente a processos de licenciamentos, comunicações prévias, loteamentos, destaques, propriedades horizontais, informações prévias e outros, entrados na Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares – Serviço Administrativo de



Reunião de 14/06/2017

Obras, no período compreendido entre 25 de maio de 2017 e 07 de junho de 2017, a qual fica anexa a esta ata (Anexo III), fazendo dela parte integrante. -----

(262/2017/06/14)6.2.RELAÇÃO DE LICENÇAS E ADMISSÕES DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA, CADUCADAS, PRECEDIDAS DE AUDIÊNCIA PRÉVIA, NOS TERMOS DO ART.º 71.º, DO DEC.LEI N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO, COM POSTERIORES ALTERAÇÕES – APROVAÇÃO

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a caducidade das licenças e admissão de comunicação prévia, a caducar, precedidas de audiência prévia, constantes na relação elaborada pela Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares – Serviço Administrativo de Obras, nos termos do art.º 71.º, do Dec.Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com posteriores alterações, no período compreendido entre 25 de maio de 2017 e 07 de junho de 2017, a qual fica anexa a esta ata (Anexo IV), ficando dela parte integrante. -----

7 – LICENCIAMENTOS DIVERSOS

7.1.DECISÕES PROFERIDAS AO ABRIGO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, POR DELIBERAÇÃO DE 04 DE NOVEMBRO DE 2013 – CONHECIMENTO

---- A Câmara tomou conhecimento das decisões proferidas pelo Senhor Presidente, ao abrigo da delegação de competências, por deliberação de 04 de novembro de 2013, designadamente: licenças especiais de ruído no âmbito do disposto no artigo 15.º, do Regulamento Geral do Ruído e atribuição de um número de polícia, as quais ficam anexas a esta ata (Anexo V), fazendo dela parte integrante. -----

(263/2017/06/14)7.2.ISENÇÕES CONCEDIDAS PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA AO ABRIGO DO ARTIGO 5.º, DO REGULAMENTO DE TAXAS MUNICIPAIS E OUTROS REGULAMENTOS – RATIFICAÇÃO

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar as isenções concedidas pelo Senhor Presidente da Câmara, ao abrigo do artigo 5.º, do Regulamento de Taxas Municipais e outros regulamentos, as quais ficam anexas a esta ata (Anexo VI), fazendo dela parte integrante. ----

(264/2017/06/14)7.3.PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DO NOME DE RUA E NÚMERO DE POLÍCIA. REQUERENTE: MARIA EMÍLIA OLIVEIRA ANDRADE RITA. LOCAL: QUINTA DO QUARTO, EM CANAS DE SENHORIM – APROVAÇÃO

---- Presente uma Proposta de Deliberação, datada de 24 de maio de 2017, do Senhor Presidente, que a seguir se transcreve: -----

---- **“PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO** -----

---- *Denominação de nome de rua na localidade e freguesia de Canas de Senhorim, bem como a atribuição do número de polícia.* -----

---- *Considerando:* -----

---- *A. O requerimento apresentado pela munícipe Maria Emília Oliveira Andrade Rita no sentido de ser atribuído número de polícia a uma moradia sita à “Quinta do Quarto a”, bem como a atribuição do nome da rua, uma vez que o local onde a mesma se situa não se encontra identificado;* -----

---- *B. Que nos termos do disposto na alínea ss) do n.º1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal “Estabelecer a denominação das ruas e*



Reunião de 14/06/2017

praças das localidades e das povoações, após parecer da correspondente junta de freguesia”; -----

---- *C. A Junta de Freguesia de Canas de Senhorim, no seguimento do pedido de parecer, através do nosso ofício n.º 6024 de 11/10/2016, decorrido o prazo de 30 dias úteis (25/11/2016), poderá considerar-se haver concordância com a proposta.* -----

---- **PROPONHO:** -----

---- *I. Que, nos termos da alínea ss) do n.º1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja submetida a apreciação e deliberação da Câmara Municipal de Nelas a proposta de atribuição de nome de rua “Caminho da Quinta do Quarto”, ao local identificado na planta constante da informação dos serviços técnicos que se junta em anexo e que faz parte integrante da presente proposta de deliberação;* -----

---- *II. Que, nos termos da alínea tt) do n.º1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja submetida a apreciação e deliberação da Câmara Municipal de Nelas a proposta de atribuição do número de polícia n.º 01 à moradia da requerente.* -----

---- *III. Que seja dado conhecimento da deliberação tomada pela Câmara Municipal à Dr.ª Susana Henriques para serem prosseguidos os trâmites subsequentes, nomeadamente, atribuição do código postal para a referida rua.”* -----

---- A Senhora Vice-Presidente perguntou: Alguma questão em relação a este pedido de atribuição de rua? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges: Só dizer, pronto, vou votar favoravelmente, pese embora não me parece mais uma vez que seja, há um conjunto de pessoas que fazem, ou instituições que fazem coisas relevantes que acho que deviam ser muito mais invocadas do que a Quinta do Quarto. Eu, curiosamente nem nunca tinha ouvido falar nisso, mas o problema é meu. E até acho que se confunde um bocadinho com uma outra rua que existe em Canas de Senhorim, que é a Laje do Quarto, portanto, até pode haver aqui uma relação que não tem nada a ver de proximidade, ainda por cima, mas muito bem, a Junta quer assim.-----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição do nome de rua e número de polícia, no local sito à “Quinta do Quarto”, em Canas de Senhorim, em que é requerente Maria Emília Oliveira Andrade Rita, nos termos da proposta de deliberação do Senhor Presidente, atrás descrita. -----

(265/2017/06/14)7.4.PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS MUNICIPAIS - TAXA URBANÍSTICA PELA ENTRADA E APRECIACÃO DO PEDIDO DE LICENCIAMENTO E DO RESPECTIVO AVISO – CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉM ANEXO DE ARRUMOS. REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DE SANTO ANTÓNIO. LOCAL: RUA DO PESO, EM NELAS - ISENTAR, OU REDUZIR, OU INDEFERIR O PEDIDO – APROVAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 3724, datada de 25 de maio de 2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, que a seguir se transcreve: -----

---- *“Pedido de Isenção do pagamento das Taxas Municipais – Registo n.º 432 de 19/05/2017 - Taxa urbanística relativa pela entrada e apreciação do pedido de licenciamento e do respetivo aviso – Construção de armazém anexo de arrumos – Isentar ou Reduzir ou Indeferir o pedido. Tipo de informação: Isenção do pagamento de taxa. Requerente: Associação*



Reunião de 14/06/2017

Recreativa e Cultural de Santo António. Local: Rua do Peso, localidade de Nelas, freguesia de Nelas. Processo: 01 / 32/2017. -----

---- I – Enquadramento Legal: -----

---- 1. De acordo com o Regulamento e Tabela de Taxas Municipais de Nelas, n.º 2 da alínea c) do artigo 5º: -----

---- - Na medida do interesse público municipal de que se revistam os atos cujo licenciamento se pretende obter ou as prestações de serviços requeridas, podem ainda beneficiar de isenção ou de redução do pagamento de taxas e outras receitas municipais: -----

---- Alínea c) As associações religiosas, culturais, desportivas, profissionais ou recreativas legalmente constituídas e as comissões fabriqueiras de igrejas e capelas pelas atividades que se destinem, diretamente, à realização dos seus fins estatutários; -----

---- 2. As isenções e reduções referidas no número anterior não afastam a necessidade de apresentação de requerimento dirigido à Câmara Municipal das necessárias licenças, quando devidas, nos termos da lei ou Regulamentos Municipal, nem dispensam o prévio licenciamento municipal a que houver lugar. -----

---- 3. As isenções e reduções referidas no n.º 2 serão concedidas por deliberação da Câmara Municipal mediante requerimento dos interessados e apresentação de prova da qualidade em que requerem e dos requisitos exigidos para a concessão da isenção ou redução. -----

---- II – Parecer dos Serviços: -----

---- 1. Os interessados apresentaram um requerimento de isenção do pagamento das taxas municipais pela entrada do processo de construção de armazém de arrumos, por ter o estatuto cultural e recreativo. -----

---- 2. Assim sendo, como o pedido se encontra devidamente instruído, deixo à consideração de V.ª Ex.ª isentar, reduzir ou indeferir o pedido. -----

---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª.” -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar o pagamento das taxas municipais relativas à taxa urbanística pela entrada e apreciação do pedido de licenciamento e do respetivo aviso, referente à construção de armazém anexo de arrumos, a que se refere o processo: 01 / 32/2017, sito à Rua do Peso, em Nelas, em que é requerente a Associação Recreativa e Cultural de Santo António, de Nelas, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 3724, datada de 25 de maio de 2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, atrás descrita. -----

(266/2017/06/14)7.5.PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE (RE) ARBORIZAÇÃO DE JOÃO CARLOS DOS SANTOS MORAIS – APROVAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 4236, datada de 08/06/2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, que a seguir se transcreve: -

---- “Pedido de autorização prévia para ações de (re) arborização, de João Carlos dos Santos Morais (PR.009659.2017/P_ARB_025486) -----

---- No seguimento do requerimento apresentado pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), no âmbito da autorização prévia, e de acordo com o n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de Julho, para as ações de (re)arborização de João Carlos dos Santos Morais (PR.009659.2017 / P_ARB_025486), na Freguesia Canas de Senhorim, concelho de Nelas, e de acordo com a localização apresentada das parcelas, tenho a informar o seguinte: -----



Reunião de 14/06/2017

---- 1. A área total a (re)arborizar é de 0,49 ha, a parcela com as espécies eucalipto comum com um compasso de 3x2 (0,03 ha), a parcela com as espécies eucalipto comum com um compasso de 6x6 (0,46ha), (conforme plantas em anexo). -----

---- 2. Após análise e enquadramento do projeto em termos de PDM, na Planta de Ordenamento, as parcelas estão inseridas em Espaço Florestal de Produção e Espaço Agrícola de Produção. -----

---- 3. A localização das parcelas na Planta de Condicionantes, não estão em áreas classificadas com RAN (Reserva Agrícola Nacional), e nem em REN (Reserva Ecológica Nacional) mas encontra-se em zona de servidão non edificandi do itinerário complementar do IC12 e IC37. -----

---- 4. Quanto ao enquadramento no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, a localização das parcelas apresentam-se em risco elevado na carta de risco de incêndio florestal. -----

---- 5. De acordo com o constante no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, não se verificam condicionantes à reflorestação. -----

---- 6. As propostas para preparação do terreno referido no projeto de instalação dos povoamentos, devem ser as adequadas para não induzirem o aumento do risco de erosão.-----

---- Face ao exposto e salvo melhor opinião e cumpridas todas as normas e condicionantes legais, nada há a opor ao projeto apresentado, no entanto uma das espécies escolhida (eucalipto) deveria ser de espécie autóctone, devido à proximidade de terrenos agrícolas cultivados. -----

---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.^a.” -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de autorização prévia para as ações de (re)arborização de João Carlos dos Santos Morais, na Freguesia de Canas de Senhorim, nos termos da informação interna n.º 4236, datada de 08/06/2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, atrás descrita. -

(267/2017/06/14)7.6.PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE (RE) ARBORIZAÇÃO DE ANTÓNIO CÂNDIDO ABRANTES MONTEIRO PEREIRA – APROVAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 4234, datada de 08/06/2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, que a seguir se transcreve: -

---- “Pedido de autorização prévia para ações de (re) arborização, de António Cândido Abrantes Monteiro Pereira (PR.009543.2017/P_ARB_029210) -----

---- No seguimento do requerimento apresentado pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), no âmbito da autorização prévia, e de acordo com o n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de Julho, para as ações de (re)arborização de António Cândido Abrantes Monteiro Pereira (PR.009543.2017 / P_ARB_029210), na Freguesia de Nelas, concelho de Nelas, e de acordo com a localização apresentada da parcela, tenho a informar o seguinte: -----

---- 1. A área total a (re)arborizar é de 1,11 ha, a parcela 1 com as espécies eucalipto comum com um compasso de 3x2 (1,11 ha), (conforme plantas em anexo). -----

---- 2. Após análise e enquadramento do projeto em termos de PDM, na Planta de Ordenamento, a parcela está inserida em Espaço Florestal de Produção. -----

---- 3. A localização da parcela na Planta de Condicionantes, não está em áreas classificadas



Reunião de 14/06/2017

com RAN (Reserva Agrícola Nacional), e nem em REN (Reserva Ecológica Nacional), mas encontra-se em zona de servidão non edificandi do itinerário complementar do IC12 e IC37.-

---- 4. Quanto ao enquadramento no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, a localização da parcela apresenta-se em risco muito alto na carta de risco de incêndio florestal. -----

---- 5. De acordo com o constante no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, não se verificam condicionantes à reflorestação. -----

---- 6. As propostas para preparação do terreno referido no projeto de instalação dos povoamentos, devem ser as adequadas para não induzirem o aumento do risco de erosão. ----

---- Face ao exposto e salvo melhor opinião e cumpridas todas as normas e condicionantes legais, nada há a opor ao projeto apresentado, no entanto uma das espécies escolhida (eucalipto) deveria ser de espécie autóctone. -----

---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.^a.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de autorização prévia para as ações de (re)arborização de António Cândido Abrantes Monteiro Pereira, na Freguesia de Nelas, nos termos da informação interna n.º 4234, datada de 08/06/2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, atrás descrita. -

(268/2017/06/14)7.7.PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE (RE) ARBORIZAÇÃO DA SOCIEDADE AGRÍCOLA DA FONTE DO OURO, LD.^a – APROVAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 4144, datada de 05/06/2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, que a seguir se transcreve: -

---- “Pedido de autorização prévia para ações de (re) arborização, de Sociedade Agrícola da Fonte do Ouro, Ld.^a. (PR.009638.2017/P_ARB_029255) -----

---- No seguimento do requerimento apresentado pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), no âmbito da autorização prévia, e de acordo com o n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de Julho, para as ações de (re)arborização de Sociedade Agrícola da Fonte do Ouro, Lda (PR.009638.2017 / P_ARB_029255), no lugar de Folhadal, na freguesia de Nelas, concelho de Nelas, e de acordo com a localização apresentada das parcelas, tenho a informar o seguinte: -----

---- 1. A área total a (re)arborizar é de 1,53 ha, a parcela com a espécie eucalipto comum com um compasso de 3x2 (0,69 ha), a parcela com as espécies eucalipto comum com um compasso de 6x6 (0,59ha), a parcela com as espécies pinheiro radiata com um compasso de 3x2 (1,88ha), e a parcela com as espécies pinheiro radiata com um compasso de 6x6 (0,09ha), (conforme plantas em anexo). -----

---- 2. Após análise e enquadramento do projeto em termos de PDM, na Planta de Ordenamento, as parcelas estão inseridas em Espaço Florestal de Produção. -----

---- 3. A localização das parcelas na Planta de Condicionantes, não estão em áreas classificadas com RAN (Reserva Agrícola Nacional), e nem em REN (Reserva Ecológica Nacional). -----

---- 4. Quanto ao enquadramento no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, a localização das parcelas apresentam-se em risco baixo, e moderado na carta de risco de incêndio florestal. -----

---- 5. De acordo com o constante no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra



Reunião de 14/06/2017

Incêndios, não se verificam condicionantes à reflorestação, mas as parcelas encontram-se inseridas em zonas de faixas de gestão de combustíveis. -----

---- 6. As propostas para preparação do terreno referido no projeto de instalação dos povoamentos, devem ser as adequadas para não induzirem o aumento do risco de erosão.-----

---- Face ao exposto e salvo melhor opinião e cumpridas todas as normas e condicionantes legais, nada há a opor ao projeto apresentado, no entanto uma das espécies escolhida (eucalipto) deveria ser de espécie autóctone, devido à proximidade de terrenos agrícolas cultivados. -----

---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de autorização prévia para as ações de (re)arborização da Sociedade Agrícola da Fonte do Ouro, Ld.ª, no lugar de Folhadal, Freguesia de Nelas, nos termos da informação interna n.º 4144, datada de 05/06/2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, atrás descrita. -----

8 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Falta o público. Por acaso não falta, que é na última do mês, mas tendo em conta a prática democrática destas reuniões de câmara de dar voz ao público. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Neste caso tem toda a razão a Sra. vice-presidente. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Mas só para o Público.

---- O Senhor Arlindo Rodrigues Duarte afirmou: Só queria aproveitar estar a Sra. vice-presidente no lugar do Sr. presidente e acho que tem um bocado influência, entre aspas, na pessoa do Sr. presidente, eu queria fazer um apelo para que a Sra. vice-presidente tentasse sensibilizar o Sr. presidente da câmara a pôr algumas lombas que eu pedi para a Urgeiriça. Todas as terras têm lombas. Ainda ontem fui a zonas que têm lombas. Eu não vou dizer que não são necessárias. Quem sou eu para dizer que não são necessárias. E fazer ver ao Sr. presidente que as lombas não são para um indivíduo que era da CDU, eu até já saí, portanto, não é motivos para que ele não faça as obras por ser um elemento da CDU, portanto, fazia um apelo à Sra. vice-presidente a ver se conseguia sensibilizá-lo para pôr lombas na Urgeiriça. Muito obrigado. -----

---- O Senhor Dr. Jorge David Sousa Paiva afirmou: Boa tarde. Eu vou fazer esta intervenção na qualidade de cidadão, não de presidente dos Bombeiros Voluntários de Nelas. Geralmente costumam misturar aqui as coisas na câmara. É a mesma pessoa, mas como cidadão e não como presidente dos bombeiros. Duas ou três questões. A primeira das quais é: a câmara tem que ter algum cuidado quando anda com a *bulldozer* nos caminhos porque está a destruir marcos. É um crime e neste momento sou vítima disso. Há um processo em tribunal e espero bem que a câmara “descalce a bota”, por que é que destruiu o marco? Claro que a *bulldozer* passa e o condutor não vê, mas é a mando do Sr. presidente da câmara que diz que é para alargar e quem quer, quer, quem não quer que se queixe em tribunal. Pois, o processo está em tribunal. Eu sei que ele gosta dos processos em tribunal e eu queria-lhe dizer isso, que é sempre mais uns processos que vão para o advogado da câmara, que é à peça. Sei que ele



Reunião de 14/06/2017

gosta disso, mas é prática. Segundo, falou-se aqui tanto em aquisição de casas para o erário público. Lamentavelmente deviam-se preocupar era em recuperar os espaços das casas que já foram destruídas. Possivelmente é por ser a freguesia de Senhorim. Tem em Vila Ruiva uma casa que foi paga ao preço de ouro, ouro não digo, mas a prata é mais barata, está lá para depósito de restos de alcatrão da Câmara Municipal, não é da Junta de Freguesia, e para estacionamento de uma pessoa que é candidato da, eu não queria entrar na política, mas é candidata nas listas do PS. Nada mais do que isso. Tem uma casa nas Carvalhas que demoliram, tem outra que ainda não a pagaram porque ele não deixa entrar sem pagamento. Está em ruínas, está em risco das crianças lá ficarem. E isso não é bem-estar. A Sra. vice-presidente preocupou-se com o Folhadal porque é de lá, mas a freguesia de Senhorim do campo de futebol para lá, e eu também tive culpa porque já passei aqui, mas do futebol para lá não existe câmara. Só para vos dizer que um dia eu como presidente da Junta cheguei aqui e disseram-me que não havia viaturas para os engenheiros da câmara irem à freguesia de Senhorim e foram no meu carro. Infelizmente o engenheiro já partiu e não pode provar isso. Foi-lhe dito que não havia viaturas para ir à freguesia de Senhorim. E agora estamos iguais. Vai lá o Sr. presidente da câmara com a viatura mas é à noite convidar pessoas para as listas. Isso vai, isso vai. Eu não sei se fotografou. Eu vi *in loco*. Até foi próximo da minha casa. Pronto. Isso vai. Agora para ir resolver os problemas à freguesia de Senhorim não vai, não vai, não vai. É isso das casas, é os parques infantis abandonados. É tudo constantemente. E depois a culpa é do presidente da Junta porque não apoia o Sr. presidente, porque se o apoiasse já não tinha culpa nenhuma. Pronto. E reforço, cuidado, cuidado quando entrarem nas matas privadas das pessoas, não destruam os marcos, porque o Sr. presidente, nas dele são sagradas, nas dos militantes ou das pessoas militantes não porque vão ofender o partido. Das pessoas que pactuam com ele não tocam, desviam-se e, então, as dos outros, eles “Pá, esse badameco já tem não sei quê.” Já que não queria alcatroar a estrada onde eu tenho os terrenos, pelo menos não destrua, não destrua os meus nos outros lados, porque eu também para ir para essa localidade tenho uma *pickup*. Não preciso das *pickups* da câmara, certo? Eu não preciso de utilizar as *pickups* da câmara em benefícios próprios, viaturas da câmara para levar azeitonas aos lagares dos azeites, da transformação de azeite. Eu não preciso das viaturas da câmara. Tenho viaturas próprias para me deslocar, certo? -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Obrigada, Dr. Jorge. Eu acautelo aqui a questão dos marcos que é, de facto, importante. -----

---- O Senhor Dr. Jorge David Sousa Paiva afirmou: E faço um apelo, pois, é muito importante. Eu quero ver como é que agora vão resolver no tribunal. O processo está a entrar no tribunal. E depois ainda compram terrenos, estão a comprar terrenos, que eu já fui ver com o Luís Costa, estão a comprar terrenos com processos em tribunal. -----

--- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Eu já vou ver depois essa situação dos marcos, está bem? Eu vou tentar saber. -----

---- O Senhor Dr. Jorge David Sousa Paiva afirmou: E dos terrenos, eu agradeço que visse porque estão a comprar terrenos, que um é meu. É. O terreno é meu. Um dos, são três processos, um deles é meu. E ainda há outra questão. Eu sei que o Sr. presidente da câmara gosta muito de processos. Já me aconselhou que se não estou satisfeito que meta processos contra a câmara, mas isso não é assim que funcionam as coisas. Ou têm respeito, e mais, eu fiz um apelo ao Sr. Presidente da Assembleia porque tenho muito respeito por ele, ao Prof.



Reunião de 14/06/2017

Borges, fiz um apelo e deixo aqui um apelo à Sra. vice-presidente na presença das pessoas que aqui estão e que fique em acta. Espero, agora como presidente dos Bombeiros Voluntários de Nelas, espero – espero – que no dia vinte e quatro o Sr. presidente da câmara não tenha a postura que teve num jantar onde eu estive no Domingo, num almoço, peço desculpa. Espero, espero que não tenha a mesma postura, porque aí, se tiver a postura, não sou candidato a nada, se tiver essa postura vai ter as suas consequências nesse dia e apelo ao seu bom senso, da Sra. vice-presidente, que directamente trabalha com ele, que o avise que não tenha a mesma postura porque depois se tiver, que não venham dizer que o presidente dos Bombeiros de Nelas que não agradeceu à câmara o apoio dado para aos bombeiros. Ele não me dá o apoio a mim. Eu não peço nada para mim. Havia muito mais mas deixamos para a última reunião que possivelmente cá está o Sr. presidente. -----

---- O Senhor Luís Bernardo afirmou: Eu vou-me estrear nisto. No *Facebook* tenho falado muito, mas aqui vou-me estrear. Eu fiquei insatisfeito. Claro que os vereadores votaram contra uma coisa para a minha terra, mas por um lado fiquei satisfeito, por outro lado fiquei satisfeito. Acho que é de mais relevância e mais urgente fazer os saneamentos básicos na Rua da Circunvalação e alcatroá-la, do que fazer essas obras. -----

---- A Senhora Vice-Presidente: Mas eu ia dizer isto no final. Eu ia dizer isto no final, mas deixei o Sr. Luís falar porque é a primeira vez, como ele disse, que estava a intervir numa reunião de câmara. Não é. Ó dr. Marques, com licença, não é admissível que o público presente numa reunião possa questionar sobre assuntos discutidos na mesma, vocês podem tomar voz como público na reunião de câmara para lembrar situações que sejam precisas corrigir, etc., agora falar de assuntos discutir. Pois, eu sei. Mas se não tivesse interrompido, eu só diria isto no final. -----

---- O Senhor Luís Bernardo afirmou: Peço desculpa e depois falo para a próxima reunião. Obrigado. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA

---- A Senhora Vice-Presidente da Câmara pediu à Senhora Dr.^a Célia Tavares para proceder à leitura da minuta da ata. Posta à votação a minuta da ata da presente reunião, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

ENCERRAMENTO

---- Nada mais havendo a tratar, a Senhora Vice-Presidente da Câmara deu por encerrada a reunião às quinze horas e nove minutos, da qual se lavrou a presente ata que foi lida em voz alta por mim, _____, conforme deliberação tomada na 1.^a reunião desta Câmara Municipal, realizada em 04 de novembro de 2013, que a redigi, subscrevi e assino, tendo verificado a sua conformidade com a minuta já aprovada e assinada. -----

A Vice-Presidente,

A Técnica Superior, responsável pela Unidade Orgânica Administrativa e Financeira/Recursos Humanos e Saúde,
